

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

03 SET 2011

## Ouvidoria do TJ

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) instala na próxima segunda-feira sua ouvidoria-geral, atendendo resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ouvidoria vai esclarecer dúvidas sobre o funcionamento do TJ-PR, receber e encaminhar reclamações por abusos, erros e omissões das autoridades judiciárias, seus auxiliares, servidores do foro judicial, agentes delegados do foro extrajudicial e funcionários da Justiça. O compromisso é oferecer ao reclamante, no prazo de cinco dias úteis, um posicionamento institucional sobre os problemas relatados, preservando o sigilo dos dados pessoais. É esperar para ver.

## Contato

O contato com a ouvidoria do TJ poderá ser feito pelos telefones (41) 3200-2084, 3200-3130 e 3200-2221; por carta para o endereço Praça Nossa Senhora da Salete s/nº, 10º andar, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP: 80.530-912; e pessoalmente, no 10º andar do Edifício Anexo, das 12h às 18h, no mesmo endereço. As reclamações por carta devem ter nome, endereço, profissão, cópia do documento de identidade, telefone do denunciante, descrição resumida dos fatos, a indicação da irregularidade e quem a cometeu.

## Perguntinha

Quantas pessoas não teriam sido prejudicadas por falta de uma ouvidoria no TJ, que somente agora vai implantar o serviço?

03 SET 201

# FOLHA DE LONDRINA

## Justiça suspende licitação da capina

**Loriane Comeli**  
*Reportagem Local*

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública, Marcos José Vieira, suspendeu ontem a licitação aberta pela Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), com valor de R\$ 66 milhões, para os serviços de capina, roçagem e raspagem de mato, coleta de

entulho, limpeza de lagos e programa de educação ambiental. Foi a segunda vez que a Justiça cancelou procedimento licitatório da CMTU em relação à limpeza pública. O primeiro caso ocorreu em março e é referente à licitação de R\$ 115 milhões para a coleta do lixo domiciliar. O processo está no Tribunal de Justiça, aguardando julgamento.

Na decisão de ontem, atendendo pedido do Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL), que ajuizou ação civil pública contra a CMTU, o juiz afirmou "que a continuidade do processo poderá implicar em danos graves ao erário londrinense".

Entre os argumentos do Observatório estão o possível encarecimento dos serviços em razão do lote único, uma vez que impediria a concorrência entre empresas; o prazo de duração do contrato de cinco anos contraria a lei de licitações; e preços mais elevados previsto no edital do que os próprios valores pagos hoje pelos mesmos serviços no contrato emergencial mantido com a Visatec. O juiz citou essa elevação de preços: "Só aí, se-

gundo cálculos constante da petição inicial, poderá haver prejuízo aos cofres públicos na ordem de R\$ 8,2 milhões."

O diretor de controle social do OGPL, Roger Trigueiros, considerou a decisão judicial positiva, porém, lamentou o fato de OGPL ter

precisado recorrer ao Judiciário.

"Não gostaríamos de tomar essa atitude. O ideal seria que a

administração não cometesse os erros já apontados em outra licitação (da coleta do lixo domiciliar). Impugnamos o edital extrajudicialmente, mas não obtivemos sucesso", afirmou. "Mas, nossa função é fazer a prevenção de eventuais irregu-

laridades no poder público."

O promotor de Defesa do Patrimônio Público, Renato de Lima Castro, que concedeu parecer favorável à liminar, manifestou preocupação com a forma de renovação ou celebração de um novo contrato emergencial. Ele defende que a CMTU faça uma cotação com todas as empresas que retiraram o edital para escolher a que apresentar menor preço. Recentemente, o promotor instaurou procedimento para apurar todos os contratos emergenciais da CMTU relativos à limpeza pública em Londrina, já que a Lei Municipal de Saneamento Básico foi aprovada há mais de um ano e até agora a companhia não licitou qualquer dos serviços.

### **Prazo do contrato de cinco anos contraria a lei de licitações**

## **CMTU vai recorrer da decisão**

A Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU) encaminhou nota dizendo que irá acatar a decisão da Justiça, mas pretende recorrer da decisão.

As respeitáveis decisões proferidas em relação às licitações abertas pela Companhia nos causam estranheza, uma vez que diversos outros municípios do Paraná, também do Brasil, vêm publicando editais semelhantes, conjugando serviços correlatos, sem qualquer embargo do Ministério Público, tampouco do judiciário.

Mais à frente, a nota afirma

que "não há qualquer ilicitude nos procedimentos licitatórios realizados pela CMTU". O problema seria "divergência doutrinária e jurisprudencial" acerca da Lei de Licitações. A nota também critica o Observatório de Gestão Pública de Londrina (OGPL) e o MP, afirmando que "até o presente momento, o que recebemos foram apenas contestações aos presentes processos, muitas delas sem qualquer embasamento técnico, por pessoas que não conhecem as dificuldades do dia a dia dos serviços de limpeza pública".

03 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Réu do caso Amanda pode ser julgado fora de Londrina

Michelle Aligleri  
Reportagem Local

**Londrina** - O julgamento de dois dos três réus do caso Amanda Rossi está marcado para o dia 30 de setembro, no entanto, o advogado Laércio dos Santos Luz, responsável pela defesa de Alan Aparecido Henrique, pediu ao Tribunal de Justiça (TJ) que o júri seja realizado em outra cidade - desaforamento. Ele questiona a imparcialidade do júri, já que o crime teve grande repercussão na cidade.

"Questiono por que quando os acusados foram presos, o então secretário de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, afirmou que tinha certeza de que eles eram os autores do crime. Isso compromete o julgamento na cidade", afirmou o advogado. Conforme ele, o júri já vai para o julgamento com o pensamento de condenar alguém: "Se eles votarem contrariamente não terão condições de encarar a sociedade", justificou. O advogado quer que o júri seja realizado em alguma cidade fora da região metropolitana de Londrina.

A promotora Suzana La-

cerda, que acompanha o caso, afirmou que não considerava este um caso de desaforamento. "O fato do crime ter gerado mobilização na imprensa e na família da vítima não significa que o julgamento não possa ser realizado onde o crime aconteceu. Se fosse assim, onde seria realizado o julgamento do caso da Isabela Nardoni?", questionou. Ela disse que nada indica que os jurados estão contaminados por um julgamento prévio. "O advogado está desmerecendo o conselho de sentença de Londrina. Não acredita que a sociedade possa fazer um julgamento justo e isento. Os jurados vão analisar as provas e, com base, nisso farão sua decisão. Eles são completamente livres para decidir", explicou a promotora.

Ela disse ainda que a opinião da juíza Elizabeth Khater, responsável pelo julgamento dos acusados, também será levada em conta pelo TJ. "O desaforamento pode ser pedido por qualquer das partes ou pelo próprio juiz da causa. Se ela não entender que os jurados estão contaminados, o argumento da defesa não terá base", finalizou.

03 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Ex-prefeito é condenado por improbidade

**Paula Barbosa Oçanha**  
*Reportagem Local*

A Justiça condenou em primeira instância o ex-prefeito de Paranavaí, Maurício Yamakawa, e o ex-secretário Municipal de Saúde, Carlos Henrique de Paula, por ato de improbidade administrativa. A decisão atende ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Paranavaí, que alega que os dois seriam responsáveis por gastar indevidamente perto de R\$ 22 mil dos cofres públicos para a impressão de um informativo que foi considerado publicidade pessoal. O ex-prefeito afirmou que vai recorrer da decisão.

"É uma decisão em primeira instância e estamos muito tranquilos que ela vai ser revertida. Aliás, existia uma ação criminal do mesmo caso que já fomos absolvidos, porque o informativo não tinha promoção pessoal. Eu consultei um promotor na época", explicou Yamakawa.

Ainda segundo o ex-prefei-

to, a revista que foi publicada tinha o objetivo de orientar a população sobre as novas diretrizes a saúde pública do município. "Era uma revista técnica muito bem feita que trouxe resultados para a população. Só que tinha uma foto minha e outra do ex-secretário, e eles acharam que isso era promoção. Não entendemos assim".

Se transitada em julgado, o então gestor municipal e seu ex-secretário terão os direitos políticos suspensos por cinco anos e terão que devolver o dinheiro usado, com correção, além de pagar multa e serem proibidos de contratar com o poder público.

Esta é a segunda condenação dos dois. A primeira decorreu do reconhecimento da prática de ato de improbidade administrativa em razão de ter o ex-prefeito Maurício contratado e permitido que o então Secretário de Saúde, Carlos Henrique, acumulasse indevidamente cargos públicos. Eles também já recorreram dessa decisão. O ex-secretário preferiu não comentar o assunto.

**Município teria gasto R\$ 22 mil para a impressão de um informativo**

FOLHA DE LONDRINA

# MP propõe nova ação de improbidade contra prefeito

03 SET 2011

**Agentes públicos teriam aumentado o valor do contrato com empresa de segurança utilizando um aditivo irregular**

**Paula Barbosa Ocanha**  
*Reportagem Local*

O Ministério Público do Paraná (MP-PR), através da Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público de Londrina, ajuizou ontem a quarta ação civil pública contra o prefeito Barbosa Neto (PDT) por ato de improbidade administrativa. Além dele, respondem pela ação o então secretário de Gestão Pública e atual secretário de Governo, Marco Cito, o ex-procurador geral do Município, Fidelis Canguçu, a diretora de Licitação e Contratos, Elisângela Marcelli Arduin, a empresa Proguarda Administração e Serviços LTDA e seu responsável, Marcelo Macedo da Fonseca.

Segundo os promotores de Justiça responsáveis pela ação, Renato de Lima Castro e Leila Schimiti Voltarelli, os três agentes públicos teriam burlado alguns procedimentos administrativos para conceder um aditivo de verba irregular no contrato firmado entre a empresa e a Prefeitura - de cerca de R\$ 2,5 milhões, dos quais R\$ 1.143.817,05 chegaram a ser pagos pela administração.

A ação relata que, em março de 2010 foi realizado um contrato administrativo com a Proguarda com objeto de higienização e limpeza de prédios públicos. Em agosto do mesmo ano, foi realizado um pedido de reequilíbrio econômico financeiro que foi negado pelos dois gestores técnicos responsáveis pelo contrato porque "inexistiam fundamentos para concessão do reequilíbrio".

"Essa concessão só é possível quando um fato absolutamente imprevisível venha ocorrer, entretanto, os três fundamentos apresentados pela Proguarda eram falsos, sendo certo que a falsidade foi advertida pelos gestores de contrato. Mas os réus passaram por cima dessa advertência e concederam o reajuste", explicou o promotor Lima Castro.

As três justificativas dadas pe-

la empresa para o aumento do valor do contrato, que estão sendo contestadas pelo MP seriam, o aumento do gabinete do prefeito juntamente com a abertura do programa Gabinete Aberto, que segundo o promotor "aconteceu em janeiro, ou seja, antes da assinatura do contrato e portanto poderia ter sido previsto". A inserção da Secretaria da Mulher no segundo pavimento do prédio da Prefeitura, "que substituiu a Secretaria de Educação, que era muito maior, portanto ao invés de aumentar, deveria diminuir os custos operacionais", e a terceira justificativa era a escola em período integral, "que funcionava desde 2008 e 2009, segundo ofício enviado pelas escolas".

O prefeito também responde pela ação, segundo o promotor, porque assinou o aditivo contratual mesmo tendo "conhecimento que as justificativas da Proguarda não eram verdadeiras".

Sobre o ex-secretário de Gestão, Marco Cito, a diretora de licitações, Elisângela Marcelli, e o ex-procurador, Fidelis Canguçu, a ação relata que os servidores, "valendo-se das facilidades e das prerrogativas que usufruíram com os cargos, cientes da ausência de

**CONTINUA**

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

03 SET 2011

pressuposto fáticos, convenionaram a violação do procedimento administrativo previsto no Regimento Interno da Secretaria de Gestão Pública, com o único propósito de conceder ilicitamente à empresa Proguarda o reequilíbrio econômico financeiro”.

A eventual condenação por ato de improbidade pode levar a sanções como a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, devolução dos valores gastos indevidamente ao erário e multa. O prefeito Barbosa Neto (PDT) e o secretário Marco Cito estavam em viagem, informou assessoria de comunicação da Prefeitura. O advogado do ex-procurador, Rodrigo Darini, alegou que Canguçu ainda não havia sido intimado e que não iria comentar o assunto. A diretora de licitações e o dono da Proguarda não foram localizados pela reportagem.



*Renato Castro, promotor: Município já teria pago indevidamente mais de R\$ 1 milhão à empresa*

# FOLHA DE LONDRINA

## Estado é multado por contratação irregular de estagiários

Curitiba - A Justiça do Trabalho condenou o Estado do Paraná a pagar indenização de R\$ 100 mil por dano moral coletivo pela contratação irregular de estagiários. O procurador Gláucio Araújo de Oliveira diz que as investigações desses casos começaram há cerca de quatro anos e as irregularidades existem em vários órgãos estaduais.

Segundo Oliveira, estudantes de nível superior exerciam atividades de estágio sem a devida formalização dos termos de compromisso de estágio e exerciam atividades que não possuíam relação com o curso de graduação. Ainda, de acordo com o procurador, o supervisor de estágio possuía formação profissional diferente do estudante, tanto na instituição de ensino, quanto na unidade concedente da administração pública.

A indenização de R\$ 100 mil será revertida ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Caso outros estudantes sejam encontrados em situação irregular, o Estado do Paraná deve pagar multa diária de R\$ 500 por estudante, também reversível ao FAT. O governo ainda pode recorrer da decisão. A Procuradoria Geral do Estado (PGE) não foi informada oficialmente da decisão e por isso não comentou a ação.

03 SET 2011

**MAZZA**

### Descuido

O Ministério Público do Trabalho processa o Estado por contratação irregular de estagiários em ação de R\$ 100 mil por dano moral coletivo.

# FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

03 SET 2011

## Londrina à frente

Mais uma vez Londrina sai à frente em ações do Ministério Público Estadual com o enquadramento do prefeito Barbosa Neto em ação de improbidade e também de auxiliares de administração. Mede-se a dificuldade de agir na Capital na forma como se vê tanta resistência ao processamento do presidente da Câmara, João Claudio Derosso. Tanto que o pedido de afastamento dele pelo relator da Comissão de Ética, Jorge Yamawaki, foi considerado um inesperado avanço.

O domínio exercido por Derosso na Câmara é simétrico ao que era praticado por Anibal Curi na Assembleia Legislativa: atende às demandas dos pares com presteza e divide com quase todos as concessões possíveis. Mas o abrasivo cerco da mídia é de tal ordem que não há como isolá-lo e os vereadores perceberam que o povo quer ver o vereador punido, mesmo que seja com um cartão amarelo.

Ficou evidenciado que Beto Richa e Luciano Ducci querem um biombo para protegê-los de qualquer contágio, um cordão sanitário. Para quem era tido como o vice de Ducci e um dos autores do afastamento de Gustavo Fruet do PSDB a carga de desgaste, até aqui acumulada por Derosso, ainda é mínima e o pior está por vir.

## Ato institucional

O vereador Paulo Salamuni, em reunião na OAB, mostrou-se contra a comissão processante para o caso de João Claudio Derosso, ora admitida na justiça, por ter sua origem no regime militar e desdobramento de atos institucionais.

## CLÁUDIO HUMBERTO

### OAB contra a CPMF

Não será só a contestação popular. A base governista vai encontrar resistência jurídica oficial se tentar recriar a CPMF com outra roupa para tugar a população usando o nome do governo. O presidente da OAB, Ophir Cavalcante, condena veemente a ideia: "Isso seria um golpe".

### Turbulência na Anac: diretor em voo solo

O clima não anda bom entre os diretores da Agência Nacional de Aviação Civil e entre os subordinados. A ascensão de Marcelo Garany's à diretoria-geral causou instabilidade no órgão e provocou um racha. Ele quer substituir cargos estratégicos, hoje ocupados por servidores de carreira da Anac, por alguns amigos, como uma servidora da Justiça Eleitoral do Distrito Federal, na fila para assumir um cargo importante.

### Aterrissagem

Guaranys quer nomear para a Superintendência de Regulação Econômica a amiga Danielle Crema, hoje Analista Judiciária no TJ.

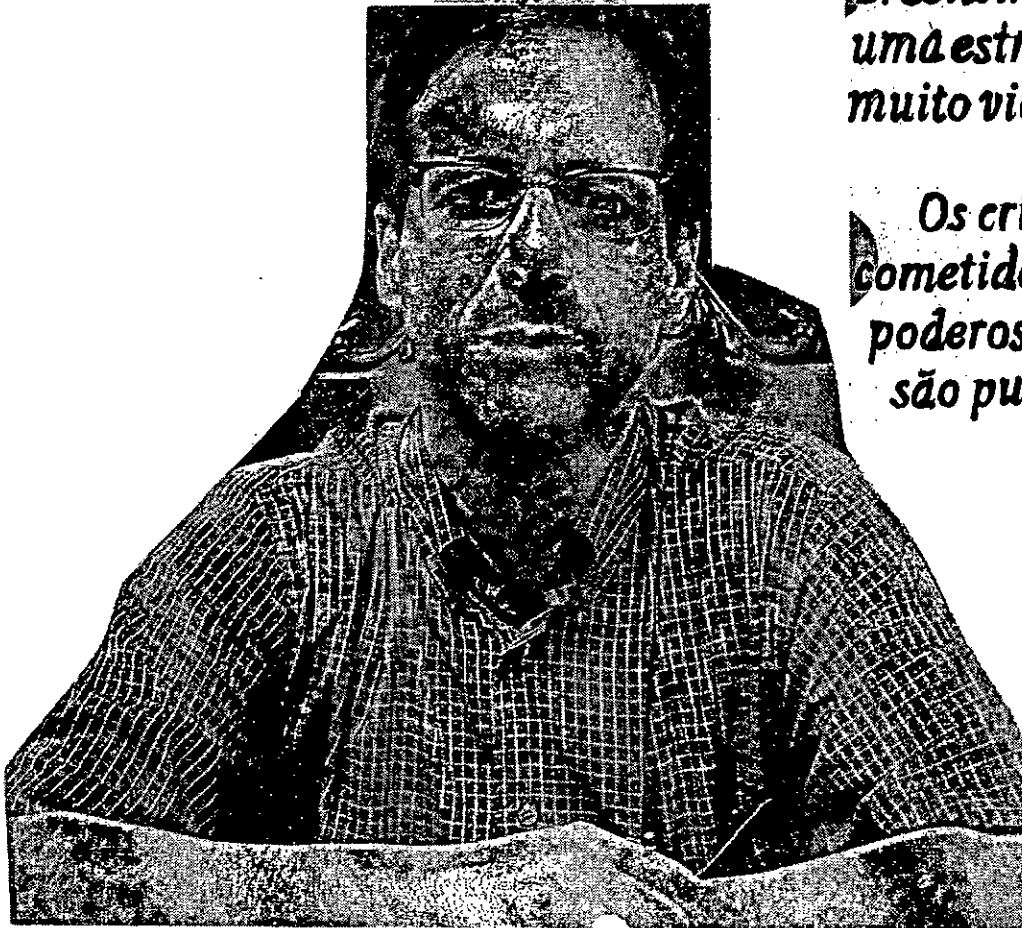


04 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA  
**Repressão é  
crimes contra  
o patrimônio**

Pesquisador da UFPR afirma que taxas de homicídios no Paraná são "bizarras" e deveriam ser prioridade do governo

ENTREVISTA  
Pedro Bodã  
Sociólogo



A sociedade  
brasileira tem  
uma estrutura  
muito violenta

Os crimes  
cometidos pelos  
poderosos não  
são punidos

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

# 04 SET 2011

No primeiro semestre deste ano 1.515 pessoas foram assassinadas no Paraná. Média de sete homicídios dolosos por dia. Um morto a cada quatro horas. Para o sociólogo Pedro Bodê, coordenador do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (UFPR), diminuir essa "taxa de homicídio bizarra" deve ser a prioridade do governo estadual.

Bodê afirma que a legislação e a própria polícia priorizam crimes contra o patrimônio em detrimento dos crimes contra a vida. Por isso, ele é favorável a iniciativas que visam o combate efetivo à criminalidade, como o plano Paraná Seguro, lançado recentemente pelo governo estadual. Adverte, no entanto, que é as ações precisam priorizar "o aspecto qualitativo."

Para isso, aponta o especialista, é necessário modernizar e agilizar a Justiça, reduzir o número de penas altas para delitos leves e profissionalizar a polícia, aproximando os integrantes da corporação da comunidade.

O especialista diz ainda que a violência faz parte da estrutura da sociedade brasileira. E aponta que tanto a impunidade como a punição excessiva no caso de crimes leves são algumas das principais causas do problema. "Precisamos mudar a Justiça Criminal, para que, por exemplo, não puna os pequenos delitos com prisão. Evitar que pessoas cumpram penas e fazer com que elas tenham acesso aos benefícios. Se deve usar a prisão apenas nos casos mais graves", opina.

## *O brasileiro é violento?*

A sociedade brasileira tem uma estrutura muito violenta, fundada nas nossas origens escravocratas e latifundiárias. Essa estrutura, claro, acaba formando contingentes inteiros de pessoas violentas. Há uma outra parte importante da população que, por ter consciência disso, combate essa mesma violência.

## *Quais causas da violência, que está presente inclusive dentro das famílias?*

Há muitas causas. Primeiro existe a violência estrutural. Quem tem mais força tem mais poder e acaba submetendo os mais fracos. Isso acontece também dentro de casa. A causa da violência contra a criança e a mulher é a absoluta falta de respeito a esses grupos mais vulneráveis e a impunidade que há nesses casos.

## *Um caso recente, que ocorreu em São Paulo, chocou o País. Sete meninas, entre 11 e 14 anos, cometeram uma série de roubos e furtos na região da Vila Mariana, na Zona Sul da capital paulista. Por que cada vez mais adolescentes se envolvem com criminalidade? O senhor é a favor da redução da maioridade penal?*

Não, de forma alguma. Jovens e crianças continuam sendo vítimas. Aquele grupo de meninas que atuou cometendo pequenos furtos precisava é ter condições de proteção. Elas não deveriam apenas serem vistas como criminosas. Nesta sociedade estruturalmente violenta as crianças, os jovens acabam muitas vezes estando a serviço de adultos. As pessoas confundem o fato de se-

rem usados por adultos. E confundem o fato de que elas precisam de proteção, educação e apoio e não de repressão.

## *O que precisa ser feito para tirar os adolescentes do caminho da criminalidade?*

Precisamos de uma sociedade que seja referência positiva para esses jovens. E precisamos de políticas públicas que efetivamente os protejam.

## *Como avalia plano Paraná Seguro, lançado recentemente pelo governo estadual para tentar reduzir os índices de criminalidade no Estado?*

Por enquanto estamos só nos aspectos quantitativos, que são importantes: reposição da quantidade de policiais etc. Mas precisamos passar para o aspecto qualitativo.

## *E o que seria essa mudança qualitativa?*

Ela atuaria em três partes. É necessária uma modernização e agilização do Poder Judiciário. Isso talvez seja o mais difícil. Ao mesmo tempo precisamos mudar a Justiça Criminal, para que, por exemplo, não puna os pequenos delitos com prisão. Evitar que pessoas cumpram penas e fazer com que elas tenham acesso aos benefícios. Se deve usar a prisão apenas nos casos mais graves.

No caso das polícias precisamos efetivamente modernizá-las e criar condições para que elas estejam próximas da população. Para isso elas precisam se profissionalizar. Isso significa que precisamos pensar na reintegração da polícia e na desmilitarização, uma vez que esse modelo impede o policiamento comunitário.

CONTINUA

**O senhor defende que se "deve usar prisão apenas nos casos graves". Muita gente pensa o contrário, que o excesso de benefícios e penas leves motivam a criminalidade. O que você diria a essas pessoas?**

Não temos excesso de benefícios. Temos um número de benefícios que poderia ser ampliado. E mesmo assim nós temos um número de benefícios que não são cumpridos. Há muitos casos de pessoas presas em sistema fechado que não são levadas para semiaberto por falta de vagas. Mais uma vez, essa visão de que nossa sociedade pune pouco. Essa é uma visão que faz parte daquela sociedade que possui uma estrutura violenta e autoritária.

**Mas hoje não existe impunidade?**

Existe. O que se faz é punir os crimes principalmente cometidos pelos pobres. Os crimes mais violentos, como homicídios, têm uma taxa de impunidade altíssima. Os crimes cometidos pelos poderosos não são punidos. Há impunidade sobre determinados grupos e crimes. E há uma punição muito intensa sobre outros grupos e outros tipos de crimes, como, por exemplo, furtos e roubos. Esses crimes normalmente são cometidos por pessoas que não têm acesso a advogado, a defesa.

**Quem é punido no Brasil é quem não tem acesso à Justiça ou é pobre.**

**A legislação brasileira prioriza crimes contra patrimônio em detrimento dos crimes contra a vida?**

Com certeza. Não só a legislação, a própria organização do sistema funciona em função disso. A própria polícia se preocupa muito mais com crime contra patrimônio. Veja, por exemplo, o que existe em relação a proteção a bancos. Atua muito mais em defesa do patrimônio do que contra a vida. Se não fosse assim não teríamos taxas de homicídios tão bizarras.

**Os dados relacionados à segurança pública no País são confiáveis?**

No Brasil os dados não são de boa qualidade. Cada Estado coleta de uma maneira. O único dado na área de segurança pública de maior qualidade é o do Datasus, que apresenta os números de homicídios. Para fazer política pública e fazer uma intervenção mais efetiva, é preciso melhorar a forma de coleta desses dados. Os dados precisam estar interligados nacionalmente para que se constitua um banco de dados de maior qualidade.

**O boletim de ocorrência eletrônico entrou em funcionamento no Paraná para casos de perda de documentos ou aparelhos eletrônicos. Como o senhor avalia essa mudança?**

É um grande avanço e algo extremamente necessário. Outros Estados já implantaram isso. É uma medida que

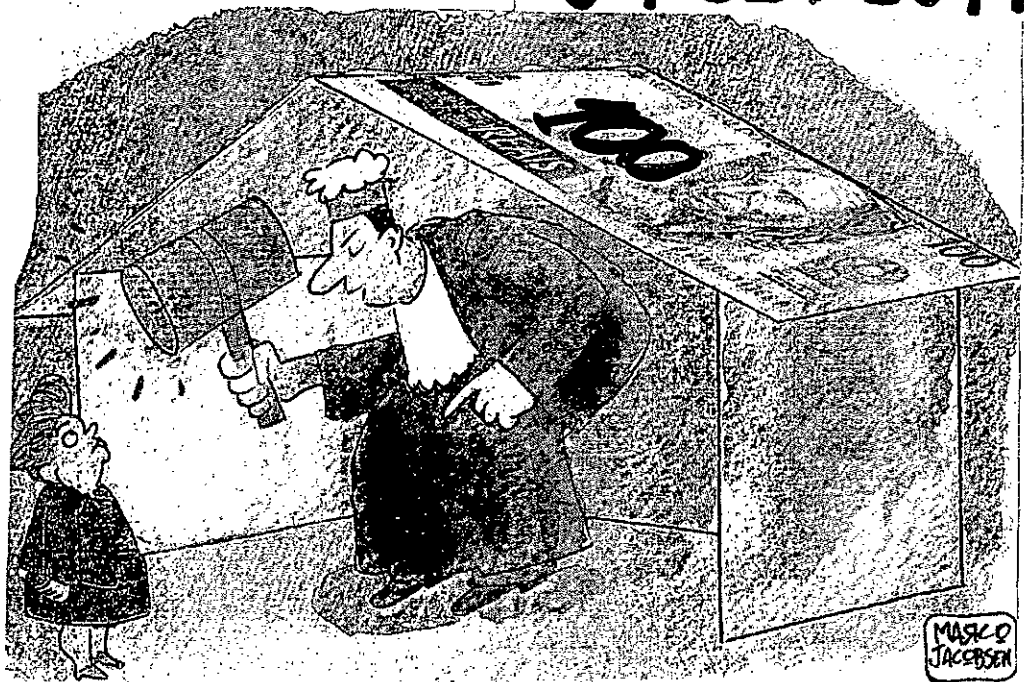
faz parte daquelas que podem fazer com que o cidadão passe a denunciar mais os crimes que ele sofre. Hoje as pessoas fazem um cálculo se vão denunciar ou não, porque pode dar mais dor de cabeça denunciar do que ter sofrido o próprio delito.

**O que mais precisa ser priorizado na segurança pública hoje no Paraná?**

É a diminuição dos homicídios. As taxas de homicídio não podem continuar onde estão. Além do que já comentei, precisa-se de fato fazer um combate efetivo na diminuição da quantidade de armas na rua. Ainda é muito fácil se conseguir armas. Com muita frequência a arma que o cidadão compra cai na mão do criminoso.

# FOLHA DE LONDRINA

TETO 04 SET 2011



- Bem, você sabe o que pode acontecer se não incluir o reajuste salarial para juízes no Orçamento...

04 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Desaparecidos: a dor do mistério

Marian Trigueiros  
Reportagem Local

**V**ivo um luto que nunca acaba. O que me mantém viva é a esperança de um dia reencontrá-la", desabafa Ivanise Espiridião da Silva, fundadora da Associação Brasileira de Busca e Defesa a Crianças Desaparecidas (ABCD) – entidade mais conhecida por Mães da Sé – e mãe de uma menina que desapareceu em São Paulo na antevéspera do Natal de 1996, quando voltava da casa de uma amiga a 100 metros de distância de sua casa. Seu trabalho é conhecido em todo o País por ajudar famílias que estão na mesma situação, já que há centenas de crianças desaparecidas em todo o País – 22 só no Paraná.

O mesmo luto vive a família do menino Ednilton, que desapareceu em 1992 com 10 anos, em Maringá (Noroeste). Niltinho, como era chamado, sumiu no trajeto entre a casa da mãe e da irmã ao entardecer. "Nunca imaginei que aquele seria o último dia que o veria. Ainda guardo o rostinho dele na minha memória. Como ele era lindo", emociona-se Delva Fiúza de Palma ao começar a falar do filho adotivo. Entre a dúvida e a dor, ainda há a saudade interminável. "Não tem um dia que não me lembro dele. Quando faço a comidinha que Niltinho gostava, quando passo em algum lugar. Quando vejo as fotos... É uma dor que não acaba."

O menino, que veio morar com ela e o marido quando os dois já

**Famílias  
vivem o drama  
de ter de  
conviver com a  
falta de notícias  
de parentes;  
Cadastro  
Nacional é  
uma falácia**

tinham os cinco filhos grandes, segundo Delva, foi um presente entregue por Deus. "Com o desaparecimento dele foi um pedaço de mim junto. O mais difícil é viver com a dúvida do que realmente aconteceu. Fico imaginando se ele sofreu e ficou gritando "manhê" e eu não fui acudí-lo. Passa tanta coisa na cabeça. Só queria saber se está vivo ou não para eu poder morrer em paz", lamenta ela, que está com 75 anos. O marido faleceu há 4 anos sem saber do paradeiro do filho.

Quase vinte anos após o desaparecimento, contudo, a dona de casa confessa que, apesar do sonho de reencontrá-lo, acha difícil que isso aconteça. "Na mesma época em que ele sumiu, outros dois garotos da mesma idade também desapareceram. Teve gente grande por trás disso", referindo-se sobre um possível tráfico de crianças. "Só sei que se isso acontecer, vai ser o momento mais especial que eu poderia viver." A projeção digital

do menino foi feita para mostrar como ele estaria aos 23 anos.

**Nada além de promessa**

Em fevereiro do ano passado, o Governo Federal anunciou a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, sob responsabilidade do Ministério da Justiça (MJ), Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e apoio da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da Presidência da República. O objetivo era que o cadastro se tornasse a principal ferramenta de consulta sobre pessoas desaparecidas. Um ano e meio depois, não aconteceu nada além de promessas. Toda mobilização nacional existente é feita por entidades como a ABCD e a Crianças Desaparecidas do Paraná (Cridespar), fundada por Arlete Caramês, mãe do menino Guilherme, desaparecido em Curitiba, em 1990.

Uma das iniciativas criadas para tentar minimizar a situação foi a implantação da Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos (Redesap), organizada pela SDH, em 2003. Nela, as delegacias de todo o País poderiam alimentar com dados sobre o desaparecimento. Porém, não tem se mostrado eficaz, pelo menos no Estado. Segundo a delegada do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) do Paraná, Ana Cláudia Machado, as delegacias não conseguem inserir informações no sistema. "A congregação de dados facilitaria não só a localização como a real estatística no País, mas isso não acontece."

**Falta de lista de  
desaparecidos  
é um desrespeito  
às famílias**

CONTINUA

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO



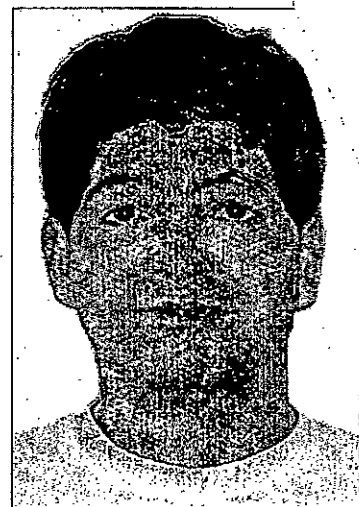
*"Ainda guardo o rostinho dele na memória", emociona-se Delva Fiúza de Palma, mãe adotiva de Nilinho, que não volta para casa, em Maringá, desde 1992*

Com isso, as informações ficam desencontradas e pulverizadas, pois cada estado trabalha de forma independente. Dessa forma, o número total no Brasil ainda é desconhecido, porque não há nenhum levantamento oficial. O Ministério da Justiça, por exemplo, ignora quantas pessoas estão sumidas no País. As informações existentes têm base no trabalho de organizações civis como a ABCD que estima que cerca de 200 mil pessoas desapareçam todos os anos; 40 mil seriam crianças. A entidade calcula que cerca de 20% dos casos não tenha solução. "Existe um cadastro nacional de carros roubado enquanto não existe de pessoas desaparecidas", revolta-se Ivanize.

Fotos: Divulgação/Sicride



*Quando desapareceu, Ednilton Palma tinha 10 anos...*



*... hoje teria esta aparência, conforme simulação computadorizada*

COMENTE ESTE ASSUNTO

Reportagem

reportagem@folhadelondrina.com.br

**CONTINUA**

# 'Preciso acreditar que ela está viva'

Em 2003, na zona rural de Florestópolis, Luana Oliveira, 8 anos, foi sequestrada por um caminhoneiro

Marian Trigueiros  
Reportagem Local

Um dos casos que chocou os paranaenses foi o desaparecimento da menina Luana, sequestrada em 2003 em Florestópolis (Norte),

com apenas 8 anos. "É uma dor sem fim. Lembro dela todos os dias", diz a mãe, Neide de Oliveira Lopes, que tem grandes esperanças de reencontrar a filha, que hoje estaria com 16 anos. A criança foi levada por um caminhoneiro junto com seu

irmão mais velho, quando ia buscar leite no sítio vizinho. "Ele nos ofereceu um cobertor. Quando entramos no caminhão, ele trancou a porta e saiu correndo", lembra o irmão Diego, que foi espancado e abandonado na beira da estrada.

Desde então, a família nunca mais foi a mesma. "Ela era nossa menininha mais velha. Gostava das coisinhas dela todas organizadas. Era muito caprichosa e me ajudava em tudo", conta a mãe com os olhos marejados mirando o vestido florido que Luana mais gostava. Como a família é muito humilde, Neide guarda as peças como recordação, já que não tem fotos ou brinquedos. "Guardo a imagem dela na minha lembrança. Vejo minha filha Dayane que está com 13 anos e fico imaginando como Nina estaria", diz, referindo-se ao apelido carinhoso.

Passados quase oito anos, Diego diz que convive com a culpa de não ter conseguido libertar a irmã caçula. "Não consegui fazer nada. Lembro dela dizendo que estava com medo e eu a abraçava", descreve. Além dele, a angústia da dúvida também acompanha os pais, que esperam reencontrar a menina. "O que me dá esperanças é que o homem (sequestrador) dizia para meu filho que não a mataria. Eu preciso acreditar nisso." O retrato falado do sequestrador foi divulgado na época, mas nem ele nunca foi localizado.

## FIQUE ATENTO

### O que fazer em caso de desaparecimento



■ Não é preciso esperar o prazo de 24 horas para registrar o desaparecimento (BO).



■ É importante ter foto recente do desaparecido;



■ O desaparecimento pode ser registrado em qualquer delegacia.

■ Procure em todos os locais próximos ao que a pessoa desapareceu e na casa de amigos ou familiares;

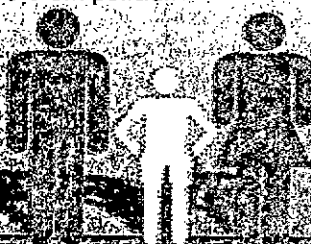
■ Em Curitiba, o registro pode ser feito no Sicride (crianças), ou na Delegacia de Vigilância e Captura (adolescentes e adultos);

### DICAS COM AS CRIANÇAS

1 Grande parte das crianças desaparecem durante o dia, em casa ou em trajetos conhecidos, como o retorno da escola;

3 Oriente a criança a pedir ajuda, de preferência a um policial;

2 É importante sempre identificar a criança quando estiver em locais movimentados, como praças e parques;



### TELEFONES ÚTEIS (CURITIBA)

➤ Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride)

R. José Loureiro, 376 - 2º andar Fone: (41) 3224-6822  
site: [www.sicride.pr.gov.br](http://www.sicride.pr.gov.br)

➤ Delegacia de Vigilância e Capturas

Travessa da Lapa, 439 Fone: (41) 3219-9700

04 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA  
CONTINUAÇÃO



*"Ela era a  
nossa  
menininha",  
chora a  
mãe, a  
lavradora  
Neide  
Lopes*



# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUA

### PR tem 22 casos de sumiços enigmáticos

O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) da Polícia Civil do Paraná se destaca como um dos mais eficientes grupos de atuação no Brasil. Desde a criação do departamento especializado em 1996, 1.500 crianças desapareceram. Apenas 11 não foram encontradas até hoje. Existem outras 11 que desapareceram antes de 96. São casos que consideramos de sumiço enigmáticos, explica a delegada Ana Cláudia Machado, que já elucidou muitos casos, como o do bebê raptado no hospital em Apucarana, no ano passado.

A corrida contra o tempo segundo a delegada, é fundamental para ampliar as chances de localização. "É um mito que deve-se esperar 24 ou 48 horas para a realização do boletim de ocorrência. Quanto antes a família oficializar o desaparecimento, mais chances há de encontrar a criança", diz, reforçando que o BO ainda é o instrumento principal para desencadear a investigação.

Como se tratam de crianças, poucos anos já são suficientes para uma mudança física considerável. "Por meio de um programa de projeção digital conseguimos nos aproximar da imagem que a criança teria atualmente", explica Ana Cláudia, ressaltando que o site do Sicride tem fotos das crianças desaparecidas.

Apesar da mobilização da polícia, a localização, na grande maioria das vezes, é feita pela própria família do desaparecido. "A ajuda de uma institui-

ção vai desde o apoio de outras famílias na mesma situação, bem como a orientação para as buscas. Já ajudamos a encontrar inúmeras crianças que estavam em outros estados. O cadastro auxiliaria justamente nessa situação, quando a criança acaba em outro estado", lembra Ivanize, fundadora da ABCD.

Já a procura por adolescentes e adultos é feita por delegacias comuns. O Paraná conta com a Delegacia de Capturas, em Curitiba, que atua na capital e região metropolitana, e dá suporte para o interior.

#### Desaparecidos e indigentes

A Polícia Civil e o Instituto Médico Legal (IML) discutem a implantação do Sistema Centralizado de Pessoas Desaparecidas para facilitar a identificação de cadáveres. É uma espécie de banco de dados de corpos não identificados que possibilitaria o reconhecimento com mais segurança e rapidez.

#### Motivos

Casos amorosos e/ou diferenças familiares são os motivos que lideram as causas de desaparecimento, sobretudo de meninas adolescentes, em Londrina. Na 10ª Subdivisão Policial, de cada 20 casos mensais, 15 deles se enquadram nesse perfil. Segundo o delegado-adjunto, Manoel Pellisson, na última semana foram registrados 15 desaparecimentos, mas só três, ocorridos há mais de três meses, estão em aberto.

# 04 SET 2011

### Sequestrado bebê de dois meses

Curitiba - Um bebê de dois meses de idade foi sequestrado, na tarde de sexta-feira, em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba. A mãe da criança, Rosilei Ferreira de Lara, 19 anos, tinha ido à uma loja junto com o filho, Natan Tiago Alves de Latare, e a sequestradora, que teria se prontificado a ajudar a família. Quando a mãe entrou no provador, a mulher fugiu com o bebê.

O superintendente da Delegacia da cidade, Job de Freitas, disse que o modo de ação da mulher denota que ela teria "experiência", pois teria se aproximado da família com a promessa de ajuda. Na sexta, prometeu comprar roupas para o bebê e Roseli. A mulher teria se disfarçado, usando óculos de grau e toca para cobrir os cabelos compridos. Com base em informações da mãe e funcionários da loja, a Polícia fez um retrato falado da sequestradora, que é morena, baixa, cabelo liso, preto, olhos castanhos. Informações deve ser passadas ao telefone (41) 3657-1220.

# FOLHA DE LONDRINA

GAUDÊNCIO TORQUATO 04 SET 2011

## A sustentável leveza dos setentões

A questão está na ordem do dia, sob tiroteio de combatentes e defensores dos dois lados: a aposentadoria compulsória do servidor público aos 70 anos deve ser mantida ou estendida para 75 anos? Os defensores da posição garantida pelo artigo 40 da Constituição federal amparam-se na tese da renovação de quadros e oxigenação das estruturas, reforçada pela crescente pressão dos grupamentos que o País incorpora a cada ano à massa de trabalho e que enxergam na administração pública larga via de acesso. Sob esse argumento, que deixa transparecer algum resíduo de civismo, embutem-se traços do ethos nacional, particularmente os que explicam a acomodação e o gosto brasileiro de se amamentar nas tetas do Estado. Por isso a aposentadoria, quanto mais precoce, cai bem. Quando isso não ocorre, os exércitos setentões são barrados na vanguarda da administração pela espada compulsória. Cheios de vitalidade, dão meia volta e se integram rapidamente aos batalhões que lutam na arena do mercado. São poucos os que recolhem suas armas. Em alguns espaços - altas Cortes do Judiciário e universidades - a batalha pela aposentadoria mais retardada, aos 75 anos, ganha relevo por abrigar componentes conceituais e valorativos de monta. Merece maior atenção.

O arsenal argumentativo parte da leitura de que no auge do vigor intelectual, quando exhibe densa bagagem jurídica, domínio pleno das técnicas processuais e vívida identificação com a alma social, o magistrado é retirado de sua "casa", abrindo um vácuo cujo preenchimento se dá apenas quando o substituto adquire a experiência do antecessor. Depois de certo tempo, chega-se, novamente, ao ponto de quebra: outro setentão chega ao final da jornada. Final? Sim, por conta da determinação constitucional. Demonstração cabal da vitalidade de juizes que se aposentam no ápice da vida profissional é o reingresso no mercado do trabalho pela porta da advocacia, por onde muitos começaram a trajetória. A troca da toga pela beca tem sido comum entre nós. Retirar de campo parcela da

plêiade da Justiça quando esta brilha no ponto mais alto de sua carreira parece uma medida desprovida de bom senso.

A par dessa abordagem, há o fator científico, que põe em relevo a taxa crescente de expectativa de vida dos cidadãos - no caso brasileiro, estimada em 73 anos em 2008, e com possibilidade de atingir em 2015 quase 75 anos (em 2050 a projeção é de 81,2 anos de vida). Em dez anos, entre 1998 e 2008, esse indicador cresceu 3,3 anos, segundo o IBGE, a denotar que os avanços tecnológicos, ao esticarem a régua da vida, contribuem para alongar os ciclos profissionais. Assim, o tempo para um servidor público entrar na compulsória, sob as conquistas da ciência da longevidade, é diferente do espaço de duas décadas atrás, ou, para ser mais claro, da baliza gerada pela Carta de 88. Se considerarmos que a taxa de mortalidade infantil, no Brasil, declina há bom tempo - caiu quase 30% de 1998 para 2008 - e a população idosa continua a se expandir, poderemos prever o impacto da "bomba-relógio" que se arma nas imediações do sistema da Previdência. Esse, porém, é um capítulo à parte nessa história.

Voltemos aos danos causados ao País pela aposentadoria compulsória de servidores com 70 anos. Estudo da Fiesp mostra que o Brasil economizaria R\$ 1,4 milhão/ano por trabalhador se o período de trabalho fosse estendido para 75 anos. Em cinco anos, a economia na esfera federal seria de R\$ 2,4 bilhões. Jogando a planilha nos Estados e municípios, a conta chegaria aos R\$ 5,6 bilhões em cinco anos. Sob esse dado, ganha força a PEC 457/05, aprovada no Senado e tramitando na Câmara, que propõe alterar a idade para a aposentadoria compulsória do servidor. A trombeta corporativa de grupos que lutam para galgar a escada do poder fará muito barulho. Espera-se, contudo, que o argumento racional não seja engolfado pelo adjetivo emocional.

Voltemos aos danos causados ao País pela aposentadoria compulsória de servidores com 70 anos. Estudo da Fiesp mostra que o Brasil economizaria R\$ 1,4 milhão/ano por trabalhador se o período de trabalho fosse estendido para 75 anos. Em cinco anos, a economia na esfera federal seria de R\$ 2,4 bilhões. Jogando a planilha nos Estados e municípios, a conta chegaria aos R\$ 5,6 bilhões em cinco anos. Sob esse dado, ganha força a PEC 457/05, aprovada no Senado e tramitando na Câmara, que propõe alterar a idade para a aposentadoria compulsória do servidor. A trombeta corporativa de grupos que lutam para galgar a escada do poder fará muito barulho. Espera-se, contudo, que o argumento racional não seja engolfado pelo adjetivo emocional.

**GAUDÊNCIO TORQUATO** é jornalista, professor titular da USP e consultor político e de comunicação em São Paulo

**Retirar de campo parcela da plêiade da Justiça quando esta brilha no ponto mais alto de sua carreira parece medida desprovida de bom senso**

05 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Repressão policial e combate à criminalidade

**A** repressão policial deve priorizar a redução dos crimes contra a vida. Na opinião do sociólogo Pedro Bordê, coordenador do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná (-UFPR), ocorre justamente o contrário. A legislação e a própria polícia priorizam crimes praticados contra o patrimônio.

Na sua opinião, são necessárias mudanças qualitativas no sistema, como a modernização e agilização do Poder Judiciário; mudanças na Justiça Criminal para que pequenos delitos não sejam punidos com prisão; e modernização e aproximação da polícia da sociedade. É sabido que a Justiça como um todo é morosa. O excesso de recursos – muitas vezes utilizados apenas como fator para postergar o julgamento do mérito da ação – e o grande número de processos acumulados são apenas alguns fatores que contribuem para esse cenário.

Na verdade é necessário agilidade no julgamento – e punição compatível com o crime. A sensação de impunidade se traduz de várias formas perante a sociedade: crimes que demoram a ser julgados, casos insolúveis e corrupção no meio público. Independen-

entemente da concordância com a tese do sociólogo, talvez uma das afirmações inquestionáveis é de que a punição ocorre basicamente para crimes praticados pelos mais pobres. Denúncias de desvio de verba pública e irregularidades na gestão têm se tornado rotineiras em todo o País.

Raríssimos são os casos em que os políticos foram condenados à prisão e quase não há registro de devolução do dinheiro desviado aos erários.

Os últimos casos relatados tiveram grande repercussão. Nessa semana, a deputada Jaqueline Roriz (PMN/DF) escapou do processo de cassação na Câmara, após ter sido denunciada por recebimento de propina, inclusive, gravado em vídeo. O flagrante mostra a deputada (na época candidata a deputada distrital) e o marido, Manoel Neto recebendo maços de dinheiro das mãos do ex-secretário de Relações Institucionais do DF.

Não adianta punir "ladrões de galinha" se os "crimes de colarinho branco" ficam impunes, protegidos pelos jogos de interesse, troca de favores e corporativismo. Quando a corrupção já passou de todos os limites, aceitáveis é preciso punição - e mobilização da sociedade.

**É necessário  
agilidade no  
julgamento  
e punição  
compatível  
com o crime**

# 05 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

REAJUSTE  
SALARIAL



- E depois dizem que a justiça é cega!

05 SET 2011

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### **OAB vai ao Supremo contra doações eleitorais**

A Ordem dos Advogados do Brasil ingressa hoje com ação no STF requerendo a declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos (Leis 9.096/95 e 9.504/97) que permitem doações de empresas às campanhas políticas. A OAB considera o financiamento privado "uma forma de incentivo à corrupção, ao tráfico de influência e supremacia do poder econômico sobre o político". Muita gente vai chiar, sem razão.

### **É vero**

Para o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, grande parte do dinheiro das campanhas "é depois subtraída dos cofres públicos".

### **Aliança**

O juiz Marlon Reis, idealizador da Ficha Limpa, reforçou a campanha com a OAB para que a Lei não caia de vez, em novo julgamento no STF.

### **Reforço popular**

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, onde a Ficha Limpa nasceu, prepara grandes manifestações nas capitais para setembro.

## Cascavel ganhará Justiça nos Bairros neste ano

Cascavel - Está nas mãos do Poder Judiciário a implantação do programa Justiça nos Bairros em Cascavel. A ação, que beneficia comunidades carentes pelo interior do Estado, foi implantada em 1997 em Curitiba para facilitar o atendimento jurídico às pessoas que não têm condições de pagar pelos serviços.

Sua criação pode ocorrer ainda neste ano e agora o Judiciário local está em busca de parcerias para realizá-lo. Dentre os potenciais parceiros, estão o Sistema Fecomércio, o Sesc (Serviço Social do Comércio) e três instituições de ensino superior da cidade.

A informação é da desembargadora Joeci Machado Camargo, que esteve ontem em Cascavel para anunciar a presença do Justiça nos Bairros - Sesc Cidadão no Paraná em Ação, evento do governo do Estado, que será realizado de 16 a 18 de setembro, na FAG (Faculdade Assis Gurgacz), para 20 municípios da região.

### Atividades no Paraná em Ação

A desembargadora Joeci Machado Camargo explicou que, antes da implantação definitiva do programa Justiça nos Bairros em Cascavel, pessoas carentes de toda a região que precisarem de atendimentos em diversas áreas do direito podem ser beneficiadas. "Processos que poderiam demorar anos podem ser resolvidos gratuitamente em poucas horas", destacou. Esses atendimentos são voltados a pessoas que tenham pendências com a Justiça, desde dívidas com impostos até separações conjugais, reconhecimento de paternidade e maternidade ou quaisquer outros processos da Vara Criminal. O objetivo também é conseguir um acordo entre as partes, também para desobstruir e desafogar o sistema.

### NÚMEROS

Somente em Cascavel, segundo a secretária de Assistência Social, Inês de Paula, existem 20 mil famílias referenciadas e que possivelmente necessitem desses serviços.

A desembargadora destaca que o Paraná em Ação será trabalhado para atender 20 mil pessoas, vindas de 20 municípios da região.

Para saber mais sobre o Justiça nos Bairros ou para ser um voluntário do programa durante o Paraná em Ação basta contatar a Secretária de Assistência Social por meio do telefone (45) 3321-2023 ou o Sesc, pelo (45) 3225-3825.



Desembargadora Joeci: mais agilidade da Justiça

O PARANÁ 03 SET 2011

# Justiça acata denúncia contra ex-prefeito

Wasem é acusado de ter contratado empresas que prestam  
mão de obra de forma irregular; "Só cumpri a lei"

**Rondon** - A Justiça de Marechal Cândido Rondon acatou denúncia formulada pelo Ministério Público contra o ex-prefeito de Marechal Cândido Rondon Edson Wasem (DEM), bem como ex-secretários de seu governo entre os anos de 2000 e 2005 e também membros que pertencem à equipe do atual prefeito Moacir Frohlich (PMDB). Eles respondem por ação civil pública por supostamente ter infringido os artigos 10 e 11 da lei 8.242/92, que versa sobre crimes de improbidade administrativa.

De acordo com a denúncia, Wasem e os demais arrolados no processo teriam direcionado a contratação de mão de obra terceirizada para funções que não são de competência da prefeitura, ou seja, destinando trabalhadores contratados via licitações para atuar em órgãos federais e estaduais, como Poder Judiciário, Polícia Civil, INSS, Polícia Militar e Sine, entre outros. A ação encontra-se em fase inicial sob a responsabilidade da juíza Berenice Ferreira Silveira Nassar.

De acordo com Edson Wasem, que hoje é diretor de Seguridade Funcional da Seap (Secretaria Estadual de Administração), não há crime e sim o estrito cumprimento da lei. "A Consti-

tuição Federal determina que é responsabilidade do agente público zelar pela manutenção de serviços essenciais ao cidadão", destaca. Segundo ele, o assunto emergiu à tona porque o momento é de definições políticas e partidárias. "Chega nessa época e os governantes começam a tentar prejudicar o trabalho de quem pode ameaçar a continuidade de seus planos de poder".

## "Se há irregularidades, todos devem responder"

Segundo o ex-prefeito Edson Wasem, se há irregularidade como entende o MP, não é apenas ele quem deve responder, mas todos os integrantes da comissão de licitação que homologaram os certames tidos como irregulares. "Eu apenas assiniei a autorização para a contratação de empresas terceirizadas mediante pareceres favoráveis competentes", diz.

"Na época, o Município se viu na obrigação de proceder dessa forma, senão a máquina pública ficaria paralisada", justifica. Segundo ele, jurisprudências recentes dão retaguarda ao processo do qual responde. Para Wasem, o Ministério Público cumpriu seu papel e ele se diz tranquilo quanto à expectativa da decisão judicial. "Estou confiante e tenho certeza de que serei inocentado, bem como os demais envolvidos", diz.

03 SET 2011  
O PARANÁ

## Capitão é condenado por improbidade administrativa

Foz do Iguaçu - Por decisão da 2ª Vara Cível de Foz do Iguaçu, o capitão Sérgio Luiz de Souza Sato, da Polícia Militar, foi condenado a perda do cargo e ainda ao pagamento de uma multa de quase R\$ 900 mil por improbidade administrativa.

Conforme nota divulgada pelo Ministério Público do Estado, foi apurado que Sato "teria sido cooptado por quadrilha especializada na exploração de jogos de azar" e que teria recebido dinheiro para não "incomodar" os bandidos.

Pela sentença, o réu é obrigado a devolver valores que teria recebido dos criminosos. O montante chega a R\$ 835.444,77, corrigidos. A suspeita é de que o réu, no período de 2001 e 2004, efetuou movimentação financeira de mais de R\$ 800 mil, o que não condiz com os rendimentos.



# O PARANÁ

JUDITH BRITO

03 SET 2011

## Intimidação a juizes e jornalistas

Levantamento recente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça mostra que existem hoje no Brasil 134 juizes sob ameaça de morte ou violência. O brutal assassinato da juíza Patrícia Acili, que chocou o País, foi uma prova contundente do risco real em que vivem os magistrados cumpridores de sua missão de promover a justiça.

Também recentemente a Associação Nacional de Jornais tornou público seu Relatório de Liberdade de Imprensa, que revela o assassinato de cinco jornalistas nos últimos 12 meses, em decorrência de sua atividade profissional. No mesmo período, ocorreram pelo menos sete casos de agressões físicas a jornalistas no exercício da profissão.

Como se vê, no Brasil, dois dos mais importantes contrapesos de uma sociedade democrática - o Poder Judiciário e a imprensa - sofrem igualmente diante daqueles que pretendem impedir, a qualquer custo, a busca da justiça, a apuração de crimes, a transparência, a circulação das informações.

Quando um magistrado é ameaçado e até mesmo morto, os criminosos mandam um claro aviso, buscando intimidar o Poder Judiciário. Parecido com o que ocorre quando jornalistas são ameaçados, agredidos e mortos. Nesse caso, pretende-se amedrontar quem tem como missão desvendar o que está oculto, impedir que determinados fatos cheguem ao conhecimento das pessoas.

A violência contra juizes e jornalistas tem como principal combustível a impunidade. Criminosos ameaçam e até matam juizes e jornalistas por entender que dificilmente serão identificados e punidos. É mais uma grave falha do aparelho repressor do Estado brasileiro, que se mostra incompetente para proteger a sociedade de uma forma geral, em todos os seus setores, em todos os seus níveis.

No caso de juizes e jornalistas, o

agravante está no fato de que a intimidação atinge também a essência da sociedade democrática. Juizes atuantes e destemidos são pressuposto para o permanente esforço de justiça que se deve buscar, assim como o livre trânsito de informações só acontece com o trabalho intenso dos jornalistas, sem sombras de ameaça.

O Relatório de Liberdade de Imprensa da ANJ mostra que os cinco assassinatos de jornalistas registrados nos últimos 12 meses aconteceram no interior do País, mas é um engano supor que essa violência seja exclusiva de grotões sob domínio de um coronelismo tardio. Poderiam ter acontecido em grandes cidades, como já aconteceu e foi também registrado pela ANJ em outros períodos. Da mesma forma que o assassinato da juíza Patrícia ocorreu em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Não podemos permitir que em nosso país se repita o que já se viu na Colômbia, com juizes escondendo-se atrás de máscaras ao comandar julgamentos

e proferir sentenças, temerosos de futuras represálias dos criminosos. Ou aceitar o que ocorre hoje no México, onde a imprensa se cala diante da ação dos narcotraficantes que tanto mal impõem à sociedade daquele país.

Os números divulgados pelo CNJ e pela ANJ mostram que no Brasil a situação extrapolou, e muito, a normalidade. É preciso reagir, mostrar que a sociedade não aceita a intimidação a quem tem papel tão essencial na democracia. Cabe ao Estado - por meio do próprio Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia - impedir que a situação fuja do controle.

Judith Brito é presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais)  
ricardo.pedreira@anj.org.br

**A violência contra juizes e jornalistas tem como principal combustível a impunidade**

# O PARANÁ 03 SET 2011

## Roberto Jefferson pede ao STF que inclua Lula no processo do mensalão

**São Paulo** - Mais uma vez o presidente do PTB, Roberto Jefferson, insiste para que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva seja incluído entre os acusados de envolvimento no esquema do mensalão. Em um documento enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) com as suas alegações finais sobre o caso, Jefferson afirma que Lula deve ser considerado suspeito porque enviava projetos para o Congresso.

De acordo com o Ministério Público, o esquema consistia no pagamento de quantias a parlamentares para que votassem a favor de projetos de interesse do governo. No início de julho, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, pediu ao STF que condene 36 dos 38 réus do processo do mensalão. Ele afirmou que devem ser absolvidos por falta de provas o ex-ministro Luiz Gushiken e o ex-assessor Antônio Lamas.

“Qual a razão do ilustre acusador ter deixado de denunciar aquele que, por força de disposição constitucional, é o único que no âmbito do Poder Executivo tem iniciativa legislativa, o presidente da República, para somente acusar três de seus auxiliares, ministros de Estado, que iniciativa para propor projetos de lei não têm”, afirmou a defesa de Jefferson nas alegações finais enviadas ao STF. A expectativa é de que o plenário do STF julgue a ação no início do próximo ano.

## STF mantém cobrança de assinatura da telefonia fixa

**Brasília** - O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais três leis do Distrito Federal, Amapá e Santa Catarina - que determinavam o fim da cobrança da assinatura básica da telefonia fixa. Em julgamento, a maioria dos ministros do Supremo entendeu que as leis “usurpavam a competência privativa da União” para legislar sobre telecomunicações, prevista nos artigos 22 e 175 da Constituição, e manteve a cobrança.

De acordo com a assessoria do STF, o presidente do Tribunal, ministro Cezar Peluso, considerou “ingerência indevida” permitir que lei es-

tadual interfira no equilíbrio-econômico financeiro de concessionária dos serviços de telefonia. O Supremo declarou as leis inconstitucionais ao julgar três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionavam as leis estaduais.

O ministro Marco Aurélio, ainda segundo a assessoria do STF, disse que a tarifa da assinatura básica é parte integrante dos contratos de prestação de serviço entre a concessionária e o usuário. E o ministro Celso de Mello reforçou o entendimento de que cabe privativamente à União legislar sobre o assunto.

03 SET 2011

# O PARANÁ

## Governo envia pedido de reajuste do Judiciário ao Congresso Nacional

Impacto será de R\$ 7,7 bilhões nas despesas do governo no próximo ano

Brasília - O governo federal enviou ontem ao Congresso Nacional o pedido de aumento de salários do Judiciário que ampliaria em R\$ 7,7 bilhões as despesas no Orçamento Federal de 2012.

A despesa não consta do texto original do orçamento entregue na última quarta (31) pelo Executivo ao Congresso. O que o governo fez ontem foi repassar ao Congresso o pedido feito pelo Judiciário, para que os parlamentares decidam se o gasto será incluído no orçamento do ano que vem.

Na quinta-feira (1<sup>o</sup>), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, classificou como "equivocado" a ausência do pedido de aumento do tex-

to original do orçamento e afirmou não ter dúvidas de que o governo federal faria uma revisão do tema.

Na quarta (31), a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, havia dito que não queria "fazer guerra com o Judiciário", mas afirmou que o reajuste não era "apropriado ao Orçamento" entregue ao Congresso.

"Venho dar conhecimento a vossas excelências que o Poder Judiciário e o MPF encaminharam ao poder Executivo proposta de elevação de salários do seu funcionalismo com impacto total de R\$ 7,7 bilhões em 2012. Essas propostas estão anexas e não puderam ser contempladas no projeto de lei do Orçamento de 2012", diz a men-

sagem, assinada pela presidente Dilma Rousseff.

De acordo com a mensagem enviada ontem, as propostas de reajuste não foram incluídas no Orçamento "em primeiro lugar em função de um quadro de incerteza econômica mundial, onde é indispensável que o Brasil mantenha uma realidade fiscal responsável".

O governo também destaca, na mensagem enviada, que é "importante" que o Brasil "mantenha sua trajetória de equilíbrio fiscal".

"O aumento excessivo na despesa primária do governo central traria insegurança e incerteza sobre a evolução da economia brasileira em um contexto internacional já adverso", diz o texto.

04 SET 2011  
O PARANÁ

## Direito

Alaor Carlos de Oliveira

### Médico

A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) manteve decisão de segundo grau que condenou um médico ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, além de pensão vitalícia, a uma paciente e sua filha. Devido à demora no parto, a menina teve lesão cerebral irreversível e dependerá de cuidados médicos especializados por toda a vida. RESP 1195656

### Doméstica

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou a aplicação do princípio da insignificância a um caso de furto de R\$ 120, cometido por uma empregada doméstica, na residência em que trabalhava, em Porto Alegre (RS). A Sexta Turma considerou que o princípio não é aplicável a situações em que há abuso da confiança, em que o profissional usa do crédito conferido para tirar proveito pessoal. RESP 1179690

### Veterinário

Um veterinário do interior paulista terá de cumprir, em regime semiaberto a pena de dois anos e oito meses de reclusão pelo crime de quadrilha armada. A sentença havia imposto o regime inicial fechado, mas a defesa pedia o aberto. Para a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o regime intermediário é o mais adequado em razão da pena aplicada. HC 207174

### Militar contra militar

Crime cometido por militar contra militar, ambos da ativa e fora de serviço, por motivos sem vinculação com a função militar, deve ser julgado pela Justiça comum, por meio do Tribunal do Júri. A conclusão é da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao negar habeas corpus a um policial militar acusado de matar um bombeiro militar, por causa de dívida. HC 163752

### Violação

Em casos de violação de direito de propriedade industrial, ainda que não haja a mensuração exata dos danos, a ação de indenização pode ser acolhida se a prática ilícita tiver sido reconhecida. Hipótese em que a apuração dos danos fica para a fase de liquidação da sentença. A decisão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) diz respeito a ação indenizatória contra empresa que importava e vendia, sem anuência, produtos usados de outra marca. RESP 1207952

### Caducidade

A caducidade de marca registrada, por falta de uso pelo titular, deve ter efeitos jurídicos a partir de sua declaração (ex nunc), em vez de efeitos retroativos (ex tunc). A decisão, por maioria, é da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao dar provimento a embargos de divergência da empresa Lautrec Publicidade S/A e outros, de São Paulo. Ao definir a questão, a Seção entendeu que a fixação dos efeitos da caducidade para o futuro é a mais adequada à finalidade do registro de marcas, pois confere maior segurança jurídica aos agentes econômicos e desestimula a contrafação. ERESP 964780

### Insignificância

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou a aplicação do princípio da insignificância a um caso de furto de bicicleta no valor de R\$ 500. O réu ingressou com pedido no STJ contra decisão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS), que também havia afastado a

aplicação do princípio. O pedido era que fosse restabelecida a sentença de primeiro grau, que rejeitou a acusação. HC 207444

# O PARANÁ INFORME

# 04 SET 2011

## O aumento comedido do STF

Com uma nova crise econômica internacional logo na esquina, o pedido de aumento de 14,79% do STF não caiu muito bem no Planalto. Como a proposta foi rejeitada imediatamente por Dilma, o Supremo voltou atrás e fez uma pedida três vezes menor:



4,8%. O presidente do STF, Cezar Peluso, chegou até a telefonar para o relator-geral do Orçamento, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), só para deixar bem claro que o Judiciário está ciente das dificuldades financeiras que o país passa.

### Impacto

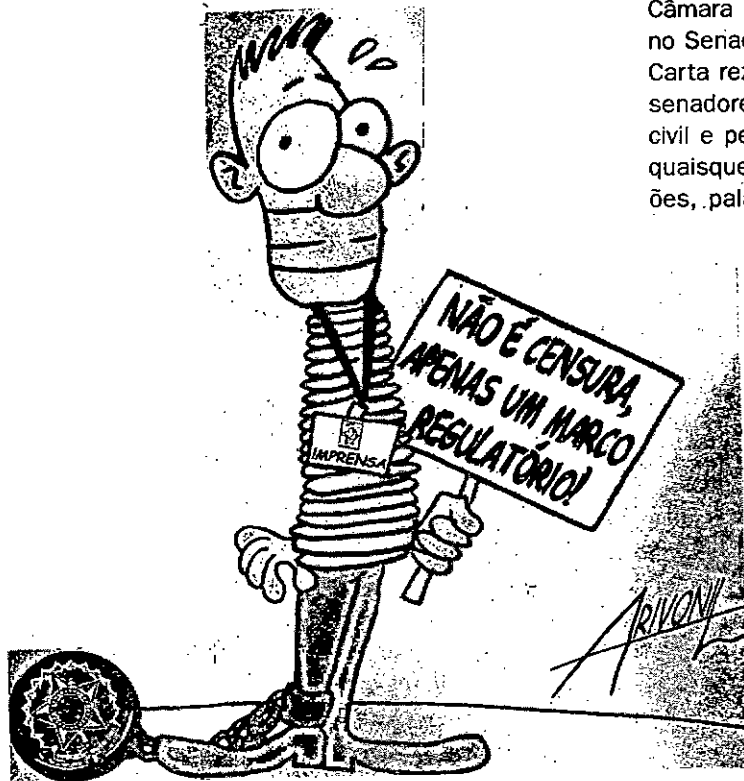
O acréscimo de 4,8% faz o salário dos ministros do STF chegar a R\$ 28 mil, o que vai gerar um impacto de R\$ 150,5 milhões no Orçamento.

## De Tremembé ao STF

O STF admitiu "repercussão geral" num recurso que lá chegou, a partir de um caso ocorrido, em 2001, na Câmara de Vereadores de Tremembé (SP). Um dos edis, em sessão plenária, ofendeu um colega, que o processou na Justiça comum. Ao julgar apelação de uma das partes, o Tribunal estadual entendeu que os xingamentos não estavam protegidos pela imunidade parlamentar, por terem "extrapolado os limites do bom-senso", com ofensa à honra de quem queria ser indenizado por danos morais.

### No limite

O recurso extraordinário acabou no STF e, por proposta do relator, ministro Marco Aurélio — que viu no feito "natureza constitucional" — o plenário vai ter de dizer qual o alcance da "imunidade parlamentar", com repercussão até na Câmara dos Deputados e no Senado. O artigo 53 da Carta reza: "Os deputados e senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos".



04 SET 2011

## O PARANÁ

### PANORAMA POLÍTICO

#### **Gilmar Mendes vem aí**

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Ferreira Mendes confirmou participação na 9ª Convenção Latino-Americana de Direito, que será realizada entre 27 e 29 de outubro, em Curitiba. A Conferência terá como tema "Direito, Democracia, Judicialização das Políticas Públicas e Integração Latino-Americana". A Conferência é promovida pelo Comitê para o Estudo e Difusão do Direito na América Latina e da Justiça Federal – Subseção Judiciária do Paraná. O evento é destinado a operadores do Direito, professores e estudantes.

03 SET 2011

DIVERGÊNCIA GAZETA DO POVO

# Dilma recua e inclui reajuste do Judiciário e do MP no orçamento

**Impacto nas contas públicas será de R\$ 7,7 bilhões, mas ainda não se sabe qual será a fonte de recursos**

● A presidente Dilma Rousseff encaminhou ontem ao Congresso uma mensagem incluindo no orçamento de 2012 a previsão de aumento salarial do Judiciário e do Ministério Público. A proposta terá um impacto de R\$ 7,7 bilhões. A ausência do reajuste no projeto de lei orçamentária, que foi encaminhado ao Legislativo na quarta-feira, provocou mal-estar com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Procuradoria-Geral da República e levou o governo a rever a proposta.

Diante do risco de crise institucional, ministros de Dilma foram designados ontem para uma reunião de emergência com o presidente do STF, Cezar Peluso, a fim de discutir a política de reajuste, que prevê aumento de 14,7% dos magistrados e procuradores e de 56% para os demais servidores do Judiciário.

No texto enviado ontem, a presidente reclama do tamanho do reajuste e diz que encaminhou a proposta "cumprindo dever constitucional". Para Dilma, o aumento pode prejudicar a execução de programas "essenciais".

Segundo técnicos em orçamento, a presidente não altera de forma automática o anexo do orçamento que prevê gastos com pessoal, informando apenas as propostas apresentadas pelo Judiciário. Na prática, isso quer dizer que caberá ao Congresso apontar de onde sairão os recursos para esses possíveis aumentos.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Vital do Rego (PMDB-PB), disse a comissão vai ter que resolver o problema. Ele lembrou que o orçamento enviado tem a receita toda comprometida, sem contar com o reajuste para o Judiciário. "A comissão terá que descascar o abacaxi. O orçamento enviado pelo governo está todo arrumado sem isso [previsão de reajuste para o Judiciário]. Vou conversar com o Judiciário e representante dos órgãos para fazer as consultas. Para mim, a mensagem diz que caberá à Comissão Mista de Orçamento resolver o problema", disse o senador.

## Dificuldades

A mensagem da presidente Dilma Rousseff apresenta quatro itens contrários ao reajuste. O primeiro cita que "em função de um quadro de incerteza econômica mundial, é indispensável que o Brasil mantenha uma realidade fiscal responsável que lhe permita lidar com sucesso com eventuais situações de crise".

O segundo ponto destaca que "há possibilidade de agravamento na situação econômica internacional em 2012, com risco de recessão em economias avançadas e forte volatilidade nos preços dos ativos financeiros". Em terceiro lugar, o texto ressalta que "um aumento excessivo na despesa primária do governo central traria insegurança e incerteza sobre a evolução da economia brasileira em um contexto internacional já adverso".

Em quarto lugar, é destacado pelo governo que "é necessário que esse esforço seja compartilhado por todos os Poderes da República" e que "a inclusão de propostas grandes de reestruturação para o funcionalismo federal prejudicaria a efetiva implementação de políticas públicas essenciais como as da saúde, educação e redução da miséria". Dilma, entretanto, encaminhou a mensagem "em respeito ao princípio republicano da separação dos poderes e cumprindo o dever constitucional".

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**"A inclusão de propostas de reestruturação para o funcionalismo federal prejudicaria a implementação de políticas públicas essenciais."**

03 SET 2011

Mensagem do Executivo assinada pela presidente Dilma Rousseff.

**"É uma coisa óbvia. Parece que houve um pequeno equívoco que o Executivo vai retificar, sem dúvida."**

Ministro Cezar Peluso, presidente do STF, na quinta-feira.

## 56% de aumento

é o valor que o Judiciário pretende conceder para seus servidores no ano que vem. O percentual para os magistrados e procuradores está estimado em 14,7%.

## Relator do orçamento diz que Executivo deve apontar fonte

O relator-geral do orçamento da União, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que a mensagem enviada ontem pela presidente Dilma Rousseff não altera o quadro de despesas e receitas já enviado e que o próprio Executivo terá que apontar de onde sairiam recursos para viabilizar novos aumentos não previstos. Chinaglia disse que, além de aumentos para servidores, há outras demandas a serem resolvidas pelo Congresso, como compensações pela Lei Kandir e até mesmo o valor das emendas parlamentares.

Na mensagem, a presidente Dilma lista os projetos de aumento do Poder Judiciário de Ministério Público da União — que já haviam enviado as propostas ao Legislativo —, mas alerta que sua aprovação causaria cortes em outras áreas, pois teria impacto de R\$ 7,7 bilhões.

### Porteira fechada

"O governo, se for para atender ao Judiciário, terá só um caminho: o Executivo apontar de onde virão as receitas e daí alterar sua proposta orçamentária. O governo não informou se há receita para isso ou não. No momento, a porteira está fechada, emperrada", disse Chinaglia.

Arlindo Chinaglia disse que vai trabalhar em parceria com o relator de receitas. O Congresso, como todos os anos, deve aumentar a estimativa de receita fixada pelo Executivo para justamente fazer frente a novas demandas de gastos.

CONTINUA



# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## STF faz pedido para outro aumento salarial, desta vez de 4,8%

4,8%

O Judiciário não quer apenas um aumento e resolveu entrar em rota de colisão com a equipe econômica. Durante a crise desta semana com o Executivo por causa de cortes feitos em sua proposta de reajuste de 14,79% nos salários dos magistrados, o Supremo Tribunal Federal (STF) encaminhou ao Congresso na última quarta-feira um segundo pedido de aumento, de 4,8%, desta vez para vigorar a partir de janeiro de 2012.

Para justificar a necessidade desse segundo aumento, o STF alega que a Constituição Federal assegura periódica atualização dos salários para recompor perdas inflacionárias. Segundo o tribunal, o índice previsto para o exercício financeiro de 2011 é de 4,8%.

Mas a proposta que provocou conflito entre o Judiciário e o Executivo nesta semana é outro. O STF quer aprovar um projeto de lei para recompor perdas relativas aos anos de 2008, 2009 e 2010, que somariam os 14,79%. Se for aprovado, esse primeiro projeto fará com que os salários do Supremo passem dos atuais R\$ 26,7 mil para R\$ 30,6 mil.

Se a segunda proposta, de 4,8%, também passar a vigorar, o valor seria reajustado para R\$ 32 mil a partir de janeiro.

### Teto

Como a remuneração do STF é o teto do funcionalismo e do Judiciário, um aumento acarreta-

é o percentual do segundo aumento que o Supremo Tribunal Federal quer aplicar a partir de 2012. Os ministros defendem a aprovação dos dois reajustes.

R\$32 mil

será o valor do salário de um ministro do STF a partir de janeiro de 2012, caso os dois reajustes previstos para o Judiciário sejam aprovados.

ria efeito cascata. O impacto desse primeiro aumento só no Judiciário seria de R\$ 8 bilhões. O do segundo consumiria R\$ 150,5 milhões. O Supremo fez questão de deixar claro que quer a aprovação dos dois projetos. "A presente proposição [de aumento de 4,8% se dá sem prejuízo da tramitação do PL n.º 7.749, de 2010 [que trata do reajuste de 14,79%]", ressaltou o tribunal na justificativa do projeto.

Ontem, o presidente do STF disse que a crise em torno da proposta orçamentária do Judiciário é "página virada". O Supremo tinha reagido à decisão do governo de cortar a proposta original da Justiça. Na quinta-feira, Cezar Peluso se reuniu com os ministros Miriam Belchior (Planejamento), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luis Inácio Adams (Advocacia-Geral da União). A reunião culminou com o envio de uma nova mensagem ontem ao Congresso.

03 SET 2011

SEM AVISAR

## Miriam foi barrada no Senado

De surpresa, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, foi pessoalmente entregar ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o adendo à proposta do orçamento de 2012, com o reajuste do Judiciário e do Ministério Público. Ela chegou ao Senado ontem por volta do meio-dia, discretamente, sem alarde.

A recepcionista que atendeu Miriam não confiou muito de que, em plena sexta-feira, era mesmo uma autoridade e fez um telefonema. "Olha, tem uma moça aqui que diz que é ministra". Assessores do Senado constataram que era verdade e pediram que Miriam aguardasse, enquanto se comunicavam com Sarney, mas ela preferiu retornar ao ministério. A mensagem terminou sendo protocolada na secretaria da Mesa do Senado pela assessora parlamentar do Ministério do Planejamento.

A mensagem foi lida no Senado na sessão de ontem à tarde, pelo senador Paulo Paim (PT-RS).



Miriam Belchior protocolou a mensagem na Mesa do Senado.

# GAZETA DO POVO

ROSANA FÉLIX 03 SET 2011

## Enquanto isso, na sala da Justiça

**S**erá que se o Judiciário fizesse lobby para a regulamentação da Emenda 29, que disciplina os gastos com saúde, ela finalmente sairia do papel? Uma coisa não tem nada a ver com a outra, mas espanta que, em apenas dois dias, a União tenha retificado a proposta orçamentária de 2012 para contemplar o aumento de gastos para a Justiça. O impacto no caixa da União é considerável – R\$ 7,7 bilhões.

A Emenda 29 causaria ainda mais impacto nas contas públicas, mas também beneficiaria mais pessoas – em tese, todos os brasileiros, já que o nosso sistema de saúde é universal. Tudo bem que é um assunto complexo, que não dá para resolver em dois dias, mas também 11 anos é demais. A Emenda 29 aguarda regulamentação desde 2000. Nesse meio tempo, governos de todas as cores e bicos aproveitaram a brecha da lei para incluir nos gastos de saúde atividades que não tem relação nenhuma com a área.

Pela Constituição, a União deveria aplicar em saúde 10% da arrecadação; estados, 12%; e municípios, 15%. Para atingir esses percentuais, a maioria dos governantes inseriu na conta gastos com saneamento e reforço alimentar – estão nesta lista Lula, Jaime Lerner, Roberto Requião, entre outros.

Em 2010, ano de eleição, mais uma vez ouvimos dos candidatos que eles finalmente resolveriam o problema. Beto Richa declarou, várias vezes, que iria cumprir a Emenda 29. Em maio do ano passado, Dilma afirmou que iria “tomar iniciativas logo no início do mandato para regulamentar a Emenda Constitucional 29”, como bem lembrou o colonista

Elio Gaspari aqui mesmo na Gazeta do Povo, há dois meses.

Em 7 de janeiro, já empossado como governador, Richa foi enfático: “O saneamento e o Leite das Crianças vão sair do orçamento da pasta em 2012 para permitir o investimento de R\$ 1 bilhão”. Pouco tempo depois, em abril, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 já desmentiu o tucano. As duas ações continuam a ser considerados investimentos em saúde, pelo menos até que a Emenda 29 seja regulamentada.

Pelo que a candidata Dilma havia prometido, isso já devia ter ocorrido. Mas há uma diferença muito grande entre o que qualquer candidato fala e o que todo governante entrega. Nos primeiros meses de 2011, nenhuma ação efetiva. E agora o governo veio com o discurso de que aprovar o Projeto de Lei Complementar 306/2008, que regulamenta a Emenda 29, não resolverá os problemas da saúde. Sem um novo imposto para a saúde ou sem definição de fonte de recursos, diz o Planalto, a área pode até receber menos investimentos.

O PLP 306/2008 está trancado na Câmara há dois anos justa-

mente por causa da polêmica em torno da criação da Contribuição Social da Saúde (CSS), que financiaria os novos investimentos. Como a sociedade em geral era contra o novo imposto, os deputados seguraram a votação. Dilma sabia disso quando fez promessas e quando assumiu a Presidência. E agora?

Para 2012, o governo federal projeta despesas totais de R\$ 71,7 bilhões para a saúde. O Planalto sabe que é insuficiente. Comparando os gastos públicos do Brasil na área, ficamos atrás de vários países, inclusive dos nossos vizinhos Uruguai, Argentina, Colômbia e Chile.

Nosso país é grande, mas os Estados Unidos também são. E lá o poder público aplica 7,1% do Produto Interno Bruto em saúde – onde as condições sociais são mais favoráveis e grande parte do investimento é bancada pela iniciativa privada. No Brasil, são destinados 3,5% do PIB para a saúde. Enquanto isso, na sala da Justiça...

### LONGE DO IDEAL

Em relação a países desenvolvidos e os vizinhos da América do Sul, os gastos públicos em saúde no Brasil são muito baixos:

Países	(% do PIB)	Países	(% do PIB)
França	8,7	Colômbia	5,1
Portugal	7,1	Chile	3,7
Estados Unidos	7,1	África do Sul	3,6
Itália	6,7	Brasil	3,5
Espanha	6,1	Rússia	3,5
Uruguai	5,9	Paraguai	2,4
Argentina	5,1	China	1,9

**Nosso país é grande, mas os Estados Unidos também são. E lá o poder público aplica 7,1% do Produto Interno Bruto em saúde – onde as condições sociais são mais favoráveis e grande parte do investimento é bancada pela iniciativa privada. No Brasil, são destinados 3,5% do PIB para a saúde.**

# GAZETA DO POVO

SANDRA FRANCO

03 SET 2011

## A pressão contra operadoras dos planos de saúde

**As novas regras forçam as operadoras a reverem toda a sua operacionalidade atuarial e, conseqüentemente, a viabilidade ou não de se manterem no mercado**

**A** cada dois anos, uma resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) é publicada atualizando o rol de procedimentos com cobertura assistencial obrigatória para os planos de saúde. As atenções voltam-se novamente ao cerco feito às operadoras e às conseqüências diversas, em especial nas esferas jurídica e financeira.

De acordo com a nova resolução, a partir de janeiro de 2012, os convênios terão de custear 50 novos procedimentos, sendo alguns deles: cirurgia de redução de estômago via laparoscopia, terapia ocupacional, tomografia especial PET Scan (usada para o diagnóstico de câncer) e tratamento ocular quimioterápico.

Se por um lado é possível comemorar a evolução e o amadurecimento da agência reguladora de saúde e, conseqüentemente, a conquista de direitos pela sociedade; por outro não se pode deixar de avaliar o impacto econômico e jurídico de tais medidas. Afinal, é preciso que os novos custeios sejam efetivos e não apenas nominais. A nominalidade garante a legalidade dos contratos, mas a falta de efetividade, de cumprimento dos serviços previstos na norma, abre as portas do Judiciário para que inúmeras ações exijam o cumprimento das obrigações pactuadas em contrato.

Dessa forma, na prática, aquilo que, em tese, cintilava como benefício imediato, pode piorar a situação de milhões de brasileiros. Isso porque, a médio e longo prazo, o impacto econômico tenderia a provocar prejuízos em função da escassez de recursos financeiros por parte das operadoras.

Publicada pela ANS, no último dia 29 de julho, a Súmula Normativa 19 dispõe sobre a comercialização de planos privados de assistência à saúde por parte das operadoras, tanto na venda direta, quanto na mediada por terceiros. Essa norma visa garantir que não se desestimule, impeça ou dificulte o acesso ou ingresso de beneficiários em razão da idade, condição de saúde ou por portar deficiência.

A não observância desses parâmetros prevê a aplicação de penalidades para as infrações à legislação dos

planos privados de assistência à saúde. Entre elas, multa de R\$ 50 mil por impedir ou restringir a participação de consumidor em plano privado de assistência à saúde.

Para que não se tenha dúvida do momento de turbulência que o sistema de saúde suplementar atravessa, vale acrescentar que entrou em vigor um novo regime de regras de portabilidade de carência (período no qual o usuário embora pague as mensalidades, não tem acesso à maioria das coberturas previstas no contrato). Pela Resolução 252, publicada em 29 de abril, os beneficiários têm o direito de mudar de plano de saúde sem cumprir novos prazos de carência. As operadoras tiveram 90 dias para se adaptar às novas regras.

Outra novidade está na Resolução 254, que define regras para adaptação e migração de contratos firmados até 1.º de janeiro de 1999 com planos de saúde, objetiva facilitar a mudança de usuários de planos anteriores a 1999 para novos.

Segundo a ANS, há 9 milhões de usuários desses planos não normatizados que poderão usufruir de vantagens até então restrita aos novos planos, a exemplo: acesso ao rol atualizado de procedimentos e eventos em saúde; vedação de nova contagem dos períodos de carência; limitação do reajuste anual por variação de custo para os planos individuais ao percentual divulgado e autorizado pela ANS; adequação das faixas etárias ao Estatuto do Idoso.

Na lista das mais recentes, acrescenta-se a Resolução 259 surpreendeu ao fixar prazos de sete a 21 dias para que os usuários dos planos de saúde possam ter a garantia da prestação de serviços de saúde em menor tempo e em local próximo ao seu domicílio.

Em que pese o fato de a alteração dos contratos dar segurança e garantias oferecidas pela regulamentação do setor, é preciso considerar o contrabalanço entre avanço jurídico-social e jurídico-econômico. As novas regras forçam as operadoras a reverem toda a sua operacionalidade atuarial e, conseqüentemente, a viabilidade ou não de se manterem no mercado, em tempos também de reivindicação pelos médicos para aumento de seus honorários.

Para colocar contra a parede as operadoras, a ANS parece estar apostando no tudo ou nada: ou as operadoras diminuem sua margem de lucro ou desaparecerão.

**Sandra Franco**, consultora jurídica especializada em Direito Médico e da Saúde, membro efetivo da Comissão de Direito da Saúde e Responsabilidade Médico Hospitalar da OAB/SP e presidente da Academia Brasileira de Direito Médico e da Saúde.

03 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## POLÊMICA

Docente pode  
ser punido  
por ameaçar  
prender aluna

! O professor de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie Paulo Marco Ferreira Lima poderá ser afastado da instituição após ter ameaçado dar voz de prisão a uma aluna do quinto semestre, que teria questionado sua metodologia de ensino em uma aula de Direito Penal. Segundo o docente, foi necessário chamar seguranças para conter a estudante, que teria feito reclamações em voz alta. A corregedoria do Mackenzie apura o ocorrido e poderá decidir pela punição, disse o reitor Benedito Guimarães Aguiar Neto. "Ele é recém-contratado e está em regime probatório." O professor, também procurador de justiça, confirmou ter ameaçado dar voz de prisão à estudante.

## 03 SET 2011

### **VIOLÊNCIA** **Moradores da** **Vila Sandra** **denunciam** **toque de** **recolher**

Tráfegantes de drogas teriam ordenado um toque de recolher na noite de ontem na Vila Sandra, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Moradores afirmam que as ruas ficaram desertas, os bares fecharam mais cedo e havia viaturas da polícia fazendo a patrulha no local. Comerciantes dizem que foram orientados a manter os estabelecimentos fechados e a não caminhar pelas ruas após as 19 horas. A situação já teria ocorrido na última quarta-feira (31) e, poucas horas depois, dois jovens foram assassinados.

Uma testemunha, que preferiu não se identificar, disse que os bandidos afirmaram que iriam "apagar" quem saísse de casa à noite. A testemunha conta que os moradores da região estavam com muito medo, mas que o policiamento ontem foi intensificado. O assunto também movimentou as redes sociais. Pelo twitter, moradores orientavam vizinhos a não deixarem as casas.

A polícia não confirmou oficialmente a ação que estava sendo realizada no bairro. Um morador, que também preferiu não se identificar, afirmou que pelo menos cinco viaturas rondavam a região por volta das 21h30. Os policiais estariam revistando veículos e pessoas que passavam nas proximidades da Rua João Dembinski e do Colégio Estadual Teotônio Vilela.

### **EXAME DE ORDEM** **FGV divulga** **gabarito da** **prova da OAB**

A FGV Projetos, responsável pelo Exame de Ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), divulgou o padrão de respostas (espécie de gabarito) da segunda fase do Exame de Ordem. O resultado pode ser conferido no site [www.oab.fgv.br](http://www.oab.fgv.br), onde constam também os cadernos de prova da segunda fase. O resultado preliminar deve ser divulgado até o próximo dia 13 e os candidatos terão de 13 a 15 de setembro para recorrer contra o resultado. No dia 4 de outubro, deve ser divulgado o resultado final do exame. A aprovação no Exame de Ordem é pré-requisito para poder atuar como advogado. A última edição registrou um índice histórico de reprovação: 88% dos 106 mil inscritos não passaram no exame.

### **Mulher rouba** **bebê em** **Tamandaré**

Um bebê de 2 meses de idade foi sequestrado na tarde de ontem por uma mulher no bairro Cachoeira, em Almirante Tamandaré, na região metropolitana de Curitiba. De acordo com o superintendente da delegacia de polícia da cidade, Job de Freitas, a mãe da criança, Roseli Ferreira de Lara, 19 anos, contou que a sequestradora esteve na quinta-feira na casa dela para oferecer trabalho ao pai da criança.

A mulher teria retornado ontem à residência e se oferecido para ajudar o casal. "Vendo a situação humilde da família, a acusada se ofereceu para comprar roupas para o menino e para a mãe". Roseli estava no provador de uma loja de roupas quando a mulher sumiu com o bebê. A polícia fez um retrato-falado da sequestradora.

### **JUSTIÇA**

### **Indignados, operários mantêm greve nas obras do Maracanã**

Os operários que trabalham na reforma do Maracanã decidiram manter ontem a greve. Os funcionários do turno da noite reivindicam melhores condições de trabalho. Na quinta-feira, os trabalhadores alegaram que a comida estava estragada e que não havia médicos suficientes no canteiro de obras.

No mês passado, os operários fizeram greve por cinco dias depois que o ajudante Carlos Felipe da Silva Pereira fraturou o joelho em uma explosão.

Em nota, o consórcio formado pelas empreiteiras Andrade Gu-

tierrez, Odebrecht e Delta informou que todas as "reivindicações estão sendo atendidas" e que não há motivo para a atual paralisação. O consórcio pediu ao Tribunal Regional do Trabalho que o movimento seja considerado abusivo. A audiência para conciliação foi marcada para o dia 5 de setembro.

Além de pedir melhor tratamento no canteiro, os operários afirmam que o consórcio não entregou o cartão da cesta básica no valor de R\$ 160, conforme acordo fechado no mês passado, e que não houve pagamento de horas extras.

# GAZETA DO POVO

## MP processa Barbosa Neto por gasto de R\$ 1,1 milhão

O prefeito de Londrina, Barbosa Neto (PDT), é alvo de mais uma ação por improbidade administrativa. Ontem, a Promotoria de Justiça de Proteção do Patrimônio Público anunciou que ajuizou uma ação civil contra o prefeito. O MP também citou na ação o então secretário de Gestão Pública, Marco Cito; o ex-procurador-geral do município Fidelis Canguçu; a empresa Proguarda Administração e Serviços e seu responsável, Marcelo Macedo da Fonseca.

Segundo o MP, os acusados teriam aumentado o valor do contrato com a empresa de segurança utilizando um aditivo contratual irregular, o que teria gerado um gasto para o município de R\$ 1.143.817,05. Esta é a quinta ação por improbidade proposta pelo MP-PR contra o prefeito desde o início do ano. A promotoria requer a devolução de R\$ 1,4 milhão aos cofres da prefeitura, imposição de multas aos acusados e a que, ao fim do processo, o prefeito Barbosa Neto seja impedido de se candidatar novamente a cargos públicos.

As ações anteriores são por publicidade pessoal na festa de réveillon de 2010; por suposto uso de vigilantes na rádio da família com pagamento pela prefeitura; irregularidades na contratação do Instituto Atlântico para serviços de saúde e irregularidades no treinamento da Guarda Municipal.

## MP apura se secretário foi omisso no acidente do bondinho

O procurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ), Cláudio Lopes, instaurou inquérito para apurar a responsabilidade do secretário de Transportes, Júlio Lopes, no acidente com o bondinho de Santa Teresa, no sábado passado, que matou cinco pessoas e deixou 57 feridas. A

decisão foi tomada pelo procurador-geral porque Lopes, enquanto secretário e deputado federal eleito em 2008, tem foro privilegiado. Lopes não compareceu ontem à reunião para a qual foi convocado, na sede da procuradoria-geral. A secretaria não soube informar o motivo.

# 03 SET 2011

**JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA**

### Novão da jaula

Incrível! O governo federal não terá de pagar uma indenização de R\$ 17 bilhões pela desapropriação da área hoje pertencente ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro Galeão/Antônio Carlos Jobim. A Companhia Brasília S/A (em liquidação) tinha 20 anos para cobrar esse direito já reconhecido e executar a decisão, mas deixou de fazê-lo. O recurso foi julgado recentemente pelo STJ. Em 1997 a Companhia Brasília pediu vista dos autos, por dez dias, com a finalidade de diligenciar uma fórmula adequada para pôr fim à demanda. Com sua retirada, os autos desapareceram por quatro anos. Somente em maio de 2001, um terceiro, pastor evangélico, entregou o processo no cartório da Justiça Federal, informando tê-lo encontrado no banco da igreja. (Extraído do site do STJ)

O promotor Renato de Lima Castro disse ontem que mesmo com a advertência dos dois gestores do contrato, o aditivo foi liberado indevidamente. Conforme o promotor, o secretário Marco Cito esperou a troca de procuradores para conseguir o parecer favorável. "Isso demonstra que todos os movimentos eram para favorecer a empresa", afirmou Castro.

Procurada, a assessoria de imprensa informou que o prefeito Barbosa Neto estava em uma reunião do partido no Rio de Janeiro e que não se pronunciaria sobre o caso. A assessoria afirmou também que o secretário Marco Cito estava em viagem para Cascavel.

A reportagem tentou contato com Marcelo Macedo da Fonseca, na sede da empresa em Goiânia, mas ele não foi localizado. A Proguarda informou que ele retornaria a ligação, o que não ocorreu até o fechamento desta edição.

# GAZETA DO POVO

03 SET 2011

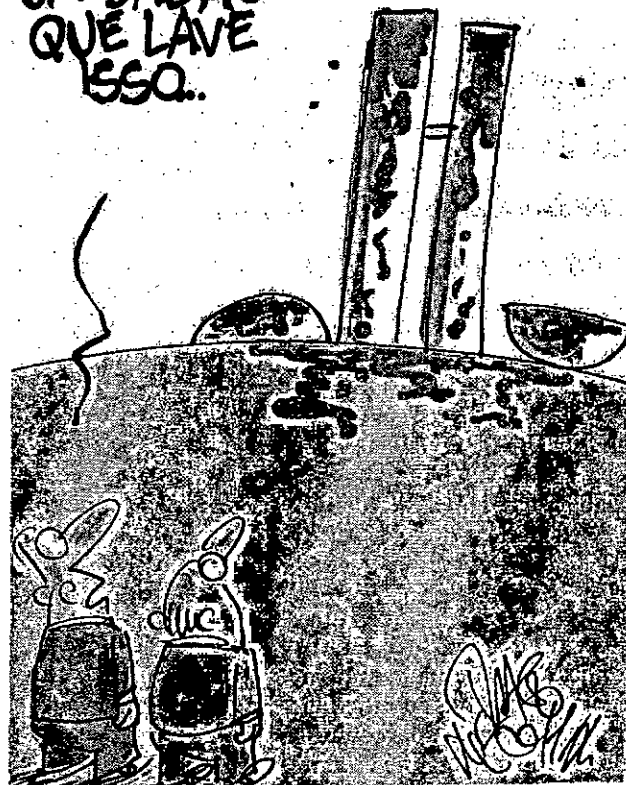
## PAIXÃO



DEPUTADA  
JAQUELNERORIZ

TÁ PRA  
EXISTIR  
UM SABÃO  
QUE LAVE  
ISSO..

TIAGORECCHIA



04 SET 2011

FAMÍLIA GAZETA DO POVO

# Guarda dos filhos tem novo perfil

**Alterações nas leis e maior participação da mulher no mercado de trabalho deram prioridade às mães. Agora é a vez do modelo compartilhado**

Paola Carrié

Nas últimas duas décadas, a Justiça brasileira mudou a forma como decide sobre a guarda dos filhos de casais divorciados. Em 1984, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 12% dos casos os homens ficavam com a guarda. O índice caiu para pouco mais de 5% em 2009. As duas principais razões para o fenômeno são a ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho — e consequentemente melhores condições financeiras — e também alterações na legislação, que antes privilegiava o pai.

Em alguns estados, o número de homens com a guarda era três vezes maior que a média nacional. Em Rondônia, no início da década de 1980, de cada dez divórcios, o pai ficava responsável pelas crianças em três. No Maranhão, o percentual era de 23%. Em apenas quatro estados a porcentagem ficava abaixo de 10%, sendo o Amazonas o último lugar, com 3%.

Após a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, com o reordenamento do sistema jurídico no Brasil, começou uma grande queda no número de

homens que ficam com a guarda dos filhos e, desde então, tem havido apenas pequenas variações ano a ano.

Advogada e professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Fernanda Soares Pinheiro afirma que a legislação pré-Constituição era considerada machista por muitos juristas. Não havia igualdade jurídica entre homens e mulheres e eles eram considerados mais “importantes” dentro da família, principalmente em função do poder econômico.

Até o início dos anos 2000 vigorou no país o Código Civil promulgado em 1916 e, por isso, parte da legislação era considerada atrasada. No caso de separação, por exemplo, o “culpado” pelo fim do relacionamento não poderia ficar com os filhos. Ou seja, se a mulher pedia a separação ficava automaticamente impedida de ser a responsável pelas crianças. Somente no final da década de 1970 surgiu a chamada Lei do Divórcio, que começou a mudar esse paradigma.

Outro fator importante apontado por Fernanda é a queda da taxa de fecundidade da mulher brasileira. No final dos anos 70 esse valor passava de 4 e, em 2009, ficou em 1,6. Com menos filhos, as mulheres também garantem mais facilmente o sustento da família.

## Mercado de trabalho

Apesar de ainda existirem desigualdades no mercado de trabalho, a participação das mulheres cresceu nas últimas décadas. Nos anos 80, 35% dos domicílios tinham participação da mulher na composição da renda e no final dos anos 2000 o valor chegou a 50%.

Presidente da seção paranaense do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam), Adriana Aranha Hapner lembra que o encargo da família vai muito além da pensão alimentícia. “O homem tinha uma condição financeira expressivamente melhor e a pressão econômica pesava na decisão da guarda dos filhos.”

A juíza da 1.ª Vara da Família de Ponta Grossa, Denise Damo Comel, também acredita na hipótese financeira para explicar o maior número de pais com a guarda dos filhos na década de 1980. “O homem era o provedor. No caso de fim do casamento, a pensão não proveria integralmente à família como anteriormente.”

**CONTINUA**



04 SET 2011

## GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

### Justiça vai em direção do compartilhamento

Apenas em 2008 a guarda compartilhada foi regulamentada. Antes disso, diversos juízes já aplicavam a medida, mas não havia previsão legal expressa. Em países desenvolvidos essa solução é a mais aplicada nos divórcios, mas os especialistas são unânimes ao afirmar que ela só funciona se o casal trabalhar em conjunto.

Isso porque ter a guarda compartilhada significa decidir em parceria questões importantes, como os critérios de educação do filho, os limites, as regras e horários. Juíza da 1.ª Vara da Família de Ponta Grossa, Denise Damo Comel afirma que os pais não devem ter posturas divergentes e agir isoladamente. Muitas discordâncias já foram, inclusive, parar nos tribunais.

Segundos especialistas, atualmente o desfecho mais comum nos divórcios é a guarda consensual apenas com a mãe, mas no futuro a tendência é que a compartilhada prevaleça. Fernanda Soares Pinheiro lembra que dividir a responsabilidade dos filhos com o ex-parceiro ocorre com mais frequência entre casais mais velhos e maduros e quando há consciência para ambos de que o relaciona-

mento não dá mais certo.

#### Convivência

É importante para o desenvolvimento da criança que ela tenha um bom convívio com ambos os pais, quando não existe nenhum impedimento grave para isso. Mestre pela Universidade Federal de Santa Catarina, o psicólogo e perito jurídico Evandro Luiz Silva afirma que diversas pesquisas comprovam os malefícios do afastamento de um dos genitores. Estudos dos EUA apontaram que há mais chances de gravidez e uso de drogas entre adolescentes que tiveram o vínculo rompido com um dos pais.

Silva lembra que o tempo cronológico da criança é diferente dos pais e que uma semana na vida dos pequenos pode ser o equivalente a até dois meses para os adultos. Por isso, o afastamento de um dos genitores é tão prejudicial, já que há perda de vínculo e intimidade e a criança se sente abandonada. "Não raro, o filho se sente culpado pelo divórcio", diz. A dica do especialista é que os pais coloquem os meninos e meninas em primeiro lugar. "Se o ex-parceiro foi um mau pai ou mãe, a criança precisa ver isso sozinha."

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 SET 2011

## DEPOIMENTO

**José Clóvis da Cruz**  
microempresário, 44 anos

### Sem que o amor do filho seja dividido

Meu casamento com minha ex-esposa terminou em 2009, após oito anos de relacionamento. Tivemos um filho, que acabou de fazer 6 anos. Estou buscando a guarda compartilhada porque o coração da criança não pode ser dividido ao meio. Tenho um relacionamento muito especial com ele e sei que a mãe também. Quero vê-lo sempre e participar das atividades do cotidiano. Não quero ficar longe do meu filho, que foi o acontecimento mais maravilhoso da minha vida, e morreria por ele. Acredito no diálogo e no bom senso.

Descobri a guarda compartilhada em 2009 e passei a pesquisar sobre o assunto. Hoje, nosso processo de divórcio ainda está tramitando na Justiça, mas tenho contato frequente com meu filho. Apesar disso, há perdas, mesmo que às vezes pareçam imperceptíveis, mas estou fazendo tudo o que está ao meu alcance para que as cicatrizes sejam as menores possíveis.

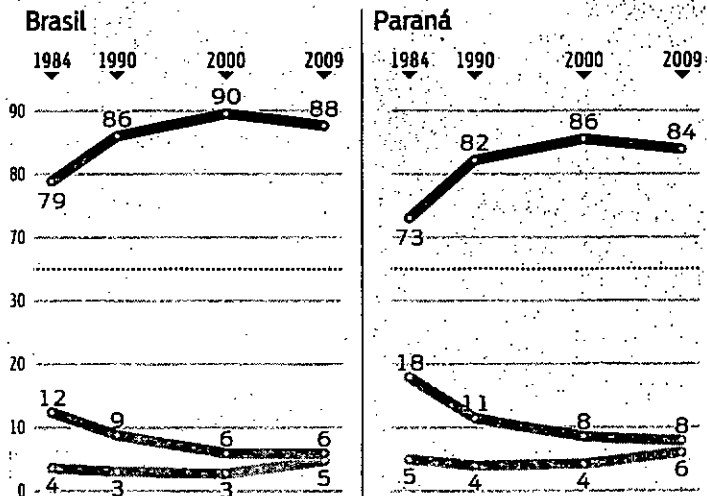


Separado desde 2009, José Clóvis da Cruz busca na Justiça a guarda compartilhada do filho de 6 anos.

## EVOLUÇÃO

Nas últimas décadas caiu o número de homens responsáveis pela guarda dos filhos, mas a tendência é de que no futuro a responsabilidade seja compartilhada entre ambos os pais.

Em % ● Mulher ● Homem ● Ambos



Fonte: Redação.

Infografia: Gazeta do Povo

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

# 04 SET 2011

### LEGISLAÇÃO

Confira as mudanças recentes que ocorreram na legislação brasileira sobre a guarda dos filhos:

**2003**

#### Alteração do Código Civil

Antes da modificação na lei, a guarda dos filhos era preferencialmente da mulher. Para o pai obter o direito de ficar com as crianças, deveria ser comprovado algum desvio grave em relação à ex-companheira, como consumo de drogas. A partir de 2003, passa a não haver mais preferência pela mulher, mas sim pelo cônjuge que apresente maior capacidade de cuidar dos filhos.

**2008**

#### Regulamentação da guarda compartilhada

Alguns juízes já aplicavam a guarda compartilhada, mas

não havia previsão legal expressa e a unilateral continuava sendo a mais comum. A regulamentação dessa alternativa possibilitou que ambos os pais passassem a participar de maneira equitativa da vida dos filhos, partilhando responsabilidades e decisões importantes. Esta deveria ser a opção preferencial dos magistrados.

**2010**

#### Alienação parental

A legislação criou um dispositivo que permite a identificação e punição da alienação parental. Frequentemente, em casos de

divórcio, um dos cônjuges incentiva o rompimento de laços afetivos e convivência. Sem uma lei específica, a Justiça demorava anos para caracterizar estas práticas e punir o genitor.

A Lei 12.318 define a alienação parental como "a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores (...) para que repudie o outro genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este." As punições variam desde advertência até suspensão da autoridade parental.

## Desafio

Desde 2008, o engenheiro Leandro Luiz Silveira, 44 anos, encara o desafio de ter a guarda dos dois filhos, de 8 e 10 anos. Ele e a ex-companheira ficaram juntos por seis anos e, após o divórcio, Silveira decidiu lutar pela guarda das crianças. Foi aí que sentiu um preconceito "invertido" na Justiça. "Na Vara da Família estava em um ambiente feminino, onde o comum era a guarda ficar com a mãe." Com a volta dos pequenos para casa, o gerente teve de se adaptar no trabalho para poder se dedicar a questões do cotidiano, como lição de casa e acompanhamento em atividades extracurriculares. A avó das crianças, que mora em uma residência ao lado, também participa ativamente da criação dos netos. "Há uma perda pela falta de convivência com a mãe, mas tentamos preencher esta lacuna", diz o gerente de projetos.

**CONTINUA**

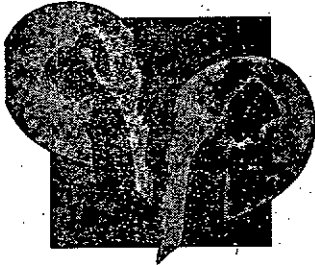
# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

04 SET 2011

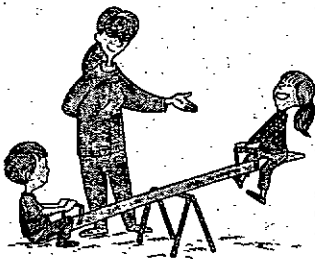
## BÊ a bÃ

Entenda o desenrolar de processos que envolvem a guarda dos filhos.



### Na Justiça

Quando o casamento de dois adultos termina, eles se separam e precisam procurar a Justiça para decidir quem vai ficar com os filhos, assim como a partilha dos bens, como a casa, carros etc.



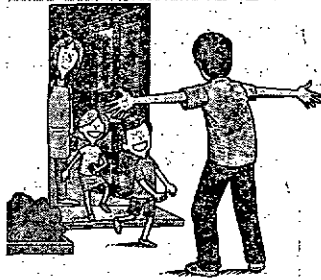
### Contato mantido

O fim do relacionamento dos pais não pode prejudicar o contato com os filhos. O pai e a mãe devem continuar a ver as crianças, participando das atividades do cotidiano.



### Sem preferência

Hoje, a mãe não tem mais preferência na guarda dos filhos. O que conta para o juiz é quem tem mais condições de ficar com as crianças. O bem-estar dos meninos e meninas deve estar em primeiro lugar.



### Responsabilidade dividida

Outra possibilidade é a guarda compartilhada. Desde 2008, os juizes podem decidir que os dois pais fiquem responsáveis pelos filhos. Com isso, pode acontecer, por exemplo, que a criança fique metade da semana na casa da mãe e a outra metade com o pai.

# 04 SET 2011

## GAZETA DO POVO

### INFANCIA

**4.856 crianças  
estão à espera  
de adoção**

O número de crianças aptas a serem adotadas chega a 4.856 em todo o Brasil. É o que mostra o último balanço do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) referente a agosto. De acordo com o cadastro, 2.133 são do sexo feminino e 2.723, masculino. O estado que mais concentra crianças é São Paulo, com 1.288 do total. Na sequência, estão o Rio Grande do Sul (792), Minas Gerais (573), Paraná (501) e Rio de Janeiro (369).

04 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## 70% das crianças que sofrem bullying apanham em casa

**I**Cerca de 70% das crianças e adolescentes envolvidos com a prática de bullying nas escolas sofrem algum tipo de castigo corporal em casa. É o que mostra uma pesquisa feita com 239 alunos do ensino fundamental de São Carlos (232 km de São Paulo) pela pesquisadora Lúcia Cavalcanti Williams, da UFSCar. Segundo ela, meninos vítimas de violência severa em casa têm oito vezes mais chances de se tornar vítimas ou autores de bullying. Do total de entrevistados, 44% haviam apanhado de cinto da mãe e 20,9%, do pai. A pesquisa mostra ainda outros tipos de violência: 24,3% haviam levado, da mãe, tapas no rosto e 13,4%, do pai.

"As nossas famílias são extremamente violentas. Depois, a gente se espanta de o Brasil ter índices de violência tão altos", disse a pesquisadora em audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o projeto de lei que proíbe os pais de usarem castigos corporais na educação de crianças e adolescentes.

"O castigo corporal é o método disciplinar mais antigo do planeta. Mas não torna as crianças obedientes a curto prazo, não promove a cooperação a longo prazo ou a internalização de

valores morais, nem reduz a agressão ou o comportamento antissocial", afirmou.

Para a secretária executiva da rede Não Bata, Eduque, Ângela Goulart, a violência está banalizada na sociedade. Ela citou diversas entrevistas feitas pela rede com pais de crianças e adolescentes em que foram recorrentes frases como "desço a cinta" e "dou umas boas cintadas".

Em uma das entrevistas, um pai explica que bater no filho antes do banho é uma forma eficiente de "fazer com que ele se comporte".

### Proibição

Atualmente, 30 países em todo o mundo têm leis que proíbem castigos na educação de crianças e adolescentes, entre eles a Suécia e a Alemanha. "A lei é uma forma de o Estado educar os pais", ressaltou o pesquisador da Universidade de São Paulo Sérgio Pinheiro.

Como forma de diminuir os índices de violência contra crianças e adolescentes em casa, os pesquisadores sugeriram uma reforma legal, com a criação de leis que proibam esse tipo de violência; a divulgação de campanhas nacionais, como as que já vêm sendo feitas, e a participação infantil, com crianças sendo encorajadas a falar sobre assuntos que lhes afetam.

04 SET 2011  
GAZETA DO POVO

## RESPONSABILIDADE CNJ apura negligência com juíza

! A corregedora do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), Eliana Calmon, decidiu abrir investigação para saber se houve "negligência" do TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) em garantir a segurança da juíza Patrícia Acioli, assassinada a tiros no início de agosto, quando chegava em casa, em Niterói.

Se forem encontrados indícios de que o TJ-RJ não deu a devida atenção para a magistrada, o plenário do CNJ poderá abrir processo contra os possíveis responsáveis pelas falhas.

04 SET 2011

# GAZETA DO POVO

EGON BOCKMANN MOREIRA

## Serviço social obrigatório

Há vários projetos de lei que se referem a obrigações que os alunos de instituições federais de ensino superior deveriam assumir como “contrapartida” à gratuidade dos cursos

**E**stá em trâmite no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 326/2011, que institui a obrigatoriedade de prestação de serviços sociais profissionais para os recém-graduados das instituições públicas de ensino. Restrito às instituições de ensino superior mantidas pela União, caso aprovado resultará na obrigatoriedade de os respectivos alunos prestarem serviços “em interesse da sociedade e do Estado”, como condição para a graduação. Seria como que um requisito extra-acadêmico para a obtenção do título decorrente da conclusão do curso. Em que pese a boa intenção que parece instruir o projeto, fato é que seu debate exige maiores reflexões.

Em primeiro lugar, note-se que não se trata de novidade no Congresso Nacional. Existem ao menos dez outros projetos que tratam do tema — alguns restritos a determinadas profissões (como o PL 2.598/2007 que se reporta aos cursos de Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Psicologia e Terapia Ocupacional), outros que estabelecem “bancos de profissionais” (como o PL 3.265/2008), enquanto que um deles condiciona a concessão de bolsas em programas de residência médica ao cumprimento de serviços sociais (PL 4.474/2008). Enfim, há vários projetos que se referem a obrigações que os alunos de instituições federais de ensino superior deveriam assumir como “contrapartida” à gratuidade dos cursos.

Porém qual é a finalidade do ensino superior gratuito? É a de gerar benefícios sociais cujos custos não são arcados pelas respectivas instituições de ensino (leia-se: pelos tributos). Por analogia, pense-se nas campanhas de vacinação pública: o contribuinte financia as vacinas sem discriminar os indivíduos — pobres e ricos, todos têm o direito (e o dever) de se vacinar. Mas qual é o principal objetivo dessas campanhas? Não é o de fazer com que o inoculado diminua as chances de contrair a doença, mas sim o de prevenir a sua propagação e impedir que toda a sociedade a desenvolva. O

interesse não é privado, mas público. Voltando-se ao ensino superior gratuito, o que está em jogo não é a riqueza ou a pobreza dos alunos, nem tampouco o custo dos cursos, mas sim as vantagens que toda a sociedade pode perceber caso haja grande número de graduados. O interesse público é o de incentivar o estudo e promover o desenvolvimento por meio da formação de quadros aptos a disseminar conhecimento a todo o tecido social. Tal como o estagiário — cujo chefe financia os concorrentes, ao treiná-lo e ensiná-lo a dominar a respectiva profissão — o ensino superior presta-se a gerar benefícios sociais para além das fronteiras das faculdades. Daí o porquê de o contribuinte o financiar (daí também a necessidade de especial comprometimento de alunos e professores).

Por outro lado, a institucionalização do “serviço social obrigatório”, sobre ser antipática a técnica de “socialização forçosa”, implicará a criação de custos públicos ainda maiores. Afinal, haverá as respectivas unidades acadêmicas; as reformas curriculares; o desenvolvimento de projetos; a criação de cargos e salários; a contratação de novos professores e, *last but not least*, a remuneração dos estudantes que serão constrangidos a prestar o respectivo “serviço social”. Aqui, inverte-se a lógica: serão remunerados ricos e pobres, para prestar o serviço.

Por fim, o projeto parece inserir objetivos extraordinários como requisito para a obtenção do grau acadêmico. O que gera outros problemas: afinal, qual seria a carga horária de tais serviços sociais obrigatórios? Equivalentes em todos os cursos? Haveria avaliação, notas e eventual reprovação — ou seria apenas o cumprimento de tarefas? O que se daria com o aluno que desejasse ingressar em programas de mestrado? Mais ainda: como condicionar o grau acadêmico à execução de tarefas extra-acadêmicas? Tudo, ao que se pode inferir, razoavelmente custoso e complicado.

O assunto, portanto, merece ser posto a debate. Não há dúvida de que os alunos do ensino superior gratuito têm uma dívida para com a sociedade, que em muito deve honrá-los e que não podem se cansar de pagá-la. Mas será que a obrigatoriedade da prestação de um serviço social que gere novos custos públicos é mesmo a melhor forma de pagar esta dívida?

Egon Bockmann Moreira, advogado, doutor em Direito, é professor da Faculdade de Direito da UFPR.



# GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

## O altar e a bala de hortelã

**H**umildemente, esta coluna reconhece que deve uma bala de hortelã aos leitores que já imaginavam que o relatório da Comissão de Ética da Câmara Municipal proporia punição ao presidente da Casa, vereador João Cláudio Derosso. Na edição de quinta-feira, mesmo dia em que a Comissão divulgaria seu veredito, a coluna, equivocadamente, dizia que o enrolado Derosso sairia de lá prestes a galgar o altar da canonização.

Ledo engano da coluna: o relatório do vereador Jorge Yamawaki (suplente, PSDB) reconheceu que o presidente cometeu irregularidade ao assinar contrato com agência de propriedade de funcionária da Casa. E que, depois de casado com ela, firmou também aditivos que transferiram à agência R\$ 5 milhões. Por causa disso, o relatório sugeriu punir Derosso com o afastamento do cargo por 90 dias.

A primeira votação do relatório ainda será no âmbito da Comissão de Ética, na manhã desta segunda-feira, já que dois dos seus cinco membros se insubordinaram contra o teor do documento. Um deles é a vereadora Noêmia Rocha (PMDB), que, ao apresentar seu voto em separado, propôs a cassação de Derosso. O outro voto em separado será de Valdemir Soares (PRB), que provavelmente pedirá punição mais suave, só uma advertência.

O voto de Noêmia Rocha está, de antemão, derrotado. Os demais membros da comissão não a acompanharão. Sobrarão para a decisão final, portanto, o "rigoroso" voto do relator Yamawaki e o que conterà a amena advertência do pastor Valdemir. Ou seja: ou a Comissão referendará a recomendação de suspender Derosso ou reduzirá a pena para uma simples advertência.

Difícilmente a decisão final acontecerá antes do feriado dessa semana. Nenhum leitor se inscreveu para disputar a bala de hortelã, mas a guloseima continua guardada para a próxima etapa do processo de julgamento: o relatório final da Comissão ainda precisará ser votado pelo plenário da Câmara — consistório de 38 vereadores que, nunca antes nesses 15 anos em que Derosso ocupa a presidência, ousou causar-lhe a mínima contrariedade, o que faz supor, outra vez, que os vereadores não se negarão a impedir que Derosso suba ao altar da santidade. A bala de hortelã, portanto, continua em jogo.

III

Enquanto isso, aguarda-se o início dos trabalhos da CPI já instituída e composta por nove vereadores — sete deles da situação. Ainda falta eleger presidente e relator, cargos aos quais a oposição não galgará. Só depois disso é que começarão as investigações, voltando-se ao lenga-lenga já quase esgotado — do ponto de vista de sua evidente ilegalidade, para não falar da imoralidade — da contratação da Oficina da Notícia, a agência da mulher de Derosso.

É quase certo que faltará empenho da CPI para investigar o papel que representava a outra agência contratada, a Visão Publicidade, que administrou R\$ 25 milhões da Câmara — verba cinco vezes maior do que

aquela destinada à Oficina da Notícia. Tanto num quanto no outro caso, o importante será acompanhar o dinheiro gasto até o seu destino final, não só por meio do exame de notas fiscais, mas, sobretudo, pela quebra de sigilos bancários. Aliviada, a CPI alegará que não dispõe (felizmente!) de prerrogativas legais para chegar a esse ponto.

Ah! aquela bala de hortelã...

# 04 SET 2011

### Punição a Derosso 1

Todo homem público que faz falcatura na política deveria ser banido dela.

Edemilson do Nascimento Batista

### Punição a Derosso 2

Acredito que o afastamento do presidente da Câmara Municipal de Curitiba é muito pouco para quem burlou a lei e favoreceu alguém da sua família. Como cidadã, penso que o "representante do povo" deveria ser cassado e nunca mais voltar ao poder. Isso só não acontecerá porque muitos dos vereadores estão comprometidos com toda a sujeira e a podridão que acontece na Câmara de Curitiba. Torço para que o desfecho seja outro. Só assim passarei a acreditar um pouco nos políticos paranaenses.

Izalra Rodrigues de Andrade

### COLUNA DOS LEITORES

04 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## Senado paga R\$ 1,5 milhão em supersalários por mês

O Senado desembolsou na semana passada R\$ 3 milhões para pagar aos servidores as parcelas de julho e agosto referentes aos supersalários. Isso significa que a Casa gasta algo em torno de R\$ 1,5 milhão por mês com os salários acima do teto constitucional do funcionalismo, fixado em R\$ 26,7 mil. A informação foi confirmada pela Secretaria de Comunicação. O Senado, no entanto, ainda continua sem repassar o número de servidores que recebem acima do teto.

O pagamento foi autorizado pela Diretoria-Geral após a decisão

do presidente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1.ª Região, Olindo Menezes, que liberou o pagamento acima do teto aos funcionários do Senado. Menezes aceitou o recurso da Casa e suspendeu uma liminar que havia sido concedida em junho pelo juiz Alaôr Piacini, da 9.ª Vara Federal de Brasília, em um processo ajuizado pelo Ministério Público Federal do DF.

Uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) realizada em 2009 aponta que 464 servidores da Casa recebiam salários que ultrapassavam o teto do funcionalismo.

## GASPARI

**Masmorra capixaba**  
As masmorras do governo do Espírito Santo fazem História. O Ministério Público Federal vem perdendo todas as paradas para resolver o problema das más condições da penitenciária de Barra de São Francisco. Sua população, projetada para 106 presos, passou de 274 em 2008 para 364 em 2010, ou 1,09 metro quadrado por pessoa. Uma perícia da Polícia Federal concluiu que o presídio "não possuía, em suas unidades celulares, condições mínimas de salubridade para a existência humana". Aos pedidos de informações o governo do estado responde, com lero-leros, às solicitações de providências, com silêncio.

O MP federal pediu a Justiça que suspenda a remessa de presos para Barra de São Francisco e que a União fiscalize o seu descongestionamento. A juíza da 1.ª Vara Federal de Colatina negou o pedido e lembrou que "a concretização de todos os direitos fundamentais e sociais esbarra nas limitações materiais do Estado". Desse jeito, a penitenciária ficará na mesma, mas surgiu um perigo: que alguém proponha a criação de um novo imposto para financiar (em tese) as masmorras nacionais. Até porque os doutores que mandam em Barra de São Francisco sustentam que "se comparada a outras unidades, ela se encontra em situação favorável".

## FRASE

"Por baixo de nossa toga é preciso haver um coração."

Artagão Mattos Leão, conselheiro do TC, ao assinar o relatório de aprovação das contas de Requião e Pessuti.

## NOTA POLÍTICA

### Mais um partido

O TSE recebeu na segunda-feira o pedido de registro do PSPB (Partido dos Servidores Públicos e dos Trabalhadores da Iniciativa Privada do Brasil). A agremiação entregou uma lista com aproximadamente 581 mil assinaturas e espera pela aprovação do TSE para funcionar. "Representamos cerca de 13 milhões de servidores públicos, uma grande parte dos trabalhadores da iniciativa privada, os pensionistas, os aposentados, os comissionados e os pequenos e médios empresários", diz o texto entregue ao TSE.

04 SET 2011

GAZETA DO POVO

# Crime "prefere" o fim de semana

**Ações criminosas contra a pessoa crescem 35% aos sábados e domingos e 48% no período da meia-noite às seis da manhã**

Mauri König

! O cair da noite aumenta os perigos em torno das reuniões de amigos em bares e boates, sobretudo nos fins de semana. As altas horas, os eflúvios do álcool e as armas fáceis são a combustão da criminalidade, que prefere os dias de lazer por causa da distração das vítimas. A comprovação é estatística. Os crimes contra a pessoa aumentam 35% aos sábados e domingos se comparados a dias úteis, subindo em 48% no período da meia-noite às seis da manhã. Desde que passou a sistematizar essas informações, em 2007, a Secretaria de Estado da

Segurança Pública (Sesp) notou um padrão na concentração dos crimes à noite e nos fins de semana, tendo o álcool como catalisador. Trata-se de um fenômeno quase universal e não apenas brasileiro, observa o sociólogo João Trajano Sento-Sé, cofundador do Laboratório de Análise da Violência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Uma das explicações é a maior interação entre as pessoas. À noite, elas encontram-se em bares, boates e outros ambientes desse gênero, onde é alto o consumo de álcool ou drogas ilícitas. As pessoas relaxam e, assim, ficam menos atentas.

O risco está no estilo de vida, diz Trajano. A pessoa se torna alvo mais fácil à noite porque passa a viver situações favoráveis à criminalidade. Quanto maior a participação em atividades de lazer, circulação em áreas públicas e consumo de álcool, maior a tendência a episódios conflituos. "E quanto maior o acesso a armas de fogo, maiores as probabilidades de que os conflitos resultem em agressões letais", diz Trajano. Quando se cruza as variáveis hora, finais de semana e faixa etária, a incidência é maior entre os jovens, sobretudo do sexo masculino.

Em 2010, dos 10,4 mil registros envolvendo armas de fogo (homicídios, porte ilegal, assalto a mão armada), em 9,8 mil elas estavam em poder de homens, 65% deles de 18 a 35 anos.

Curitiba registrou dois episódios recentes de homicídios que atestam essas estatísticas. Há uma semana, o ex-agente penitenciário Hércules Bocchi Neto, de 28 anos, matou a tiros o policial civil Gerson Francisco Cornélio da Silva, 43, no estacionamento do bar Rancho Brasil. Uma semana antes, um adolescente de 17 anos matou duas pessoas a tiros e feriu outras quatro na saída do bar Celebrare, em frente da Praça da Espanha, no Batel. Os dois homicídios ocorreram na madrugada de um sábado, envolvendo jovens que portavam armas de fogo nas imediações de casas noturnas.

**Crime**  
Os pesquisadores americanos Lawrence Cohen e Marcus Felson criaram a abordagem das atividades de rotina, especificando três elementos essenciais para que o crime ocorra: um delinquente motivado, um alvo disponível e a falta de guardiões capazes de prevenir o crime -- por guardião entende-se não só a polícia, mas qualquer pessoa que possa coagir ou inibir uma ação criminosa. Para os pesquisadores, a falta de pelo menos um desses elementos é suficiente para impedir o sucesso do crime.

A ação criminosa tende a ser melhor sucedida à noite e nos fins de semana porque os bens e as pessoas se tornam alvos mais suscetíveis em função da falta de guardiões. O álcool e, por extensão, as drogas ilícitas atuam de forma distinta na vítima e no agressor. Na vítima, reduz a capacidade cognitiva da pessoa e a deixa mais vulnerável; no agressor, acentua a predisposição para a transgressão da lei e dos valores morais da sociedade.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## 04 SET 2011

### REDUÇÃO DE RISCOS

Veja as orientações dos especialistas para evitar situações de perigo:

#### Assaltos e sequestros

- ▶ Procure manter a calma diante de uma arma. O bandido está sempre mais nervoso do que a vítima, mas, em geral, não tem intenção de matar.
- ▶ Não reaja, nem tente fugir. Portar uma arma, por exemplo, pode ter consequências trágicas. Forneça o que o criminoso exige. Assim, o tempo do roubo será menor.
- ▶ Não faça movimentos bruscos e procure avisar o assaltante dos gestos que pretende fazer, como pegar a carteira, por exemplo.
- ▶ Lembre que pode ter outra pessoa dando cobertura ao crime.

#### No carro

- ▶ Esconda aparelhos de CD e rádio. Ao descer, leve junto bolsas, pacotes, roupas e documentos do carro.

#### Em casa

- ▶ Tenha sempre à mão o telefone da Polícia Militar, Bombeiros e Polícia Civil.
- ▶ Fique atento ao chegar ou sair de casa. Se desconfiar de algo, aguarde, dê uma volta no quarteirão e chame a PM.
- ▶ Marque hora com as pessoas que farão serviços em sua casa. Exija identificação e nunca as deixe sozinhas. Seleccione prestadores de serviço com referências anteriores.
- ▶ Procure conhecer seus vizinhos.
- ▶ Não forneça dados pessoais por telefone.
- ▶ Ao viajar, suspenda a assinatura de jornais e revistas e peça a alguém de confiança para pegar as correspondências.

#### Em vias públicas

- ▶ Bolsas devem ser levadas na frente do corpo.
- ▶ Em trechos escuros ou desertos, prefira o ponto da calçada mais perto da rua.
- ▶ Não ande com somas elevadas ou jóias. Se estiver sendo seguido, atravesse a rua ou entre em algum estabelecimento.

- ▶ À noite, em semáforos, fique atento ao retrovisor e mantenha distância do carro da frente, para facilitar o arranque em caso de emergência.

- ▶ Não deixe o carro estacionado na rua, principalmente de madrugada.

- ▶ Evite namorar ou ficar conversando dentro do carro à noite.

- ▶ Acostume-se a trancar as portas do carro e a não deixar as janelas abertas.

#### No ônibus

- ▶ Evite ficar sozinho em pontos de ônibus isolados, especialmente à noite.
- ▶ Esteja atento a empurrões ou conversas banais nos ônibus. Essas atitudes podem significar o início de um crime.
- ▶ Em ônibus quase vazio, sente-se próximo ao motorista. Separe o dinheiro da passagem, para não mostrá-lo na hora de pagar.

- ▶ Evite usar caixas eletrônicos em locais isolados. Ao sacar, guarde o dinheiro em lugar discreto e não conte em público.

- ▶ Não ande com todos os seus documentos ou todos os seus cartões de crédito, se não houver extrema necessidade.

04 SET 2011

# GAZETA DO POVO

## DROGAS

**N**uma operação de âmbito estadual — abrangeu 60 municípios — policiais civis e militares prenderam nos últimos dias 296 pessoas suspeitas de diversos crimes. O que chama a atenção é o envolvimento da maioria dos detidos com o tráfico de drogas, o que leva a uma preocupante e evidente constatação: a droga cada vez mais se constitui no principal fator motivador da criminalidade. Além das prisões, foram apreendidos na operação 271 kg de maconha, 31 kg de crack, armas, munição e veículos. O bom resultado obtido mostra que operações desse tipo são importantes e devem continuar sendo realizadas, mas apenas isso não basta. Diante de uma máquina criminosas que se mostra cada vez mais organizada e entranhada na sociedade, é fundamental a realização de um trabalho integrado de inteligência unindo os órgãos de segurança, Ministério Público e Poder Judiciário, agindo tanto na repressão como na prevenção. A começar pelo maior policiamento das fronteiras, como forma de evitar que quantidades cada vez maiores de drogas e armas entrem no país.

04 SET 201

# GAZETA DO POVO

# Lei da Internet recebe elogios

**Projeto encaminhado  
pelo governo ao  
Congresso para  
disciplinar o uso da  
rede é visto de forma  
positiva por  
especialistas, que  
pedem apenas  
pequenos ajustes**

*Euclides Lucas Garcia*

Enviado pelo governo federal ao Congresso há dez dias, o projeto que cria o Marco Civil da Internet é elogiado por especialistas e tem grandes chances de ser aprovado ainda neste ano. A proposta estabelece princípios, direitos e deveres no ambiente virtual. Determina ainda regras sobre o armazenamento dos registros de conexão dos usuários e a responsabilidade por conteúdos publicados na rede.

Antes de ser formalmente elaborado pelo Ministério da Justiça, o projeto passou por consultas públicas e debates realizados na própria internet entre 2009 e 2010, período durante o qual recebeu mais de duas mil contribuições.

## **Análise**

Um dos principais pontos da proposta determina prazo de um ano para que os provedores armazenem os registros sigilosos de conexão dos usuários — atualmente, não há nenhuma regra que defina isso. Para Demi Getschko, diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação, do Comitê Gestor da Internet no Brasil, a guarda desses dados não oferece perigo aos usuários, pois não envolvem informações de caráter privado. “São dados muito curtos — IP e hora do acesso —, cujo armazenamento não é oneroso. Um ano é

um prazo razoável para que a Justiça examine cada caso, até porque o processo judicial geralmente demora”, afirma.

Outro ponto bastante elogiado do projeto é a neutralidade da rede, ou seja, a previsão de tratamento isonômico a todos os pacotes de dados. Isso significa que os provedores de acesso não poderão de forma alguma privilegiar determinados sites da internet, por exemplo, fornecendo a eles uma banda mais rápida que a de outras páginas.

Na avaliação do professor de Direito da Informática Thiago Tavares, diretor-presidente da ONG SaferNet, interferir indevidamente na “plenitude da conexão” viola o direito do consumidor. “Hoje há operadoras de telefonia tornando mais lentas, de propósito, as conexões de Skype ou Voip [sistema de telefone pela internet]. Não cabe ao provedor estabelecer rotas mais rápidas ou mais lentas”, diz ele.

Já Eduardo Neger, presidente da Associação Brasileira de Internet, destaca que a neutralidade sempre garantiu que novas empresas surgissem na rede, mesmo sem ter por trás a infraestrutura das grandes empresas de telecomunicações. “Esse é um ambiente fértil para o empreendedorismo, que permite o desenvolvimento de uma boa ideia sem grandes investimentos”, explica. Ele só faz uma ressalva ao trecho do projeto que abre exceções à neutralidade para “requisitos técnicos necessários (...)”, conforme regulamentação. “Isso é um cheque em branco deixado pela lei, que precisa ser retirado.”

Os especialistas ressaltam ainda a importância da isenção de responsabilidade a provedores por conteúdos publicados na internet por terceiros — caso de sites como o Facebook e YouTube. “É impor-

tante que, ao mesmo tempo em que responsabilize o sujeito que causou dano, a lei isente o resto da estrutura. A internet não é a culpada do que acontece, mas sim quem coloca as coisas na rede”, afirma Demi Getschko.

Mas Thiago Tavares alerta: “É válido e superimportante preservar a liberdade de expressão e atribuir apenas à Justiça o poder de determinar que um conteúdo seja removido. Mas, se o provedor não tiver uma política de responsabilidade e não se preocupar com o usuário que eventualmente seja vítima de um crime, isso pode acabar sobrecarregando o Judiciário”.

**“Hoje há operadoras de telefonia tornando mais lentas, de propósito, as conexões de Skype ou Voip [sistema de telefone pela internet]. Não cabe ao provedor estabelecer rotas mais rápidas ou mais lentas.”**

**Thiago Tavares, diretor-presidente da ONG SaferNet, comentando sobre a garantia prevista no projeto de evitar que provedores, por conta própria, tornem a conexão a algum site ou serviço mais lenta ou rápida.**

**CONTINUA**

Saiba o que diz o Marco Civil da Internet, que pretende estabelecer os princípios, direitos e deveres na internet:

### Princípios básicos

Garante a liberdade de expressão, a privacidade, os direitos humanos, a pluralidade e a diversidade na web.

### Guarda de dados

Determina que os provedores armazenem por um ano os registros sigilosos de conexão dos usuários – data e horário dos acessos e IP do computador. Os dados só poderão ser abertos por decisão judicial. O prazo de armazenamento dos registros poderá ser ampliado pela Justiça.

### Neutralidade da rede

Obriga os provedores a darem tratamento isonômico a todos os pacotes de dados que trafegarem em suas redes, sem distinção por conteúdo, origem ou destino. Hoje, há provedoras de serviço de telefonia que “discriminam”, por exemplo, o Skype, programa gratuito de comunicação de voz e vídeo.

### Responsabilidade

Isenta o provedor ou intermediário – sites, blogs, portais e redes sociais – da responsabilidade por conteúdos publicados por terceiros. Só haverá responsabilização se houver descumprimento de decisão judicial que determine a remoção do conteúdo.

### Atuação do poder público

O Estado terá a obrigação de diminuir desigualdades no acesso à internet. Também deverá possibilitar que a rede seja uma ferramenta de transparência.

### Ausências

O projeto não trata de temas como cibercrimes, comércio eletrônico e direito autoral.

## Projeto que tipifica crimes na web é criticado

A chegada ao Congresso do projeto do Marco Civil da Internet coincide com a polêmica discussão de outra proposta que tipifica crimes cometidos no ambiente virtual. Em tramitação desde 1999, a matéria é considerada pela maior parte dos parlamentares e por pessoas ligadas ao setor como um “AI-5 Digital”, por limitar o uso da rede. Para especialistas, os códigos Civil e Penal já são suficientes para punir quase 100% dos crimes cometidos na web. Eles defendem a aprovação do marco e, na sequência, a elaboração de normas pontuais para crimes que não estejam tipificados na legislação atual.

Aprovada na Câmara em 2003, a matéria que estabelece 12 tipos de crimes para usuários da rede ganhou o nome de “Lei Azeredo”, por ter sido relatada no Senado pelo então senador mineiro Eduardo Azeredo (PSDB), em 2008. Desde então, o texto aguarda nova votação na Câmara, onde Azeredo é mais uma vez relator do projeto, agora como deputado.

A Lei Azeredo é considerada extremamente restritiva. Entre os pontos contestados, está a obrigação de os provedores monitorarem usuários e denunciar às autoridades “indícios de práticas de crimes”. Outro ponto polêmico é possibilidade – devido à falta de clareza no texto – de criminalização de ações corriqueiras na internet, como o download de músicas.

Para Thiago Tavares, diretor-presidente da ONG SaferNet, a Lei Azeredo é um Frankenstein jurídico, devido às sucessivas modificações que sofreu nos últimos 12 anos. “É uma proposta equivocada e que não visa ao interesse amplo da sociedade, mas de alguns segmentos econômicos, como o da indústria fonográfica”, diz ele. “Tenta-se construir uma ceulema e a ideia falsa de que a internet é uma terra sem lei, um faeroeste digital, quando não é.”

Ele afirma que a lei atual tem aplicação plena nos crimes praticados na internet. “A diferença é apenas que se mudou o meio de praticar o crime. Estelionato e calúnia continuam sendo estelionato e calúnia, seja no mundo real ou no virtual”, afirma. “Tanto que já houve 20 mil decisões judiciais de crimes cibernéticos no Brasil e mais de 800 pessoas já foram presas.”

A opinião é compartilhada por Demi Getschko. “É muito difícil entender a Lei Azeredo porque ela é uma junção de pedaços, que não deixa as coisas claras. Não vejo como salvar o projeto. É melhor começar do zero, com base no Marco Civil.”

### Outrolado

Azeredo defende seu projeto. Em recente entrevista ao portal Consultor Jurídico, o deputado afirmou que o Marco Civil “não traz nada de diferente”. Para ele, o país precisa, na verdade, de crimes devidamente descritos no Código Penal.

**05 SET 2011**

**GAZETA DO POVO**

**NOTA POLÍTICA**

## **Novos cargos no TJ**

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) decide hoje a criação de 720 novos cargos para assessoramento de juízes. A medida é considerada essencial pela presidência do tribunal para dar mais rapidez às decisões, já que os assessores deverão ter a função de auxiliar na elaboração de sentenças de juízes de 1.º grau, principalmente no interior, além de juízes substitutos do 2.º grau e desembargadores. Se aprovada, a proposta segue como projeto de lei para a Assembleia Legislativa para ser votada. Ainda não foi divulgada a previsão de custo dessas novas contratações, mas a medida é vista como essencial para auxiliar os magistrados e agilizar a tramitação de processos.



05 SET 2011

# GAZETA DO POVO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

## STF e jornalismo de buldogues

**Está nas mãos da Suprema Corte assumir o papel histórico de defesa da democracia e dos valores republicanos ou, Deus não queira, virar as costas para a cidadania**

O leitor é sempre o melhor termômetro para medir a temperatura da sociedade. Em meu último artigo fiz uma radiografia da corrupção e defendi três prioridades no combate aos malfeitos: cobrar dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento do mensalão, focar as coberturas jornalísticas nos casos emblemáticos de corrupção e instituir o Placar da Corrupção, um infográfico com a situação dos casos mais vistosos de pilhagem do dinheiro público.

Recebi uma enxurrada de e-mails de leitores de várias cidades brasileiras. Uma forte amostragem de opinião pública. Um denominador comum esteve presente em todas as mensagens: as pessoas não admitem o não julgamento do mensalão, com a conseqüente consagração da impunidade. Ao mesmo tempo, afirmam que o trabalho investigativo da imprensa deve continuar e aprofundar.

Chegou a hora do Supremo Tribunal Federal. Como escrevi neste espaço opinativo, julgar o mensalão não é uma questão de prazos processuais. É um dever indeclinável. Se o STF carimbar o mensalão com a prescrição, hipótese gravíssima, mas provável, concederá, na prática, um passaporte para a institucionalização da bandalheira.

A desqualificação do mensalão é essencial para aqueles que se apropriaram do Estado brasileiro. O primeiro sinal do desmonte do mensalão foi dado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao deixar o governo, ele disse que sua principal missão, a partir de janeiro de 2011, seria mostrar que o mensalão "é uma farsa". A "farsa" a que se referia Lula derrubou ministros do seu governo, destituiu dezenas de diretores de estatais e mandou para o espaço a cúpula do seu partido. Encurralado, o então presidente só não caiu graças ao tamanho da incompetência da oposição.

Réus do processo passaram a ocupar postos altos nas estruturas dos Poderes. João Paulo Cunha (PT-SP) foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. José Genoino foi nomeado assessor especial do Ministério da Defesa, então comandado por Nelson

Jobim, ex-presidente do STF. José Dirceu, "o chefe da quadrilha" – segundo escreveu o então procurador-geral de República na denúncia em que acusou a antiga cúpula do partido de Lula e de Dilma de se ter convertido numa "organização criminosa" –, transita com desembaraço nos corredores do poder.

Está nas mãos da Suprema Corte assumir o papel histórico de defesa da democracia e dos valores republicanos ou, Deus não queira, virar as costas para a cidadania. A sociedade tem o direito de confiar no ministro Joaquim Barbosa, relator do mensalão. Ele saberá honrar sua toga e sua biografia. Os brasileiros esperam que os ministros respondam à indignação da cidadania.

É dever ético da imprensa promover uma ampla conscientização da relevância que os cargos públicos têm e da importância de que pessoas absolutamente idôneas os ocupem. Nós, jornalistas, devemos rasgar as coloridas embalagens do marketing e mostrar a realidade. Com suas luzes e suas sombras. Não basta denunciar. É preciso focar e perseverar num autêntico jornalismo de buldogues.

Entusiasmaram-se os leitores com a possibilidade de se criar um Placar da Corrupção. Não deixemos a peteca cair! Façamos um periódico mapa dos escândalos: o que aconteceu com os protagonistas do banditismo, as ações concretas ou as omissões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Não se trata de transformar a imprensa num contrapoder, mas numa instância, talvez a única, talvez a última, de uma sociedade abandonada por muitas de suas autoridades.

Inauguremos, também, o Mapa das Promessas. É muito fácil. Basta recorrer aos arquivos e bancos de dados. Os políticos, pródigos em soluções de palanque, não costumam perder o sono com o rotineiro descumprimento da palavra empenhada. Afinal, para muitos deles, infelizmente, a política é a arte do engodo. Além disso, apostam na amnésia coletiva. Ao jornalismo de qualidade, desengajado e independente, cabe assumir o papel de memória da sociedade.

Chegou a hora do STF e do jornalismo de buldogues. Chegou a sua hora, amigo leitor.

**Carlos Alberto Di Franco**, diretor do Master em Jornalismo ([www.masteremjornalismo.org.br](http://www.masteremjornalismo.org.br)), professor de Ética e doutor em Comunicação pela Universidade de Navarra, é diretor da Di Franco – Consultoria em Estratégia de Mídia ([www.consultoradifranco.com](http://www.consultoradifranco.com)). E-mail: [difranco@lics.org.br](mailto:difranco@lics.org.br)

05 SET 2011

# GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

## Indevido Funrural de produtores pessoas físicas

**E**m menos de duas semanas dois tribunais decidiram sobre a mesma matéria: a cobrança da contribuição ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

Primeiro, a corte especial do Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região, que abrange o Sul do país, declarou a inconstitucionalidade da contribuição.

Afastando o principal argumento da Fazenda Nacional, a Lei n.º 10.256/01, que, segundo a recorrida, solucionava irregularidades das outras leis do Funrural. A decisão beneficia diretamente grupo de produtores pessoa física de soja e milho do Paraná e permite a restituição de valores pagos. Os ministros entenderam ser inconstitucional, pois a Lei n.º 10.256/01 não definiu o fato gerador, a base de cálculo e nem alíquota, requisitos essenciais para se cobrar um tributo, nas palavras da decisão, a lei "nasceu capenga".

O Funrural foi criado para custeio da previdência dos trabalhadores rurais, que num primeiro momento incidia sobre a folha de salários, mas, com o alto índice de trabalho informal, o governo passou a cobrar sobre o porcentual da "receita bruta" da comercialização da produção e resultado foi a enxurrada de demandas judiciais.

Na semana seguinte, foi retomado o julgamento do Funrural e então confirmado por unanimidade a decisão de inconstitucional a cobrança do Funrural de empregadores de pessoa física.

No primeiro caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal, o plenário rejeitou o recurso de embargos da União, por unanimidade, declarando ser inconstitucional o recolhimento de 2% sobre a receita bruta da comercialização de produtos agropecu-

ários. Na época, o relator, ministro Marco Aurélio, suspendeu a cobrança "até que legislação nova, arrimada na Emenda Constituição n.º 20, de 1998, venha a instituir a contribuição".

Desde 1992, quando o Funrural passou a incidir sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, a cobrança tem sido questionada na Justiça.

No caso analisado pelo Supremo, o empregador pessoa física, questionava a constitucionalidade do artigo 25 da Lei 8.212 de 1991 alterado no ano seguinte pela Lei 8.540, argumentando que ao definir a forma de incidência do Funrural, o artigo supra desrespeitou a regra da igualdade de custeio da Previdência Social. Isso porque, os demais trabalhadores recolhem os valores calculados sobre o salário, já a contribuição do setor rural incide sobre a receita da comercialização, assim essa diferença violaria o princípio constitucional da isonomia.

O ministro-relator, Ricardo Lewandowski, retomou os argumentos considerados no julgamento do *leading case* (caso líder) sobre o Funrural, em que o Supremo derrubou o recolhimento da contribuição exigida de empresas compradoras de agricultores pessoa física.

O caso em comento, como foi julgado pelo mecanismo da "repercussão geral", a decisão do Supremo vale como orientação para todos os demais tribunais do país.

Não está claro, no entanto, se a decisão se estende à cobrança do Funrural a partir de 2001, pois a Fazenda argumenta que, naquele ano, as irregularidades teriam sido resolvidas com a edição da Lei 10.256.

Apesar das dúvidas, os resultados dos julgamentos devem ser comemorados pelos produtores rurais.

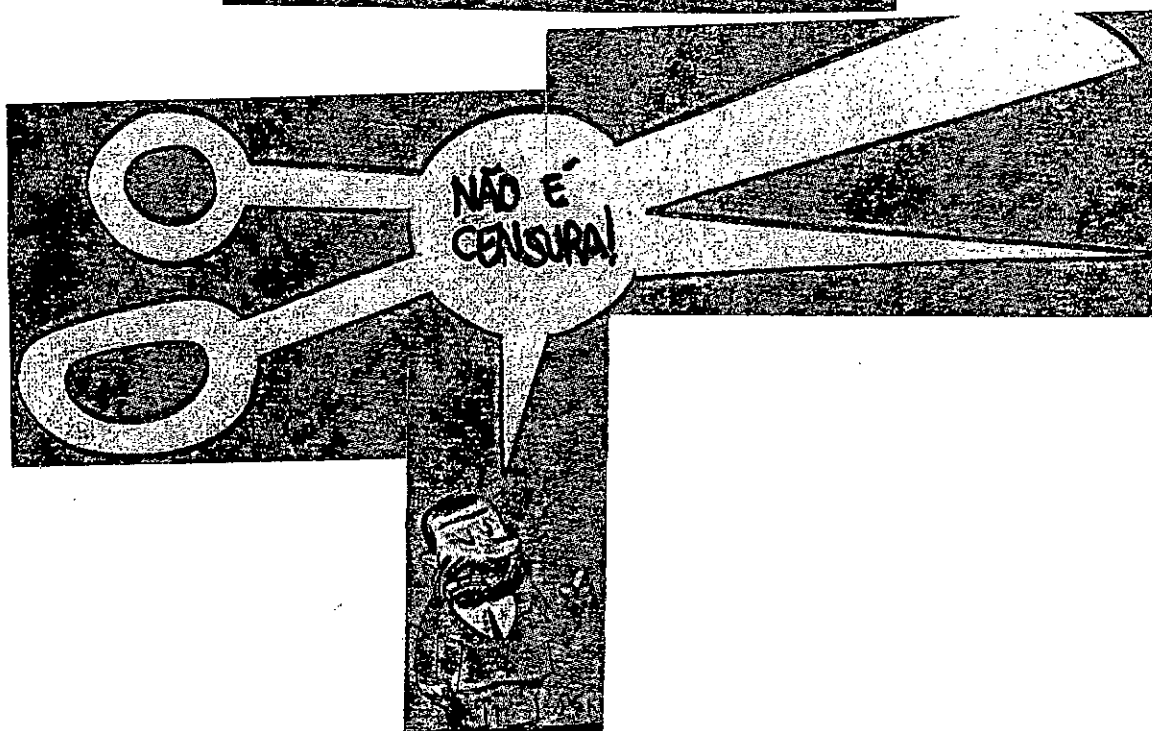
(Colaboração: Carolina Chaves Hauer, G. A. Hauer Advogados Associados) geroldo@gaauer.com.br

05 SET 2011

GAZETA DO POVO

BENETT

MARCO REGULADOR JO FARA A MÍDIA



05 SET 2011

## GAZETA DO POVO

Montadora é responsável por carro que concessionária não entrega

Uma decisão da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a responsabilidade do fabricante de veículo em processos movidos por consumidores que, embora pagando, não receberam o bem negociado com a concessionária. Os ministros basearam a decisão em precedente segundo o qual o sistema de comercialização de automóveis, por meio de concessionárias autorizadas, impõe a responsabilidade solidária entre o fabricante e o comerciante. Os desembargadores observaram que, "se um veículo é vendido e apresenta defeito ou o serviço da concessionária é prestado de forma deficiente, há solidariedade entre a concessionária e a montadora", conforme o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

MP solicita bloqueio de site que não envia produtos

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Arapongas apresentou ação civil contra um site de vendas na internet. A Gebrasa Comércio e Representações Ltda, responsável pelo site [www.gebrasa.com.br](http://www.gebrasa.com.br), é acusada pelo MP de vender produtos como artigos de informática, produtos automotivos, eletrodomésticos, eletrônicos, games, instrumentos musicais, móveis, perfumaria, câmeras, alarmes e telefonia em geral, sem entregá-los aos compradores. A Promotoria requer, liminarmente, o bloqueio do site e o cumprimento dos contratos de compra já feitos. No mérito, cobra a restituição dos valores aos consumidores que foram lesados pela Gebrasa. O caso chegou ao MP em dezembro do ano passado e a promotoria assinou um Termo de Ajustamento de Conduta com os responsáveis pela empresa, mas novas denúncias motivaram o pedido de bloqueio do site.

### ENTRELINHAS

#### Omelhoria

Eleitor imaginou que, se fosse ao TRE para fazer seu recadastramento na segunda-feira pela manhã, não enfrentaria filas muito longas, ainda mais se o tempo estivesse ruim. Na segunda-feira escolhida o tempo "infelizmente" estava ótimo, até meio quente. Mas mesmo assim as filas estavam pequenas, tanto que nem bem pegou sua senha já foi chamado. Difícil foi descobrir onde era o guichê indicado, tão grandes são as dependências do tribunal usadas para o recadastramento.

# Conselho vota relatório hoje

Relator pede o afastamento temporário de João Cláudio Derosso da presidência da Câmara de Curitiba

Chico Mares

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba vota hoje o relatório do vereador Jorge Yamawaki (PSDB) que pede o afastamento temporário do presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB). O pedido é fruto das investigações do Conselho sobre denúncias de irregularidades na contratação da agência Oficina da Notícia, que prestou serviços de publicidade à Câmara entre 2006 e 2011. A empresa é de propriedade da jornalista Cláudia Queiroz Guedes, mulher de Derosso.

Além do pedido de afastamento, há a possibilidade de outros dois votos em separado. A vereadora Noêmia Rocha (PMDB) estuda apresentar um novo relatório, incluindo um pedido de cassação a Derosso. Já o vereador Pastor Valdemir Soares (PRB) promete apresentar um voto mais abrangente que o de Yamawaki. Entretanto, o teor deve ser apresentado somente na reunião de hoje.

Único conselheiro a não pedir vistas (com exceção do presidente, Francisco Garcez), Zezinho do Sabará (PSB) indica que deve votar pelo afastamento. "Acompanhei todo o processo e pretendo votar com o relator", afirma. Entretanto, ele admite a possibilidade de mudar seu voto, caso os argumentos de Noêmia ou Soares sejam mais próximos de

## CPI

Outro processo de investigação pode ser aberto hoje

▶ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as irregularidades envolvendo o presidente da Câmara, João Cláudio Derosso (PSDB), ainda não foi instalada. O último empecilho que impede a instalação é o número de integrantes. Isso deve ser analisado hoje e então a CPI pode ser instalada de forma definitiva.

▶ Cabe ao parlamentar mais idoso entre os indicados pedir a voz e marcar a primeira reunião da comissão – na qual será decidido o presidente e o relator. Neste caso, a decana seria a vereadora Nely Almeida (PSDB). O único vereador que já se candidatou ao cargo de presidente é Tito Zeglin (PDT).

▶ Caso a CPI tenha nove membros, as cadeiras serão de Zeglin, Nely, Emerson Prado (PSDB), Paulo Frote (PSDB), Denilson Pires (DEM), Zezinho do Sabará (PSB), Pedro Paulo (PT), Paulo Salamuni (PV) e Zé Maria (PPS).

▶ Caso suba para 11, somam-se à comissão Algaci e Juliano Borghetti (PP).

sua avaliação do caso.

Se o pedido de afastamento for aprovado pelo Conselho, será formada uma comissão processante com três vereadores sorteados em plenário. O relatório de Yamawaki deve ser apreciado por essa comissão, que, então, coloca o afastamento em votação em plenário. O mesmo procedimento acontecerá caso o pedido de cassação sair vence-

dor. As outras penas possíveis (advertência, censura pública e suspensão de prerrogativas) podem ser aplicadas diretamente pelo Conselho.

## Relatório

Apresentado na quinta-feira, o relatório de Yamawaki se refere somente à denúncia feita pelo economista Everton de Andrade, acusando Derosso de irregularidades na contratação da empresa Oficina de Notícias.

O primeiro problema seria o fato de Cláudia ser funcionária da Câmara quando a licitação ocorreu, em 2006. Entretanto, Yamawaki avaliou que, como a própria jornalista assinou um documento se dizendo desimpedida, Derosso não poderia ser responsabilizado por isso. Outro problema seria o fato de o edital da licitação ter sido publicado somente no jornal *Diário Popular*. O relatório diz que apenas essa publicação era o suficiente.

O que acabou pesando contra Derosso foi o seu relacionamento com Cláudia quando foram assinados aditivos ao contrato. Em 2008 e 2009, a Câmara prorrogou seu contrato com a Oficina da Notícia. Na época, Cláudia e Derosso já tinham um relacionamento. Entretanto, o vereador teria omitido este fato do Conselho. Por causa disso, Yamawaki indicou o afastamento.

Segundo levantamento publicado pela *Gazeta do Povo*, publicado no dia 8 de agosto, apenas 7 dos 38 vereadores se mostraram favoráveis ao afastamento de Derosso. Outros sete se declararam contra, enquanto os demais não se pronunciaram ou disseram depender de outros fatores. Entretanto, muitos podem mudar de orientação já que agora o pedido parte de uma decisão do Conselho, e não de um parlamentar isolado.

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 05 SET 2011

## Plenário deve apoiar comissão

O relatório do vereador Jorge Yamawaki (PSDB) foi elogiado por boa parte dos líderes partidários da Câmara de Curitiba. Caso seja acatado pelo Conselho de Ética, existe grande probabilidade de o afastamento do presidente João Cláudio Derosso (PSDB) ser aprovado em plenário. Relator das denúncias de irregularidades feitas ao Conselho envolvendo a contratação da empresa Oficina da Notícia pela Câmara, Yamawaki indicou o afastamento temporário de Derosso — segunda punição mais pesada, entre as sanções possíveis.

Segundo o líder do PSDB, Emerson Prado, uma posição partidária só será tomada na manhã de hoje. Entretanto, o vereador acredita que, por ser de Yamawaki, o relatório deve ser coerente com a posi-

ção do partido. “Desde o princípio fomos a favor da apuração das denúncias, em nenhum momento o partido vai prevaricar”, comenta o vereador. Prado ressalva, entretanto, que não é possível prever a análise que será feita pelos demais vereadores do partido.

O líder do PMDB e da oposição, o vereador Algaci Túlio, admite que, caso o pedido de cassação não prospere, a bancada deve votar a favor do afastamento. Entretanto, ele avalia que o relatório não acompanha os interesses da oposição, já que outros pedidos de afastamento (propostos por ele próprio e pela vereadora Renata Bueno, do PPS) devem ser votados. O PT deve ter posição parecida.

Líder do PV, o vereador Paulo Salamuni acredita que, pelas condições políticas da Câmara, Yamawaki “saiu-se bem” ao sugerir o afastamento de Derosso. Entretanto, o vereador pontua

que o relatório não chega a ser suficiente. “Ele deu uma resposta muito positiva para a sociedade. Entretanto, questões fulcrais não foram tocadas e elas só poderão ser analisadas pela CPI”, comenta o vereador. Salamuni adianta que deve votar pelo afastamento, caso vá a plenário.

PPS e PDT esperam por definições do partido antes de dar uma posição oficial. Entretanto, para o líder do PDT, Tito Zeglin, o partido deve ser favorável ao afastamento. “Acredito que a tendência do partido seja essa [votar pelo afastamento], mas não quero assumir nenhum compromisso antes de conversar com o Jairo [Marcelino] e com o [Roberto] Hinça”, afirma. Os pedetistas devem se reunir nesta manhã.

A reportagem tentou entrar em contato com as lideranças do DEM, Julieta Reis, do PSB, Dona Lourdes, do PP, Aldemir Manfron, mas não obteve resposta. (CM)

03 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

## Reforma estagnada

**Após conquistas importantes nos últimos anos, agenda de melhoria no Judiciário parou de avançar, em especial por desarmonia entre os Poderes**

Desde a aprovação, no final de 2004, da emenda constitucional 45 —chamada de Reforma do Judiciário—, a Justiça brasileira passou por alterações notáveis.

Criou-se o Conselho Nacional de Justiça, que faz o controle administrativo do Judiciário e permite a implementação de políticas públicas, com diagnósticos e metas. Tribunais se informatizaram e regulamentaram-se mecanismos para desafogar o Supremo e garantir o cumprimento geral de suas decisões importantes —inscritas nas chamadas súmulas vinculantes. Os códigos de processo civil e penal foram modernizados.

O Judiciário tornou-se mais transparente, com prestações de contas de tribunais disponíveis na internet, e o número de processos no Supremo caiu mais de 70%.

Esses avanços foram possíveis graças à coordenação entre os três Poderes. Ela facilitou o enfrentamento do corporativismo e da resistência a mudanças.

O Judiciário assumiu bandeiras que não representavam o pensamento da maioria dos juizes, o Executivo aceitou despendar capital político em um tema espinhoso, e o Legislativo se dispôs a aprovar as leis necessárias.

Os dados mais recentes sobre o Judiciário, divulgados nesta semana pelo CNJ, mostram, porém,

que o ritmo de melhoras parece estagnado. A taxa de congestionamento dos processos (número de casos que não são resolvidos num ano) ficou em 70% em 2010, um aumento de três pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Essa paralisia, não por acaso, ocorre quando os Poderes se mostram menos dispostos a atuar em sintonia. Apesar de terem anunciado em março a disposição de firmar um novo “pacto republicano” para reformar o Judiciário, o assunto foi colocado de lado.

No Executivo, entra-se no nono mês do governo Dilma Rousseff, mas o posto de secretário de Reforma do Judiciário continua vago. O Ministério da Justiça não apresentou, até o momento, uma agenda de políticas para o setor.

O Legislativo se perdeu na indicações de nomes controvertidos para aprofundar a reforma do Código de Processo Civil e nem sequer começou a discutir o tema.

E, por fim, o Judiciário apresentou, por meio do presidente do STF, uma proposta ousada de diminuição da possibilidade de recursos processuais —mas parece mais preocupado em reivindicar aumento dos salários dos juizes.

A agenda para dar continuidade à reforma do Judiciário inclui, entre outros itens, diminuir a gama dos recursos, simplificar o processo e instaurar o tratamento coletivo de demandas repetitivas. Sem um mínimo de harmonia entre os Poderes, no entanto, não sairemos do lugar.

03 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Dilma recua e inclui reajuste salarial para juizes no Orçamento

Presidente critica proposta do Judiciário, mas diz cumprir 'dever constitucional' ao conceder aumento

**Planalto revê proposta orçamentária após rebelião que uniu procurador-geral da República e Supremo**

MÁRCIO FALCÃO  
FELIPE SELIGMAN  
DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff criticou ontem a proposta de aumento dos salários do Judiciário, afirmando que a medida pode prejudicar a execução de programas sociais e gerar "incertezas sobre a evolução da economia brasileira em um contexto internacional já adverso".

Ao enviar ao Congresso as previsões de receitas e gastos para 2012, o governo havia deixado de fora as propostas de reajustes da Justiça, que causam impacto de R\$ 7,7 bilhões nos cofres públicos.

Ontem, o Planalto foi obrigado a recuar e a rever sua proposta orçamentária, após os ministros do Supremo e o procurador-geral da República se revoltarem.

Dilma, então, enviou uma mensagem ao Congresso reincluindo os reajustes pedidos pelo Judiciário, mas fez uma série de críticas.

Ao citar que encaminhou a

proposta "cumprindo dever constitucional", disse que "várias economias enfrentam problemas por sua situação fiscal, com alto endividamento e deficit públicos".

"Há possibilidade de agravamento na situação econômica internacional em 2012, com risco de recessão em economias avançadas e forte volatilidade nos preços dos ativos financeiros", disse.

A presidente afirmou que é importante que o país "mantenha sua trajetória de equilíbrio fiscal" para lidar com eventuais crises. "O Poder Executivo já adota uma política de moderação no cresci-

**“O Poder Executivo já adota uma política de moderação no crescimento de suas despesas de pessoal, de modo a privilegiar a execução de investimentos e de programas sociais em seu orçamento**

DILMA ROUSSEFF  
presidente da República, sobre a importância de manter a "trajetória de equilíbrio fiscal"

mento de suas despesas de pessoal, de modo a privilegiar a execução de investimentos e de programas sociais em seu orçamento."

A proposta do Judiciário prevê até 56% de reajuste para servidores do Judiciário e 14,7% para os ministros do Supremo, o que elevaria o teto do funcionalismo de R\$ 26,7 mil para R\$ 30,6 mil.

Dilma já concordara em apoiar reajuste de 5% aos magistrados para este ano. Isso é um terço do reivindicado pelo Judiciário (14,7%).

Na quarta-feira, o presidente do Supremo, Cezar Peluso, havia encaminhado outro projeto de lei pedindo aumento de 4,8% para os ministros do Supremo.

De acordo com os cálculos do tribunal, só essa nova proposta de aumento teria um impacto anual nos cofres públicos de mais de R\$ 150 milhões —o reajuste para STF tem efeito cascata nos salários de toda a magistratura.

A tramitação da proposta orçamentária e do projeto de aumento de 4,8% não está vinculada. Na prática, o Congresso decidirá qual projeto de aumento será aprovado.

Peluso não quis comentar as críticas de Dilma, mas considerou ser "página virada" a crise com o Executivo.



03 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Crianças devem ser levadas compulsoriamente para abrigos?

**NÃO**

## Acolher ou incriminar?

**BERENICE GIANNELLA**

O caso das crianças que promovem arrastões na Vila Mariana põe a nu uma grave falha. Analisando a questão longe do senso comum suscitado pelo clamor público, vê-se que o Estado e a sociedade brasileiros têm sido incompetentes para evitar o mal maior, que é a entrada de suas crianças e adolescentes na criminalidade.

Desse ponto de vista, o episódio das meninas da Vila Mariana é, por um lado, positivo: ele mostra a dificuldade de articulação das políticas públicas no sentido de se tratar essa população de maneira integral e preventiva, evitando sua entrada no mundo delinqüencial.

Por outro — e aí está o aspecto negativo —, passou-se a ver o caso como espetáculo midiático e, nesse diapasão, não tardam a aparecer os especialistas de plantão com suas soluções drásticas, para não dizer mágicas.

É o caso daqueles que advogam a internação ou o abrigamento compulsório das “crianças arruaceiras” com menos de 12 anos. Além de terminantemente ilegais, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Constituição Federal vedam iniciativas do gênero, tais soluções parecem oportunistas, por não irem às raízes do problema.

A receita para lidar com a questão está posta há 21 anos, desde a

promulgação do ECA. Reza o estatuto que todos os entes da Federação, a sociedade e a família devem se articular para garantir a observação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Em termos práticos, isso quer dizer que esses atores têm de arregajar as mangas e integrar os serviços públicos que prestam, articulando políticas preventivas eficientes, acolhendo e tratando essas crianças e adolescentes.

Ações de prevenção deveriam ser adotadas já para os primeiros anos escolares, quando várias crianças dão sinais de que têm famílias desestruturadas ou vivem em situação de risco — que, mais tarde, se nada for feito, as levará para os atos infracionais.

A Fundação Casa, entidade que presido desde 2005, tem sido nos últimos tempos a caixa de ressonância da ausência de um trabalho efetivo e eficiente nessa área, com papel proativo, e não reativo. Nossa clientela é típica: jovens que abandonaram a escola sem que houvesse providências, filhos de famílias desestruturadas, sem acesso a serviços básicos e que acabam na criminalidade por não terem sido resgatados anteriormente.

É a velha história da crônica da morte anunciada. Nos últimos dois anos, cresceu drasticamente o total

de internações na Fundação Casa sem que houvesse, no mesmo período, um aumento proporcional da criminalidade infanto-juvenil. De uma média mensal de 5.335 jovens atendidos em 2007, saltamos para os mais de 7.200 atuais (total que já alcançou os 7.800 em alguns meses).

Se houvesse uma eficiente articulação dos serviços existentes que detectasse os problemas que levam à criminalidade e agisse proativamente para corrigir os rumos e propiciar atendimento integral a crianças e adolescentes, teríamos menos vidas comprometidas com essas estatísticas tristes.

Os instrumentos para resolver o problema estão aí. Conselhos tutelares, sistema único de assistência social, Varas da Infância e da Juventude, escola... Não faltam estruturas. O que falta é integrá-las de maneira inteligente para que possam intervir eficientemente.

A questão da prevenção se faz urgente. E o caso dessas crianças e jovens da Vila Mariana serve de alerta. Querer encarcerá-las sem antes lançar mão de instrumentos que o país já tem é decretar, a priori, a falência do Estado brasileiro.

BERENICE GIANNELLA é procuradora do Estado, mestre em direito processual penal pela USP e presidente da Fundação Casa.

03 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

SIM

# A criança não pode esperar

ROBERTO DELMANTO JUNIOR E TEREZA CAVALCANTI SAMAJA

A "gangue das meninas". O abandono, a negligência e o desca-  
so com o que temos de mais precioso,  
as nossas crianças, está aí.

Diz o noticiário: meninas com  
idade entre seis e 12 anos, acusadas  
de arrastões na Vila Mariana, estão  
de volta às ruas. Havia sido le-  
vadas para um abrigo pelo Conselho  
Tutelar; duas horas depois, esta-  
vam andando por aí (**Folha**, 11  
de agosto).

Três dias após, sete meninas fo-  
ram novamente apreendidas na Vi-  
la Mariana. Uma tem 14 anos, três  
têm 13 anos, duas têm 11 e uma tem  
dez (**Folha**, 12 de agosto).

Há poucos dias, quatro crianças  
entre nove e 12 anos, que vivem na  
rua, entraram em uma loja de cho-  
colates fazendo arruaça. Uma sen-  
tou-se no chão e pediu um copo d'á-  
gua. Ela aparentava estar dopada.  
O grupo não chegou, sequer, a ser  
encaminhado ao Conselho Tutelar  
(**Folha**, 29 de agosto).

Em situações emergenciais, de  
manifesto risco pessoal, familiar ou  
social para o jovem abandonado, a  
medida protetiva do abrigo compulsório  
deve, sim, ser aplicada. O Conselho  
Tutelar deve encaminhar a criança em  
risco para um abrigo, comunicando o juiz  
em 24 horas (arts. 93 e 101 da lei 8.069),  
buscando-se a sua reintegração fa-  
miliar, com aconselhamentos e ou-

tras medidas.

O que não se pode mais tolerar é  
deixar as crianças fazerem o que  
quiserem, zanzando pelas madru-  
gadas, abandonadas, exploradas,  
drogadas, jogadas às agruras dila-  
cerantes da selvageria da nossa  
São Paulo.

O absurdo maior é a criança ir pa-  
ra o abrigo, "tomar um lanche" e,  
duas horas depois, sair de volta pa-  
ra as avenidas e viadutos de São  
Paulo, sob o argumento de que o  
ECA diz que o acolhimento não im-  
plica privação de liberdade (art.  
101). Ora, aqueles que estão com  
a criança têm o dever do cuidado!  
Você deixaria um filho seu de dez  
anos de idade voltar para a rua? Is-  
so é inaceitável.

Sabemos que não é preciso que  
as coisas ocorram dessa maneira.  
Há experiências positivas, sobretu-  
do com a participação de organiza-  
ções da sociedade civil, como o  
Centro Assistencial Cruz de Malta,  
do qual somos diretores, que se  
dedica a prestar assistência às famí-  
lias carentes do Jabaquara, man-  
tendo uma creche com 220 crian-  
ças, um Centro de Juventude, cur-  
sos profissionalizantes e atendi-  
mento médico.

Lá, uma criança de oito anos cuja  
mãe não tinha condições mentais e  
cujo padrasto usava métodos vio-  
lentos de educação não queria vol-

tar para casa ao sair do centro assis-  
tencial, passando a dormir na rua,  
sendo assediada por mais velhos  
para ingressar nas drogas.

Após apoio familiar sem êxito,  
foi chamado o Conselho Tutelar,  
que a encaminhou ao Juizado da  
Infância e da Juventude. O atendi-  
mento foi muito bom, e o menino  
encontra-se hoje em um abrigo, re-  
cebe visitas da mãe e do padrasto,  
e de voluntários da Cruz de Malta,  
estando muito feliz.

Aliás, a Prefeitura do Rio de Ja-  
neiro implementou um programa  
de abrigamento compulsório de jo-  
vens de rua viciados em drogas,  
sendo um exemplo a ser seguido.

Encerramos com um poema de  
Gabriela Mistral: "Somos culpados  
de muitos erros e muitas faltas, mas  
nosso crime é o abandono das  
crianças, negando-lhes a fonte da  
vida. Muitas das coisas de que ne-  
cessitamos podem esperar; as  
crianças não podem. Agora é o mo-  
mento: seus ossos estão em forma-  
ção, seu sangue também está e seus  
sentidos estão se desenvolvendo. A  
elas não podemos responder 'ama-  
nhã'; seu nome é hoje".

ROBERTO DELMANTO JUNIOR, 42, advogado,  
conselheiro da OAB-SP; é diretor do Centro  
Assistencial Cruz de Malta ([cruzdemalta.org.br](http://cruzdemalta.org.br)); e-  
mail: [robertojr@delmanto.com](mailto:robertojr@delmanto.com)  
TEREZA CAVALCANTI SAMAJA é diretora e  
fundadora do Centro Assistencial Cruz de Malta há  
mais de 40 anos; e-mail: [cacmteresa@hotmail.com](mailto:cacmteresa@hotmail.com)

# FOLHA DE S. PAULO

## Poder no cenário democrático

WALTER CENEVIVA

**AS INDICAÇÕES** e comparações possibilitadas pelo direito vigente sugerem que, no mundo atual, a tripartição dos poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) está longe do que havia no tempo de Montesquieu (1689/1755), formulador da teoria dos três Poderes. Não corresponde nem mesmo aos ideais que consolidaram a democracia norte-americana depois da Guerra da Independência (1775/1783).

A transformação colhida no processo histórico gerou criações que afastaram a tripartição substancial. Frustrou a expectativa do governo pleno, de e para todos.

As posições uniformizadas no século 21 mostram, em muitos países, predomínio mais acentuado do Executivo no regime republicano (caso do Brasil), na estrutura monárquica, no sistema presidencial puro, assim como no sistema parlamentar.

Nessa realidade, o direito foi paulatinamente alterado, para quebrar ou restringir a capacidade igualitária das correntes políticas, pois tendem — com poucas exceções — a negociar com o Executivo, cedendo sua liberdade pela troca de vantagens políticas, entre outras.

O leitor pode perguntar: em que tal predomínio é prejudicial? É muito prejudicial porque, ao ferir a concepção substancial da divisão dos Poderes sob o direito, rompe o equilíbrio interno nas ações da administração pública em sentido amplo. Poderes cuja capacidade de intervenção no comando da máquina governamental ou de segmentos importantes dela perdem substância no país, no Estado, no município. Tornam-se incapazes do exercício pleno que lhes cabe em face do Executivo, único provido de poder suficiente para tal predomínio: suficiência para legislar (impõe medidas

Muito mais difícil é recompor o equilíbrio sonhado por Montesquieu entre três ou mais Poderes

03 SET 2011

provisórias), para gerir a máquina administrativa (tem a chave do cofre) e para obstar medidas judiciais que julgue inconvenientes, com e sem a colaboração do Judiciário.

Bem ou mal, o fato concreto está nesse predomínio. Criou-se a distância impura entre o enunciado constitucional da harmonia entre os Poderes e a predominância do Executivo, na realização da condução dos atos e das políticas de governo, segundo leis reguladoras das relações na estrutura tripartida. Um dos sintomas dessa distância está no conservadorismo exacerbado do "Tea Party" dos Estados Unidos e de segmentos das sociedades francesa e alemã, com posições que remontam à primeira metade do século 20.

A súplica feita (mesmo incompleta) será fácil de ser compreendida por quem percorre a história do século 20. Muito mais difícil é recompor o equilíbrio sonhado e composto por Montesquieu entre três ou mais Poderes aptos a desenvolver a participação nas suas áreas respectivas em igualdade de condição com o Executivo. A solução parece quase impossível a curto prazo pois, no mundo de Montesquieu, só a Europa era verdadeiramente livre. Não eram livres as Américas, a África, a Ásia e a Oceania.

O pêndulo da história depois da Revolução Russa (1917) e da crise econômica de 1929, com inovações do comunismo e do nazifascismo, nem se reequilibrou, nem uniformizou a existência de centenas de nações novas, em estruturas democráticas. Precisamos de um novo Montesquieu, apto a compreender o mundo modificado de hoje, na busca de soluções compatíveis, por exemplo, com a comunicação instantânea e universal.

03 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### **TJ proíbe a RBS de exibir a imagem ou o nome de vereador**

DE SÃO PAULO - O grupo RBS, que transmite a Rede Globo no Rio Grande do Sul e edita o jornal "Zero Hora", foi proibido pelo Tribunal de Justiça gaúcho de divulgar o nome ou a imagem de um vereador.

Adenir Mengue Webber (DEM), de Dom Pedro de Alcântara (RS), apareceu numa reportagem exibida em 2010 no "Fantástico", da Globo, que mostrava políticos fazendo turismo no horário em que deviam estar fazendo cursos pagos com verba pública.

A decisão, em caráter liminar, foi tomada por unanimidade em maio passado, mas o julgamento final ainda não ocorreu. A RBS classificou a decisão de "censura" e disse que vai recorrer. Webber não foi localizado ontem.

03 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Dalton Trevisan mostra que continua afiado e em forma

**"O Anão e a Ninfeta" reúne contos com novidades de tema e de estilo**

FLÁVIO MOURA  
ESPECIAL PARA A FOLHA

Um indício da envergadura de um escritor é a capacidade de criar um universo particular. Dos brasileiros vivos, pode-se dizer isso de poucos. Dalton Trevisan é um deles.

Aos 86 anos, ele tem lugar garantido no panteão da literatura brasileira e já é objeto de livros didáticos. Ocupa assento próximo ao de Rubem Fonseca, outro mestre da narrativa curta e da sordidez.

A questão é saber se continua afiado ou se, a exemplo do que ocorre com Fonseca, vem se transformando em repetição de si mesmo. "O Anão e a Ninfeta" faz pensar na primeira alternativa.

Traz uma coleção de histórias curtas que não só "trazem as marcas registradas", como se poderia dizer de forma apressada, mas sugerem novidades de tema e estilo.

No conto que abre a coletânea, um anão mulherengo termina morto por uma prostituta. No modo como se constrói o personagem, o foco não é a deformação, mas a banalidade de seus dilemas. "Único assunto as mocinhas bonitas, família ou programa, de todas cativo. A elas consagra, dedica e oferece a minúscula vida."

Como notou o crítico Alcir Pécora, seus tipos têm se tornado menos freaks e mais ordinários. As perversões continuam em primeiro plano,

mas são cada vez mais vividas por gente comum.

Na história que fecha o volume, a tensão se dá entre marido e amante em torno do dilema burguês de abandono do casamento em favor do sexo. "Ela pede tempo e distância para pensar. Insatisfeita, sente-se em desvantagem. Ele, no bem-bom, dupla família, uma completa a outra."

Estão presentes ainda os contos mínimos de praxe. Mas neles não aparece apenas o virtuose da frase curta, e sim um narrador mais venenoso do que nunca.

Um exemplo é o excelente "Programa". Em forma de diálogo e com exatas 34 palavras, descreve uma cena deprimente de sexo oral de forma indireta e alusiva, mas cristalina ao leitor atento.

Outros textos podem ser lidos como poemas em prosa, sonoros e mordazes sem resvalar para a caricatura.

Miguel Sanches Neto sugeriu que os minicontos são produto da artrite. O comentário é uma provocação, mas serve de emblema para definir um autor que precisa de cada vez menos palavras para se mostrar em forma.

FLÁVIO MOURA é jornalista e doutor em sociologia pela USP.

## O ANÃO E A NINFETA

AUTOR Dalton Trevisan  
EDITORA Record  
QUANTO R\$ 34,90 (160 págs.)  
AVALIAÇÃO ótimo



O escritor  
Dalton  
Trevisan  
passa em  
Curitiba

04 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Indenizações por erros em ações da PF dão prejuízo à União

Desde 2007, governo foi condenado a pagar R\$ 1,6 mi em danos morais ou materiais devido a prisões ilegais

**PF afirma que número de processos aos quais responde é pequeno se levadas em conta as 16 mil prisões desde 2004**

A União começou a pagar a conta pelos erros ou excessos cometidos pela Polícia Federal em suas ações.

Desde 2007, o governo federal foi condenado a pagar pelo menos R\$ 1,6 milhão em indenizações por danos morais ou materiais a pessoas que foram presas por engano, ilegalmente ou que foram submetidas a exposição midiática excessiva.

Recentemente, a própria presidente Dilma Rousseff criticou "abusos, excessos e afrontas" em investigações.

Durante a Operação Voucher, que foi deflagrada no início de agosto e atingiu a cúpula do Ministério do Turismo, vazaram fotos de presos sem camisa na cadeia, no Amapá. Dilma considerou o episódio "inaceitável".

A Folha encontrou em arquivos da Justiça Federal e do STJ (Superior Tribunal de Justiça) 28 processos nos quais a União foi condenada, em primeira e segunda instâncias, a pagar por deslizes da Polícia Federal.

Pessoas presas por engano argumentam que sofrem até hoje danos psicológicos e constrangimentos em função dos erros da polícia.

Elas reclamam da demora para o pagamento das indenizações e dizem que o valor é baixo diante dos momentos que tiveram que enfrentar.

Em Caxias do Sul, Maria Heloísa de Oliveira ficou 51 dias presa por engano sob acusação de tráfico de drogas e desenvolveu síndrome do pânico (leia mais abaixo).

Já o empresário Marcos Moraes de Vasconcellos, cuja residência foi invadida erroneamente em 2005, conta que ficava constrangido ao encarar os vizinhos.

"Eles ficavam pensando que eu podia estar metido com tráfico de drogas", disse.

Decisão de segunda instância fixou indenização de R\$ 20 mil para Vasconcellos. Ainda cabe recurso.

## AGU

Novas ações movidas por pessoas que se dizem vítimas de ações abusivas podem inflar as indenizações.

No total, a AGU (Advocacia-Geral da União) registra 241 ações de danos morais nas quais a responsável é a Polícia Federal, incluindo as que já tiveram decisão.

De acordo com a AGU, nem todas elas são relativas a erros ou excessos em operação. Há um caso, por exemplo, de acidente durante um treinamento dado pela PF.

Os pedidos de indenização referentes a operações mais recentes ainda não tiveram decisões judiciais. É o caso da Operação Jaleco Branco, que apurou fraudes em licita-

ções na Bahia, em 2007.

A procuradora da Universidade Federal da Bahia Ana Guiomar, presa nessa ação, pede indenização por ter ficado algemada por 16 horas. E se queixa de uma "condenação moral".

Ela foi denunciada à Justiça por improbidade administrativa, mas não está definido se a denúncia será aceita.

Para Arthur de Oliveira Júnior, autor de "Danos Morais e à Imagem", a divulgação excessiva de prisões pode abrir brecha a indenizações, "especialmente se a pessoa não cometeu o crime".

## OUTRO LADO

A PF e a AGU consideram "irrisório" o total de processos por danos morais e materiais se considerados os 16 mil presos desde 2004.

Em nota, a PF disse que toda operação sofre "triplo controle: do Judiciário, do Ministério Público e dos superiores hierárquicos".

A Associação de Delegados da PF declarou que falta uma base de dados confiável sobre mandados de prisão. "Os erros são culpa de um sistema de troca de informações caótico", diz.

**CONTINUA**

## Mulher passou 51 dias presa por engano

### OS ERROS DA PF

Alguns dos enganos cometidos pela corporação

**Maria Heloísa de Oliveira**

#### CASO

Confundida com homônima acusada de tráfico de drogas, passou 51 dias em presídio.

#### INDENIZAÇÃO\*

**R\$ 197 mil**

#### SITUAÇÃO

Indenização foi paga em julho



**Hugo Sterman Filho**

#### CASO

Foi confundido com outro Hugo e passou 11 dias preso na Operação Anacondá

#### INDENIZAÇÃO\*

**R\$ 550 mil**

#### SITUAÇÃO

União recorreu



**Ivan Izzo**

#### CASO

Baleado por engano ao estar em local onde ocorreria operação contra tráfico de drogas

#### INDENIZAÇÃO\*

**R\$ 80 mil**

“Nunca vou conseguir apagar da minha mente.” É assim que a enfermeira Maria Heloísa de Oliveira, 51, fala sobre os 51 dias que passou presa por um erro da PF, que a confundiu com outra mulher de mesmo nome.

O dia era 26 de outubro de 2004. Às 6h, agentes da PF bateram na porta de sua casa. Disseram que cumpriam um mandado de prisão e a levaram à delegacia.

“Chegando lá, tinha uma delegada substituta. Os agentes disseram que eu não era a pessoa certa, mas ela só olhou os papéis e mandou me prender”, conta.

Foi levada para a ala feminina do presídio de Caxias do Sul. Lá, Maria Heloísa ficou em uma cela de 7,5 m² com 11 mulheres.

“Não tínhamos direito a uma tarde ou manhã de sol e não tinha cama para todas. Em uma parede, tinha um beliche de cimento. Nós dormíamos em quatro e as outras dormiam no chão”, diz.

“Eu ficava a noite acordada. Não comia nem dormia porque tinha muito medo.”

Um dia, um preso foi ferido e não recebeu assistência médica. Estourou uma rebelião. Os detentos faziam barulho e batiam na barra de ferro das celas. “Eu chorava e gritava desesperada.”

Seu marido e suas duas filhas adolescentes também ficaram abalados. Uma delas perdeu dez quilos.

Ela foi solta de repente no 51º dia, sem receber explicação. “Não sabia onde estava, não lembrava de telefones, não sabia onde morava.”

No mês passado, sua indenização saiu: R\$ 197 mil. “Até hoje me trato em psiquiatra. Saí com uma depressão muito grande e tenho síndrome do pânico. Nada paga o que passei”, disse.

## R\$ 1,6 milhão

foi o total calculado em indenizações desde 2007

Fontes: Justiça Federal e STJ; \*Valores determinados pela Justiça

### PAGANDO A CONTA

Desde 2007, a Justiça já decidiu que a União tem de pagar indenizações por 28 erros ou excessos da PF.

### VALOR DAS INDENIZAÇÕES

<b>R\$ 376 mil</b> já pagas	<b>R\$ 317 mil</b> a pagar
--------------------------------	-------------------------------

**R\$ 944 mil**  
União está recorrendo

SITUAÇÃO  
União recorreu

# Um Estado criado antes da sociedade

04 SET 2011

Uma vez em seu gabinete no terceiro andar do Palácio do Planalto Fernando Henrique Cardoso contemplava a vista em direção ao lago Paranoá. Na margem oposta, crescia um grande condomínio irregular, com várias casas suntuosas. O tucano observou e comentou com um interlocutor: "O Brasil é fantástico. Aqui, tem até invasão de rico".

A cena foi nos anos 90. O condomínio ainda está lá, consolidado. Destruuiu-se uma área de proteção ambiental bem à margem do lago que armazena a água usada pelos brasilienses para beber e tomar banho.

O governo federal, por meio do Ibama, nada fez. O governo do Distrito Federal quedou-se também paralisado.

Quando cheguei a Brasília, em 1996, li um anúncio em jornal oferecendo terrenos por ali. Considerada a localização, eram muito baratos. Um deles, de frente para o lago, custava R\$ 60 mil. Mesmo descontada toda a inflação de lá para cá, era uma pechincha. Fui conhecer.

E a documentação? "Tem um registro de compra e venda no cartório de Luziânia", respondeu o corretor. Luziânia é uma cidade de Goiás, nos arredores de Brasília.

## VIZINHO ILUSTRE

Desconfiado e desinformado à época, quis saber se não havia algo irregular. "Nada, nada. Saiba quem será seu vizinho aqui? O desembargador... E ali, tem outro desembargador." Omito os nomes porque não me lembro. Nem sei se o vendedor estava dizendo a verdade e se um

juiz planejava mesmo edificar no local. Dei o fora e fiquei longe daquela invasão de ricos.

Estima-se que perto de meio milhão de pessoas vivam em condomínios irregulares ou com registros de propriedade precários em Brasília, a capital do país cuja população atual é de 2,6 milhões de habitantes. Essa balbúrdia fundiária se deu nos últimos 25 anos, nas barbas das autoridades e sob regime democrático.

Há por aqui uma configuração do Estado e uma conformação da sociedade que favorecem o jeitinho e tudo o mais que os brasileiros assistem, ouvem e leem no noticiário sobre casos de corrupção.

Não que os habitantes de Brasília sejam eles próprios corruptos ou propensos a desvios de conduta por razões atávicas. O problema está na configuração do Estado e do poder ou do "pudê", na pronúncia no local.

Obcecado por números e por meios de quantificar relatos jornalísticos, descobri que não há estatísticas precisas sobre o número total de funcionários públicos para períodos anteriores a 1996. Foi quando implantou-se um sistema por determinação do então ministro da Administração e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Antes, o presidente tomava posse e não tinha noção exata de quantos eram seus comandados. "Seria necessário ligar para todos os órgãos, pedir informações, cruzar com folha de pagamentos. Não existia um número pronto, disponível."

Graças a esse controle, hoje é possível saber que, em maio deste ano, havia 776.183 servidores federais na ativa exce-tuando-se os militares. Houve um crescimento de 21,4% desde quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu, pois em 2003 o total de funcionários na máquina pública federal era de 639.355.

## PUNIÇÃO

Essa quantificação é um avanço. Não é por acaso também o aumento de expulsões de servidores nos últimos anos, acusados de corrupção — onde há mais controle, mais gente será punida. Mas tudo ainda é modesto para extirpar a cultura do aparelhamento e patrimonialismo na capital do país.

Em 2005, o então deputado federal Severino Cavalcanti (PP-PE) caminhava de seu gabinete até o elevador do Anexo 4, o edifício conhecido como Serra Pelada e local de trabalho dos congressistas. O político estava em campanha para ser presidente da Câmara.

Pegou-me pelo braço e passou a falar num tom de voz mais baixo. Parecia querer fazer uma confissão. "Você sabe quantos Estados têm o Orçamento menor que o da Câmara? Muitos. Isso aqui é um país", disse-me Severino.

CONTINUA



# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

04 SET 2011

Era verdade. Em 2010, com seus 15,8 mil funcionários e um orçamento anual de R\$ 3,3 bilhões, a Câmara superava com folga Amapá e Roraima. O Congresso (Câmara e Senado) abriga 22 mil servidores e gasta R\$ 6,2 bilhões por ano —valor que empata com as despesas anuais da Paraíba e supera os de oito Estados (Acre, Alagoas, Amapá, Piauí, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins).

Os olhos de Severino Cavalcanti brilhavam em 2005 ao mencionar o valor do Orçamento que iria controlar caso fosse eleito presidente da Câmara dos Deputados. Ele venceu e depois caiu por causa de um escândalo de corrupção.

### 'CLAIMS'

Quando um político vai comandar um órgão com muito dinheiro, sempre existe um risco. Há alguns anos, um senador da República soube que um amigo seria o novo presidente da estatal de energia Furnas. Eis sua reação: "Vai ser ele? Ótimo; agora poderemos encaminhar todos os nossos 'claims' que ele nos ajudará".

No contexto usado, a tradução de "claims" era "reivindicações de pagamentos em dinheiro para contratos que temos na empresa".

Essa cultura do compadrio, da apropriação do bem público e as suas consequências estão entranhadas na cultura do poder em Brasília. Demitir quatro ministros, como fez a presidente Dilma Rousseff, ajuda a mitigar o problema. Mas ainda há uma grande distância até ocorrer uma mudança de valores.

Até porque em Brasília vale a frase tão usada no início do movimento neoliberal para o Brasil: na capital federal, o Estado nasceu antes da sociedade. Nada mais natural que os que vivem nesse ambiente julgarem poder fazer o que bem entenderem com o dinheiro público.

# 04 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

### De profundis

**RIO DE JANEIRO** - Lembrei recentemente o episódio do sujeito que precisava enterrar a mulher e encontrou os cemitérios sob intervenção federal devido ao roubo de estátuas e sepulturas. A corrupção atingira até mesmo as últimas moradas dos mortais.

Tivemos agora, por outros motivos, uma greve dos coveiros, creio que inédita, mas necessária. Com raríssimas exceções, os cemitérios brasileiros são uma calamidade, e até mesmo degradantes.

Há uma geral falta de dignidade e nem sempre os coveiros são os responsáveis. Aliás, um dos mistérios que nunca entendi direito foi a existência de duas categorias profissionais: o coveiro e o bandeirinha de futebol.

Em uma pesquisa entre crianças para saber o que pretendem ser na vida, nenhuma delas mencionará a atividade do coveiro e a do bandeirinha. No entanto eles existem, um deles se tornou famoso quando desenterrou a caveira de Yorik e deu a

Hamlet a oportunidade para um dos grandes momentos de William Shakespeare.

Não foi no meu tempo, mas na gripe de 1918, que ficou na história como a Espanhola. Pelo menos no Rio de Janeiro foi uma calamidade. O camarada ia atravessar a rua com saúde e chegava na outra calçada em condição de cadáver.

Nem os coveiros nem os cemitérios davam conta da oferta, muitos botavam os corpos na calçada, prática que foi condenada pelas autoridades sanitárias. Com a imaginação dos cariocas, bolou-se uma alternativa: O corpo era levado para os bondes, para qualquer um que passasse pela rua. A família pagava a passagem. No fim da linha, o único passageiro vivo era o motorneiro, mas nem sempre.

Sabemos que, hoje, a procura de corpos ceifados pela ditadura militar faz parte de uma Comissão da Verdade. Recuando no tempo, ainda não se sabe onde tantas vítimas da Espanhola foram parar.

# FOLHA DE S. PAULO

SEMANA DO LEITOR

## Judiciário

Os nobres juízes estão chateados porque o Orçamento de 2012 não prevê aumento para a categoria, que, claro, ganha muito mal, tem apenas 60 dias de férias e se aposenta com valor integral dos salários ("Revolta do STF por aumento faz Dilma rever Orçamento", **Poder**, 2/9).

Bem mesmo estão os aposentados que recebem salário mínimo e têm de se virar para bancar remédios, que só aumentam a cada ano.

No Brasil, fala-se muito em corporativismo dos políticos, mas, infelizmente, isso espalha mais rápido do que notícia ruim? Se pararmos para prestar atenção, veremos que o que hoje acontece no STF está muito disseminado pelo país, principalmente nos centros de poder. Não tem jeito, cada um puxa a brasa para a sua sardinha, não se importando uns com os outros.

ANTONIO JOSÉ G. MARQUES (Rio de Janeiro, RJ)

04 SET 2011

## PAINEL

**Ruptura** O queixo caído dos ministros do Supremo Tribunal Federal diante do "perdido" que o governo ameaçou dar no reajuste do Judiciário se explica: desde a presidência de Carlos Velloso (1999-2001), o Executivo não mexia na proposta orçamentária do Judiciário.

## FRASE

**OPHIR CAVALCANTE**

*Confirma-se aquele ditado de que lobo não come lobo*

presidente da OAB comentando os 265 votos contra a cassação da deputada (houve 166 favoráveis e 20 abstenções)

SEMANA DO LEITOR

O ASSUNTO É JAQUELINE RORIZ

“A absolvição da deputada federal Jaqueline Roriz só faz aumentar a indignação do cidadão. Pelo decepcionante placar da Câmara, depreende-se que já não há diretriz ética que remedeie tamanha distorção de valores. Já é tempo de se extinguir

males da política, como a imunidade parlamentar e o sigilo em votações. Afinal, não vivemos em uma democracia? O cidadão tem o direito de saber como e no que vota o seu eleito.

JOÃO CARLOS ARAÚJO FIGUEIRA (Rio de Janeiro, RJ)

# 04 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### GASPARi

#### **MASMORRA CAPIXABA**

*As masmorras do governo do Espírito Santo fazem história. O Ministério Público Federal vem perdendo todas as paradas para resolver o problema das más condições da penitenciária de Barra de São Francisco. Sua população, projetada para 106 presos, passou de 274 em 2008 para 364 em 2010, ou 1,09 metro quadrado por pessoa. Uma perícia da Polícia Federal concluiu que o presídio "não possuía, em suas unidades celulares, condições mínimas de salubridade para a existência humana". Aos pedidos de informações o governo do Estado responde com lero-leros, às solicitações de providências, com silêncio.*

*O Ministério Público Federal pediu à Justiça que suspenda a remessa de presos para Barra de São Francisco e que a União fiscalize o seu descongestionamento. A juíza da 1ª Vara Federal de Colatina negou o pedido e lembrou que "a concretização de todos os direitos fundamentais e sociais esbarra nas limitações materiais do Estado".*

*Desse jeito, a penitenciária ficará na mesma, mas surgiu um perigo: que alguém proponha a criação de um novo imposto para financiar (em tese) as masmorras nacionais. Até porque os doutores que mandam em Barra de São Francisco sustentam que "se comparada a outras unidades" ela se encontra "em situação favorável".*

05 SET 2011

# FOLHA DE S. PAULO

## Chefe da CGU defende Ficha Limpa para servidor público

### Ministro Jorge Hage quer aplicação da lei para aumentar rigor em nomeações

**Para especialista em combate à corrupção, o excesso de cargos comissionados é dos maiores problemas**

O ministro-chefe da CGU (Controladoria-Geral da União), Jorge Hage, defendeu em entrevista à **TV Folha** a adoção da Lei da Ficha Limpa na nomeação de servidores públicos condenados pela Justiça.

“Deveríamos exigir a Ficha Limpa para qualquer cargo público”, disse Hage. Pela primeira vez, um integrante do primeiro escalão defende a extensão do mecanismo, hoje restrito a candidatos, para aumentar o rigor nas nomeações.

A entrevista integra o especial “O Custo da Corrupção”, publicado ontem na **Folha** e em conteúdo exclusivo na **Folha.com**.

Para Hage, é preciso aplicar a lei ao preencher os cerca de 21 mil cargos comissionados — nomeados sem concurso. Cobiçadas pelos partidos, essas vagas estão na origem de atritos entre o Planalto e a base aliada.

Projeto de iniciativa popular, a Ficha Limpa foi sancionada em 2010 e impede que condenados em julgamentos por mais de um juiz possam disputar eleições.

Sua aplicação, porém, é incerta. Ao julgar um recurso, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a lei não teria validade no pleito de 2010, apenas em 2012.

Além disso, o tribunal não analisou se a lei é constitucional ou não. Deve fazê-lo apenas no ano que vem.

Para estender a Ficha Limpa à administração pública, é preciso aprovar projeto de lei com maioria simples no Congresso. Há duas propostas em tramitação na Câmara, dos deputados Paulo Bornhausen (DEM-SC) e Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).

#### COMBATE

Especialistas defendem outras ideias para coibir desvios de verba. Como a **Folha** revelou ontem, estudo da FGV calcula perdas de R\$ 6 bilhões ao ano nos cofres.

Para Claudio Weber Abramo, diretor-executivo da Transparência Brasil, há cargos comissionados em excesso. “O fato de governantes poderem nomear uma montanha de gente é gerador de corrupção”, diz. “Com isso, eles compram o apoio de partidos distribuindo cargos.”

Outro estímulo à corrupção apontado por especialistas é a lentidão dos tribunais ao julgar as ações penais.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apoia proposta do presidente do STF, Cezar Peluso, para que as sentenças sejam aplicadas após as decisões de segunda instância: “Hoje, [o réu] pega um advogado para empurrar o processo com a barriga”.

Outra medida defendida por Hage, o financiamento público de campanhas eleitorais, enfrenta resistência entre especialistas. Para Hage, as empresas financiadoras exigem algum retorno.

“Isso é equivocado”, diz Abramo, “porque vai empurrar esse financiamento privado do caixa 1 para o caixa 2”.

CONTINUA

05 SET 2011  
**FOLHA DE S. PAULO**  
CONTINUAÇÃO

**FICHA LIMPA É AMPLA**

Proposta prevê que lei seja estendida ao preenchimento de cargos de confiança



**A LEI**

Sancionada em 2010, prevê que políticos condenados em julgamentos feitos por mais de um juiz, cassados ou que tenham renunciado para evitar cassação sejam impedidos de disputar cargos eletivos



**A PROPOSTA**

O controlador-geral da União, Jorge Hage, defende que a restrição também seja aplicada no preenchimento dos chamados cargos de confiança, que não necessitam de concurso e são disputados por partidos



**A APLICAÇÃO**

O STF (Supremo Tribunal Federal) entendeu que a Lei da Ficha Limpa não poderia ter sido aplicada em 2010, apenas para 2012. Mas o tribunal, se provocado, poderá avaliar se a lei é constitucional ou não



“Deveríamos exigir a Ficha Limpa para qualquer cargo público

JORGE HAGE  
Controlador-geral da União

“A lei já mostrou a capacidade da sociedade de impor regras de decência para quem quer um cargo público

MAILSON DA NÓBREGA  
Ex-ministro da Fazenda



“O fato de governantes poderem nomear uma montanha de gente faz com que eles comprem o apoio de partidos

CLAUDIO WEBER ABRAMO  
Diretor-executivo da  
Transparência Brasil



05 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

## Liberação de criminosos opõe delegados e advogados em MG

**Resolução serve apenas para quem comete crimes sem violência**

PAULO PEIXOTO  
DE BELO HORIZONTE

Em Minas Gerais, a liberação de infratores que cometem crimes sem violência ou grave ameaça fora do horário de expediente das delegacias opõe delegados e advogados.

A resolução é da Secretaria de Defesa Social de Minas, que determina que casos de crimes com pena de até quatro anos, como furtos, os infratores sejam orientados a comparecer à delegacia no expediente normal.

O objetivo disso é resolver uma dificuldade criada no começo deste ano com a regionalização dos plantões. As ocorrências são registradas em apenas 67 delegacias de todo o Estado — que tem 344 locais de atendimento poli-

cial ao todo, segundo o sindicato dos delegados — durante os plantões.

O sindicato dos delegados da Polícia Civil vai à Justiça por considerar que a medida “passa por cima” do Código de Processo Penal. “O detido tem que ser levado imediatamente à presença de um delegado”, disse Edson Pereira, presidente do sindicato.

Integrante da Comissão Nacional de Defesa das Prerrogativas da Ordem dos Advogados do Brasil, o advogado criminalista e ex-presidente da OAB-MG, Marcelo Leonardo, discorda e acha que, com o tempo, a resolução será melhor compreendida.

Desde julho, está em vigor lei que estabeleceu que não deve permanecer a prisão em flagrante e não cabe a prisão

preventiva nos crimes com pena de até quatro anos. Leonardo disse que “a Secretaria adaptou a sua realidade administrativa à nova lei”.

### DIFICULDADE

O secretário de Defesa Social de Minas, Lafayette de Andrada, contudo, não faz essa vinculação. Mas admite a dificuldade de manter os plantões em todo o Estado por falta de delegados.

O governo abrirá concurso para contratar 144 delegados.

Andrada disse que a resolução é temporária e que os presos em flagrante devem ser levados à delegacia de plantão mais próxima. “A resolução vale para as infrações de pequeno potencial, em que o resultado é meramente burocrático”, disse.

# FOLHA DE S. PAULO

## PAINEL DO LEITOR

05 SET 2011

### PAINEL

**Mediação 1** Aliados empenhados na tentativa de baixar a temperatura da rusga entre Planalto e Judiciário enxergam duas frentes de negociação para resolver o impasse em torno do aumento salarial da categoria: uma das opções seria escalonar o reajuste e assim diluir o impacto dos R\$ 7,7 bilhões até 2014. Outra seria convencer o Judiciário a diminuir despesas com custeio.

**Mediação 2** A grande preocupação do Planalto é que a pressão do Judiciário leve outras categorias que também ficaram sem reajuste previsto no Orçamento a cobrarem igualdade. "Se a mobilização aumentar, a conta corre o risco de estourar", afirma um petista.

### Judiciário

O editorial "Reforma estagnada" (*Opinião*, 3/9) falou sobre a necessidade de harmonia entre os três Poderes do Estado. Nada mais oportuno. Faltou, contudo, mencionar, quanto aos dados sobre o Poder Judiciário recentemente divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça, que o esforço para aumentar a transparência e a qualidade da gestão dos tribunais passa por uma melhor qualificação do quadro de servidores. Isso só será possível com uma remuneração justa e digna.

A autonomia orçamentária do Judiciário é garantida constitucionalmente, assim como os reajustes anuais dos vencimentos dos seus servidores, que não vêm sendo cumpridos há cinco anos.

DANIELA GARCIA GIACOBBO (Porto Alegre, RS)

A presidente Dilma Rousseff resolveu incluir no Orçamento de 2012, por dever constitucional, o reajuste do Judiciário. Poderia também incluir, por dever humanitário, o reajuste dos aposentados. Mas sabemos que esses não têm o mesmo poder de convencimento. Uma pena.

JALSON DE ARAÚJO ABREU (São Paulo, SP)

Sinto-me envergonhada pelo recuo de Dilma na questão do reajuste dos salários dos juizes. E nós, aposentados, que ganhamos pouco mais de um salário mínimo? Quem vai nos defender? Que tipo de pressão precisamos exercer para que o nosso reajuste seja justo? Afinal, ficamos apenas com o índice da inflação. A desigualdade aumenta dessa forma.

ALICE RASKIN (São Paulo, SP)



05 SET 2011

## FOLHA DE S. PAULO

RONALDO LEMOS

### Internet pode ganhar seu 'Código de Defesa'

*CHEGOU AO Congresso, na última semana, o Marco Civil da Internet. É uma lei que não quer criminalizar a rede (como a chamada "Lei Azeredo"), mas, sim, estabelecer direitos fundamentais dos usuários, tratando de temas como privacidade, liberdade de expressão e acesso.*

*É o primeiro projeto de lei colaborativo do Brasil. Em vez de ter sido redigido isoladamente, foi resultado de um debate aberto na rede, que discutiu dos princípios básicos ao texto final. O processo contou com ampla participação pública, e o texto equilibra diversos pontos de vista.*

*O Marco Civil chega em boa hora. Ainda não há lei sobre a rede no Brasil. Essa ausência, em vez de garantir liberdade e preservar direitos, traz, na verdade, o pior dos mundos.*

*Sem lei, as decisões dos juízes são contraditórias. Blogueiros e sites têm sido condenados por meros comentários. Um juiz chegou a mandar tirar o YouTube do ar por conta de um vídeo (Daniela Ciccarelli numa praia da Espanha).*

*Além disso, dados dos usuários são hoje guardados por provedores sem limite de prazo e entregues a autoridades ou terceiros sem controle judicial.*

*O Marco Civil entende que esses dados só podem ser re-passados mediante ordem judicial prévia. Entende que são igualmente importantes a proteção à privacidade e a possibilidade de investigar crimes na rede.*

*Assim, o prazo para guardar dados é limitado a um ano — uma pesquisa da União Europeia mostrou que 98% dos pedidos de acesso são para dados de até um ano.*

*O Marco Civil pode ser tão importante quanto foi o Código de Defesa do Consumidor: uma legislação de vanguarda e conhecida por todos os brasileiros. Pode levar o país a tratar a internet de forma equilibrada. Quem quiser saber mais pode ver aqui: [va.mu/EXmi](http://va.mu/EXmi).*

### 03 SET 2011

ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR  
DA FACULDADE DE DIREITO DA USP,  
MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE  
LETRAS, FOI MINISTRO DA JUSTIÇA.

**A** vida - desenrola-se regida pelo Direito. O velho brocardo "onde está a sociedade está o direito" é absolutamente verdadeiro, pois as relações entre as pessoas e entre estas e o Estado são reguladas por regras jurídicas.

O Código Civil enuncia que toda pessoa é capaz de direitos e deveres e a Constituição lista os direitos e deveres individuais, além dos direitos sociais e políticos. Assim, a vida de qualquer cidadão está regida pelo Direito.

Conhecer esses direitos, bem como os deveres decorrentes, é essencial na vida comum de todo cidadão. Esclarecimento acerca dos limites do exercício de direitos e do cumprimento dos deveres é tarefa própria do advogado, ao qual cabe bem diagnosticar a situação concreta apresentada e dar a orientação correta. Um conselho certo evita prejuízos, afasta conflitos desgastantes e permite a conciliação.

Se for necessário pleitear em juízo a satisfação de uma pretensão legítima, é preciso enquadrá-la na ação judicial apropriada à espécie perante o juízo competente e de forma compreensível, tarefa essa exclusiva do advogado. O advogado realiza, portanto, trabalho de interesse geral, como veículo de efetivação da justiça, a ser alcançada pelo modo menos gravoso.

Assim, para advogar é necessário estar o formando devidamente qualificado, não bastando ter sido aprovado por uma das 1.174 faculdades existentes no País, que não formam juizes, promotores, delegados, advogados, mas apenas bacharéis em Direito em cursos, na sua maioria, cada vez mais deficientes, que não buscam excelência, e sim clientela e lucro.

Em Portugal editou-se o Regulamento Nacional do Estágio, em vista da diminuição generalizada da qualidade do ensino, com a degradação da profissão do advogado, razão pela qual cabe à Ordem zelar pela formação e valorização profissional, obrigando-se ao bacharel estagiar por dois anos em escritório de advocacia, para garantir conhecimento adequado

## Exame de Ordem

de aspectos técnicos e éticos da profissão, ao final dos quais é submetido a exame de avaliação.

Em França o bacharel em Direito presta concurso para ser admitido em curso organizado pela Ordem dos Advogados com duração de 18 meses, durante os quais estuda o estatuto e a ética profissional, além de temas jurídicos, com período final de estágio junto a um advogado, após o que se submete a exame.

Na Itália o bacharel em Direito deve realizar dois anos de prática forense após se laurear, tempo após o qual pode vir a prestar exame de habilitação profissional.

No Brasil há hoje 700 mil advogados. Quando do recadastramento em 2004 havia 420 mil, o que significa que o número de advogados cresceu 70% em sete anos, mesmo com a exigência do Exame de Ordem. Nas 1.174 faculdades de Direito há 700 mil estudantes. Surgem com diploma de bacharel em Direito na mão cerca 100 mil pessoas por ano.

Em 1963 criou-se o Exame de Ordem, que poderia ser substituído por estágio do ainda estudante em escritório de advocacia cujo titular tivesse cinco anos de inscrição na Ordem. Na ditadura, em 1972, sendo ministro da Educação o coronel Passarinho, extinguiu-se o Exame de Ordem e se permitiu que o estágio fosse realizado nas próprias faculdades, que atestariam o aproveitamento do aluno para inscrição na Ordem dos Advogados. Criava-se nova fonte de renda para as faculdades particulares e desprestígio para a classe que constituía o bastião de resistência democrática.

Em 1994, novo Estatuto da Ordem reinstalou a exigência do exame para admissão nos quadros da advocacia. Agora, um bacharel reprovado inter pôs, por meio de advogado, mandado de segurança no qual argumenta ser inconstitucional o Exame de Ordem, pois afronta o artigo 5.º, XIII, da Constituição, que garante o livre exercício de trabalho e de escolha profissional. Na verda-

**Um meio de proteção da sociedade, do interesse de todos, do Judiciário e da própria democracia**

de, esse inciso condiciona o livre exercício de trabalho ao atendimento das "qualificações profissionais que a lei estabelecer".

A arguição de inconstitucionalidade foi rejeitada em primeira e segunda instâncias, mas agora chega ao Supremo Tribunal Federal em recurso extraordinário. O parecer do Ministério Público Federal é pela acolhida da inconstitucionalidade do Exame de Ordem, pois seria uma forma de limitar um mercado de trabalho reconhecidamente saturado, havendo perigosa tendência a reserva de mercado.

Em gritante contradição, o parecer do Ministério Público admite a "notória deficiência do ensino jurídico no Brasil" e propõe, reeditando a solução do coronel Passarinho ao tempo da ditadura, a adoção dos Núcleos de Prática Forense, previstos em portaria e resolução do Ministério da Educação, de responsabilidade das próprias faculdades, com professores do curso.

Contraditoriamente, o parecer confessa a necessidade de restringir o acesso à profissão de advogado mediante a chancela da OAB, a fim de que a atuação de bacharéis não decorram "riscos à sociedade ou danos a terceiros". Propõe, todavia, que essa chancela se faça mediante impositiva supervisão pela Ordem dos Núcleos de Prática Forense mantidos pelas próprias faculdades com seus professores. Ora, nenhuma faculdade vai considerar o seu bacharel inapto para o exercício da advocacia: é a raposa cuidando do galinheiro. O núcleo gerará renda e passará também a ser fonte de falso prestígio da faculdade.

Se o Ministério Público, com razão, reconhece a possibilidade de risco para a sociedade com o ingresso automático de bacharéis na OAB, é evidente que a exigência de qualificação por via do Exame de Ordem não pode ser vista como expediente de reserva de mercado. É, sim, um meio de proteção da sociedade, do interesse de todos, do Judiciário e da própria democracia, pois a OAB tem por finalidade a defesa da ordem constitucional e sua força promana do prestígio social, a não ser comprometido com a inclusão de manifestos incompetentes em seus quadros.

03 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## Greve de coveiros termina, mas fila de enterros continua

**Parecer do TJ contrário à paralisação esfriou movimento; no Cemitério de Itaquera, sepultamentos ainda estavam atrasados**

Após quatro dias de paralisação, o Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo (Sindsep) decidiu ontem suspender a greve no Serviço Funerário.

A reportagem apurou que a decisão contrária à greve do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) amedrontou os grevistas, que começaram a retornar ao trabalho. Coveiros e agentes de transporte do setor prometem trabalhar normalmente neste fim de semana, mas devem voltar a se reunir na segunda-feira para assembleia.

O desembargador David Haddad, do TJ-SP, determinou anteontem a suspensão da greve, sob pena ao sindicato de multa diária de R\$ 60 mil por descumprimento. Sérgio Antiquiera, um dos diretores do Sindsep, informou que está recorrendo da decisão "e vai recorrer até a última instância, se preciso". "A orientação é voltar a trabalhar a partir de agora, mas apenas nos serviços essenciais: de transporte de cadáveres e de coveiro", afirma.

Os quatro dias de paralisação causaram grandes transtornos à população. A espera por sepultamentos chegou a 54 horas, guardas-civis metropolitanos foram obrigados a dirigir veículos com corpos e carregar caixões e o Estado flagrou anteontem até enterros noturnos, proibidos por norma municipal. Ontem, o traslado dos corpos ainda era feito por guardas-civis, mas a situação começava a se normalizar.

"Normalmente fazemos dez enterros por dia. Hoje temos cinco", disse um funcionário da administração.

No Cemitério Municipal de Itaquera, zona leste, todos os funcionários da administração voltaram ao trabalho e os enterros, feitos até quarta-feira por agentes terceirizados da limpeza, eram realizados por sepultadores da Prefeitura.

**Reivindicação.** O sindicato pede reajuste de 39,79% nos salários-base dos servidores públicos, além de extensão de gratificações a todos os funcionários. A Prefeitura oferece aumento de 15% no piso para jornada de 40 horas, de R\$ 545 para R\$ 630. "Esperamos ser recebidos na segunda-feira pelo prefeito Gilberto Kassab (sem partido) para retomar as negociações. Se não formos e os trabalhadores decidirem seguir com a greve, vamos seguir, mesmo com a decisão da Justiça", ameaça Antiquiera. A greve, que abrange outros setores do funcionalismo público, continua nas áreas de esporte, saúde, cultura, habitação, finanças e nas subprefeituras.

O prefeito Gilberto Kassab havia autorizado a contratação de 135 agentes funerários, em caráter de emergência. Ontem, foi publicada no *Diário Oficial* autorização para contratação do mesmo número de funcionários via concurso público. "O Kassab ameaçou demitir, não posso cor-

rer o risco de perder o emprego", disse um coveiro, sem se identificar. Três dos 12 coveiros do cemitério retomaram as atividades ontem.

Para amenizar os efeitos da greve, a Prefeitura continua deslocando 262 GCMs para o transporte, além de deixar responsáveis pelos sepultamentos os funcionários da empresa terceirizada que faz a manutenção dos cemitérios. A administração também contratou 15 carros de agências funerárias particulares.

### Grávida, dona de casa tem problemas para sepultar filho

● No Cemitério da Vila Formosa, na zona leste, o maior da cidade, usuários relataram muitas dificuldades na realização de enterros, apesar do anúncio de suspensão da greve dos servidores.

"Chegamos aqui e tive de brigar para enterrar meu filho", diz a dona de casa Dorotéia de Oliveira Silva, de 36 anos.

Grávida de seis meses, ela havia acabado de ver o sepultamento do filho Hamilton, de 19, morto na quinta-feira de parada cardiorrespiratória. "Não tem carro, é um absurdo. Coloquem quem for, mas precisa ter carro!"

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO  
RICARDO TROTTA

03 SET 2011

## Mesmo com pleito justo, direito à greve tem de respeitar a lei

**A** decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que determinou a volta ao trabalho dos servidores do Serviço Funerário de São Paulo, foi acertada, pois o direito de pleitearem uma melhoria para a classe esbarra na essencialidade do serviço prestado.

Ainda que programada, a greve total, no caso dos serviços essenciais, é ilegal, pois são de necessidade e interesse públicos.

Os servidores de serviços essenciais deveriam ter uma alternativa para não suspenderem os serviços em sua totalidade, enquanto o sindicato de classe negocia as reivindicações.

Uma greve repentina é prejudicial não só para aqueles que necessitam diretamente do serviço, mas para toda a população.

Quem passou na tarde de quinta-feira pelas imediações do Cemitério da Consolação, na região central, deparou-se com um trânsito acima do previsto, porque as próprias pessoas estavam levando os caixões dos familiares para os túmulos, o que é degradante ao se considerar a fragilidade emocional de quem já perdeu um ente querido.

Portanto, embora o pleito dos trabalhadores possa ser justo, o seu direito à greve tem de respeitar os ditames da lei, qual seja, a manutenção de pelo menos 30% da prestação do serviço.

\*

É ADVOGADO ESPECIALIZADO EM RELAÇÕES DO TRABALHO PELO CENTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (CEU)

03 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

# Docente que ameaçou aluna de prisão pode ser afastado, diz reitor

Ato de procurador de Justiça que dá aula de Direito no Mackenzie ocorreu após estudante contestar metodologia

O professor de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie Paulo Marco Ferreira Lima poderá ser afastado da instituição após ter ameaçado dar voz de prisão a uma aluna do quinto semestre, que teria questionado sua metodologia de ensino em uma aula de direito penal. Segundo o docente, foi necessário chamar seguranças para conter a estudante, que teria feito reclamações insistentes em voz alta.

A corregedoria do Mackenzie está apurando o ocorrido e poderá decidir pela punição, segundo o reitor Benedito Guimarães Aguiar Neto. "Ele é recém-contratado e está em regime probatório", disse. "Os depoimentos dele e da aluna já foram tomados. Houve desentendimento em relação à metodologia e ele diz ter havido desrespeito, mas a aluna nega", afirma.

O próprio professor, também procurador de Justiça, confirmou ter ameaçado dar voz de prisão à estudante.

O reitor diz que, se as acusações forem verdadeiras, o comportamento foi "inadmissível" e "não pode ser tolerado". Para ele, dentro do Mackenzie "professor está como professor" e não pode se utilizar de prerrogativas de outros cargos.

Na quarta-feira, a Corregedoria do Ministério Público Estadual instaurou um procedimento para apurar o caso. O prazo para o término das investigações é de 90 dias.

**Facebook.** Em relação às publi-

cações de Marco Antônio, irmão de Paulo Marco, na rede social Facebook, o reitor disse que "ainda não são objeto de investigação", mas podem vir a sê-lo.

Marco Antônio, que também é procurador e professor de Direito no Mackenzie, postou na tarde de terça-feira, em letras maiúsculas, que a aluna T. teceu "considerações raciais" sobre Paulo Marco, "chamando-o, na frente de sua filha, de 'negro sujo' e afirmando que 'preto não pode dar aula no Mackenzie' e que 'preto não pode ter poder'".

T., de 31 anos, bolsista integral do ProUni, disse que "é uma grande calúnia o que aconteceu". Ela nega ter ofendido o professor.

Em nota, o Centro Acadêmico da Faculdade de Direito do Mackenzie afirmou "não haver até o momento nenhuma testemunha ocular que afirme a acusação feita pelo professor Marco Antônio Ferreira Lima".

Em entrevista concedida na terça-feira, Paulo Marco não mencionou ter sido alvo de racismo. Posteriormente, disse ao *Estado.edu*: "Guardo a natureza das ofensas para mim."

Seu irmão, Marco Antônio, apagou a página no Facebook com as acusações de racismo contra T. nesta semana.

03 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO ANJ condena decisão de 'censura prévia' a jornal gaúcho

Justiça do RS proibiu os veículos de comunicação do Grupo RBS de citarem o nome de um vereador do interior do Estado

A Associação Nacional de Jornais (ANJ) condenou, ontem, a decisão da Justiça do Rio Grande do Sul de proibir o jornal *Zero Hora* e outros veículos do Grupo RBS de publicarem o nome ou a imagem de Adenir Mengue Webber (DEM-RS), vereador da cidade gaúcha de Dom Pedro de Alcântara (a 151 km de Porto Alegre). Se desrespeitarem a decisão, terão de pagar multa diária no valor de R\$ 1 mil.

O vereador é acusado de envolvimento no caso que ficou conhecido como "farras das diárias", que teve origem numa série de reportagens sobre vereadores do interior que utilizavam diárias pagas com dinheiro público para viagens turísticas e usavam como desculpa a participação em cursos de aperfeiçoamento. Depois da série de reportagens,

13 pessoas foram denunciadas pelo Ministério Público.

Segundo a ANJ, medidas judiciais como essa caracterizam "censura prévia" e violam a liberdade de expressão assegurada pela Constituição Federal. "Tal é o entendimento do Supremo Tribunal Federal, como ficou evidenciado por ocasião da recente decisão que considerou a Lei de Imprensa não recepcionada pela Carta de 1988."

Na nota, a Associação destaca ainda que apoia a decisão do jornal gaúcho de recorrer da proibição, "para que o próprio Poder Judiciário, que decidiu pela censura prévia, restabeleça o primado constitucional".

A nota é assinada por Francisco Mesquita Neto, vice-presidente da entidade e responsável pelo Comitê de Liberdade de Expressão.

## SONIA RACY

### Cofrinho

Está pronta para ser votada no STF ação de "desaposentação". A estranha palavra é uma referência ao trabalhador que, mesmo aposentado, continua contribuindo com o INSS e pedindo o cálculo da aposentadoria.

O tema estava na pauta da última quarta-feira, mas não foi votado. Deve entrar nas próximas semanas.

03 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## Câmara resiste a elevar salário do Judiciário

Deputados concordam em aprovar aumento dos magistrados se STF igualar subsídio dos Poderes

**Denise Madueño** / BRASÍLIA

A pretensão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos servidores do Judiciário de aumentarem seus salários tem poucas chances de sucesso no Congresso, pelo menos por enquanto. Se a pressão do presidente do Supremo, Cezar Peluso, surtiu efeito sobre o governo e a previsão de reajuste foi incluída no Orçamento, o mesmo não deve se repetir na Câmara, onde os projetos têm de ser aprovados inicialmente antes de seguir para o Senado.

Os deputados estão decididos a permitir o reajuste para os ministros depois que for aprovada a proposta de emenda constitucional que iguala os salários dos próprios deputados, dos senado-

res, do presidente da República e do vice-presidente e dos ministros de Estado aos vencimentos do STF. Essa é uma reivindicação antiga entre os parlamentares de diferentes bancadas e foi assumida pela Mesa da Câmara neste ano.

O projeto que liga os salários foi aprovado em junho pela Comissão de Constituição e Justiça e passará agora por uma comissão especial antes de ser votado no plenário. Com a mudança constitucional, os parlamentares esperam diluir o impacto negativo com o Judiciário e com o Executivo cada vez que forem aumentar seus próprios salários.

Setores na Câmara defendem ainda outra mudança na Constituição para acabar com o efeito cascata existente na cadeia salarial do Judiciário, o que faz com

que o reajuste do ministro do Supremo atinja toda a magistratura automaticamente. Diante da falta de apoio entre os deputados, setores do Judiciário já tentaram outras formas de conseguir o aumento nos subsídios.

**Manobra.** No ano passado, entidades de juízes tentaram uma manobra com o objetivo de cortar caminho na tramitação do projeto. Para eles, bastava que a proposta fosse aprovada nas comissões sem a necessidade de votação no plenário. A assessoria técnica da Câmara vetou a tentativa. Em outra ação, que foi considerada fora de propósito pelos deputados, juízes pediram que o Supremo decretasse o aumento à revelia do Congresso, protocolando uma ação no Supremo sob a alegação de omissão do Legislativo por não ter aprovado o projeto enviado à Câmara em 2010.

O projeto que reajusta os salários dos servidores também enfrenta polêmica, além do grande impacto que causará nas contas públicas. O Ministério Público Eleitoral questionou formalmente à Câmara a escolha do deputado Policarpo (PT-DF), técnico do Judiciário, para relatar o projeto na Comissão de Finanças, sob argumento de que seria legislar em interesse próprio. A Câmara não deverá afastar o relator. Ele já deu parecer favorável à proposta, prevendo o pagamento de forma escalonada.

## Ministra vai ao Senado e passa por constrangimento

● A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, foi ontem pessoalmente entregar ao presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o adendo à proposta do Orçamento de 2012, com o reajuste do Judiciário e do Ministério Público. Como não agendou a visita, a ministra não foi recebida e passou por um cons-

trangimento. A recepcionista não ficou convicta de que se tratasse mesmo de uma autoridade e Miriam decidiu retornar ao ministério antes de ser atendida.

O documento terminou sendo protocolado na secretaria da Mesa pela assessoria do ministério.

A mensagem da presidente Dilma Rousseff apresenta quatro itens contrários ao reajuste de 14,7% dos magistrados e procuradores e de 56% para os demais servidores do Judiciário, com impacto de R\$ 7,7 bilhões nas contas públicas. / ROSA COSTA



De surpresa. Miriam levou recado de Dilma a Sarney

04 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## O balanço da Justiça

O último balanço das atividades do Poder Judiciário, feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revela que a instituição está longe de superar seus problemas estruturais. Apesar dos investimentos em informatização e digitalização de processos, criação de novas varas, expansão dos Juizados Especiais e contratação de mais juízes e servidores, os 91 tribunais do País permanecem lentos e ineficientes.

Em 2010, as despesas de custeio e investimento das Justiças Estaduais, Federal e Trabalhista custaram aos cofres públicos R\$ 41 bilhões – valor equivalente a 1,12% do Produto Interno Bruto (PIB), a 2% dos gastos da União e dos Estados e a R\$ 212,37 por habitante. O montante foi 3,7% superior ao de 2009. Em 2010, o Poder Judiciário contava 16.804 magistrados, cerca de 3% a mais do que no ano anterior. No mesmo período, a média de juízes por 100 mil habitantes passou de 8,50 para 8,70.

Tramitaram nos 91 tribunais, em 2010, 83,4 milhões de processos, dos quais 27 milhões – cerca de 32% do total – eram ações de execução fiscal. Calculada com base na divisão do número de processos novos e antigos pelo número de processos transitados em julgado, a taxa média de congestionamento da Justiça foi de 70%. Ou seja, de cada 100 ações, somente 30 foram julgadas em caráter definitivo. Na primeira instância, a taxa de congestio-

namento de execuções fiscais foi de 91% – de cada 100 ações, só 9 foram julgadas.

Além disso, a política de metas de produtividade adotada pelo CNJ para descongestionar o Poder Judiciário também não trouxe os resultados esperados. Em 2010, a meta era concluir todos os processos em 1.º e 2.º graus e nos tribunais superiores, distribuídos até dezembro de 2006 e todas as ações trabalhistas, eleitorais e militares protocoladas até dezembro de 2007. Na média, só 50% da meta foi cumprida. Os percentuais de cumprimento mais altos foram atingidos pelo Tribu-

### A informatização e a criação de novas varas não conseguem reduzir o congestionamento

nal Superior do Trabalho e pelo Superior Tribunal de Justiça e os mais baixos, pelas Justiças Estaduais.

O balanço do Judiciário registra os mesmos problemas detectados desde que o CNJ passou a coordenar os levantamentos estatísticos da instituição em todo o País, a partir da metade da década de 2000. As únicas novidades estão no número de processos em tramitação – que aumentou apenas 0,6%, entre 2009 e 2010 – e no número de novas ações protocoladas na primeira instância das Justiças Estaduais, Federal e Trabalhista, que caiu de 25,5 milhões para 24,2 milhões. Em média, cada nova ação custou R\$ 1.694, nas Justiças Estaduais e Federal, e R\$ 3.200, na

Justiça do Trabalho.

Embora o número de novos processos continue alto, os especialistas alegam que a queda de 3,9% é um indicativo de que os litígios judiciais – que vinham crescendo em progressão geométrica desde 1990, quando foram protocolados 5,1 milhões de novas ações – parecem ter chegado ao teto. A maioria desses processos – que congestionam os Juizados Especiais, criados para permitir a tramitação mais rápida dos litígios de baixo valor – envolve os chamados conflitos de massa, entre os quais se destacam as ações contra a Previdência Social, instituições financeiras e concessionárias de serviços básicos e as ações abertas por órgãos de classe e entidades corporativas para cobrar taxas e mensalidades atrasadas. Em média, o valor que essas entidades discutem é de R\$ 1,5 mil e o custo das ações para o Judiciário é de R\$ 4,5 mil.

Para o presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, enquanto distorções como essa não forem equacionadas, o Judiciário continuará congestionado e lento. “Os números são preocupantes”, afirma Peluso, depois de admitir que quase todos os 91 tribunais do País continuam em débito com a sociedade. Para enfrentar o problema, o Congresso vem discutindo a reforma da legislação processual e o CNJ já encomendou ao Ipea um estudo para propor soluções para os problemas da Justiça Federal. Essas iniciativas são importantes, não há dúvida, mas demoram para dar resultado.



# O ESTADO DE S. PAULO

JOÃO BOSCO RABELLO 04 SET 2011

## Identificação de custos

**A**o excluir o Poder Judiciário da peça orçamentária enviada ao Congresso Nacional, a presidente Dilma Rousseff quis dar visibilidade ao custo do aumento salarial de 56% a uma elite de servidores cujos ganhos, somados o salário-base e os benefícios agregados ao contracheque, faz com que boa parcela já receba acima do teto dos juízes.

A restrição do governo é à extensão do aumento a todo o Poder Judiciário. Gostaria que ele fosse limitado aos 14% dos juízes dos tribunais superiores, mas ao forçar essa posição, impôs ao Superior Tribunal Federal (STF) o sentimento de humilhação e submeteu-o ainda mais à pressão dos servidores.

Dilma manteve a estratégia que vem cumprindo de expor as fontes de custos que considera incompatíveis com a crise econômica internacional e seus reflexos no Brasil e que permaneceram refratárias à pressão política do governo.

Fez assim com as emendas parlamentares, com os projetos que ampliam custos da Saúde e com salários de policiais e bombeiros.

A conduta presidencial leva em conta principalmente os reajustes em pauta a partir de setembro, de metalúrgicos (20%) bancários e petroquímicos e o novo salário mínimo de R\$ 620, a partir de janeiro, propulsores de consumo, em contraste com a queda combinada de juros com o Banco Central, obtida pela economia adicional de R\$ 10 bilhões para aumentar o superávit.

Essa cifra é superada pelos aumentos em pauta no Congresso - principalmente o do Judiciário (R\$ 8 bi) e do piso nacional de policiais e bombeiros (R\$ 35 bi). E mais a a emenda 29, da saúde.

### Sindicalismo de toga

O conflito gerado pela exclusão do Judiciário no orçamento reabriu a discussão sobre o desgaste dos presidentes de tribunais superiores com aumento dos servidores. Segundo um ministro do STF, que já foi do Executivo, o atual sistema fez do presidente do STF, César Peluso, um líder sindical a defender sua categoria. "Funções técnicas comuns à administração pública, deveriam ter uma gestão única de RH", defende esse ministro.

04 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# Polícia de SP tem mandados de prisão contra 2.755 pessoas que já morreram

Além de mortos, também estão na lista de procurados foragidos famosos, como Roger Abdelmassih; 10 mil casos podem estar vencidos

A empregada doméstica Maria da Glória de Lima, o pedreiro Valter Tunes, o industrial Emilio Conti, o ex-médico Roger Abdelmassih e o advogado Mizael Bispo dos Santos têm pelo menos duas coisas em comum em São Paulo: são acusados de cometer crime no Estado e estão na lista de foragidos da Justiça. A empregada e o pedreiro têm ainda outra característica que os aproxima: os dois fazem parte de uma lista de 2.755 pessoas procuradas que já morreram.

Eles foram localizados nos últimos meses quando a polícia cruzou informações de arquivos físicos com as fichas eletrônicas do estoque de cerca de 115 mil ordens de prisão a cumprir. A faxina é parte de trabalho iniciado neste ano para se adequar ao banco nacional de mandados de prisão, que deve funcionar a partir de janeiro por ordem do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Um dos casos mais intrigantes é o do industrial Emilio Conti. Ele é procurado em São Paulo, mas nem a polícia sabe oficialmente se morreu ou continua vivo - a ordem de prisão dorme nas pastas da Divisão de Capturas desde 1923. E, mesmo quando consta nas fichas a informação de "falecimento", é preciso cautela - geralmente ela é dada pela família do sentenciado.

"Se estivesse vivo, ele teria 105 anos", diz o delegado Waldomiro Milanesi, chefe da Divisão de Capturas da polícia paulista, referindo-se ao caso do industrial procurado pela Justiça há quase 90 anos. Conti nasceu em 1906. Processado pelo crime de "falência", nunca foi preso.

"Essa localização dos casos é produto de uma revisão, uma auditoria", explica o delegado sobre o trabalho nas pastas azuis da Capturas. No levantamento, agentes pesquisaram mandados de prisão para homicídios, estupro e casos da Lei Maria da Penha. Diante do emaranhado de fichas criminais, tentam sair do campo das estimativas - seriam 85 mil mandados no interior, 30 mil na capital e 500 novas ordens de prisão por dia no Estado - para obter uma estatística real. "Nos próximos meses, teremos ideia mais aproximada do problema e poderemos trabalhar para evitar erros de prisão ou soltura", diz Milanesi.

**Vencidos.** As primeiras investigadas nas caixas mostram outro buraco: há 10 mil mandados anteriores a 1997, que serão devolvidos à Justiça porque podem estar com prazo de validade vencido. Checando documentos contra infratores da Lei Maria da Penha, que protege mulheres de agressões de maridos, a polícia descobriu que, dos 33 casos estu-

dados até maio, 13 criminosos já estavam na cadeia. Nas prisões determinadas por estupro, das 213 ordens judiciais de prisão, 48 foram esmiuçadas: 6 dos acusados já estão atrás das grades e um consta como morto.

"A intenção, nessa parceria da Segurança Pública com o Judiciário, é justamente chegar a um número real dos mandados de prisão", justifica o delegado.

**Prazo.** O juiz auxiliar do CNJ Márcio Keppler Fraga lembra que Estados e tribunais federais têm prazo de seis meses para se adaptar. "A partir de janeiro, cada tribunal, estadual ou federal, terá de informar ao banco nacional cada mandado de prisão expedido." O CNJ vai cobrar a atualização online do banco. Identificado o tamanho do problema, será preciso eliminar o estoque de mandados. "Há 15 anos, a informatização não estava nos tribunais. Há mandados de duas, três décadas nunca cumpridos ou, se foram, não se deu baixa no arquivo."

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

## Delegado defende criação de um banco de DNA

● Em tempos de alto fluxo de informações por meio dos sistemas de informática, o Brasil ainda engatinha na troca de informações sobre cidadãos.

"Por que ainda não temos um banco de DNA?", pergunta o delegado-chefe da Divisão de Capturas da polícia de São Paulo, Waldomiro Milanési. "Se com o teste do pezinho (de bebês) nós já começamos a colher informação para um banco de DNA, daqui a 15 anos, quando tivermos esse jovem na faixa de eventual vítima ou até infrator, já vamos ter um banco de dados. E não precisaremos fazer um banco de dados retroativo."

Milanési esclarece que nem toda a população teria de estar no banco de DNA — apenas a faixa mais comumente associada à criminalidade. E diz que, em relação a outros Estados brasileiros, São Paulo está adiantado na confecção do banco de dados com informações civis e criminais.

Segundo ele, muitos Estados já usam o banco paulista para divulgar informações sobre procurados. Mas há pelo menos um Estado mais avançado que São Paulo. "O Paraná já tem mandado de prisão online. Está na nossa frente", afirma ele.

04 SET 2011

## PROCURADOS

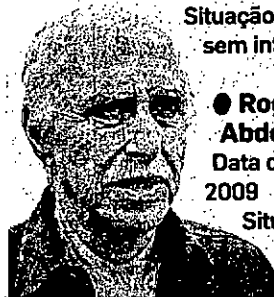
● **Maria da Glória de Lima, empregada doméstica**  
Data do inquérito: 1992  
Situação no cadastro: falecida em 1996

● **Valter Tunes, pedreiro**  
Data do inquérito: 1976  
Situação no cadastro: falecido em 1984

● **Emílio Conti, industrial**  
Data do inquérito: 1923  
Situação no cadastro: sem informação

● **Mizael Bispo dos Santos, advogado**  
Data do inquérito: 2010  
Situação no cadastro: sem informação

● **Roger Abdelmassih (foto)**  
Data do inquérito: 2009  
Situação no cadastro: sem informação



## ENTREVISTA

**Kenarik Boujikian**, juíza que condenou Roger Abdelmassih a 278 anos de prisão

## 'Se mandados não são cumpridos, há falha do Estado'

Habituada a mandar prender, a juíza Kenarik Boujikian, da 16.ª Vara Criminal de São Paulo, diz que o sistema brasileiro é falho. "Se mandados não são cumpridos, há falha do Estado", diz ela, que condenou o ex-médico Roger Abdelmassih a 278 anos de cadeia.

● **O juiz tem como saber se o mandado de prisão é cumprido?**  
O Judiciário não tem dados consolidados. O CNJ vai consolidar isso. Quem tem controle é o Executivo. Após a sentença, não tenho o que fazer, a não ser aguardar o cumprimento da ordem, pela polícia.

● **Há possibilidade de o Judiciário controlar essas execuções?**  
Não vejo problema na sistemática atual. É correta. O Judiciário faz sua função, o Executivo a dele. O problema é que temos fa-

lha no sistema de cumprimento dos mandados de prisão.

● **O Judiciário não poderia ajudar a aperfeiçoar o sistema? Não vejo qual seria a mudança. Mandados de prisão existem e têm de ser cumpridos.**

● **A lei brasileira prende muito?**  
Há análises que indicam essa conclusão e há Estados em que 70% da população carcerária é de presos provisórios. Outro problema é a quantidade elevada de penas no Brasil.

CONTINUA

04 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

● A redução de penas seria produtiva? A Justiça seria mais eficaz. Não há necessidade de penas tão longas para punir uma pessoa. É claro que deve haver equilíbrio entre tipos de crime e bens protegidos. Mas é preciso revisão para maior eficácia e cumprimento da punição.

● A senhora aplicou pena grande no caso Roger Abdelmassih, de 278 anos. Não comento casos em que atuei. Mas, se o senhor olhar minha sentença, vai ver que falo lá que considero desrazoável a pena prevista na lei. Porque a lei iguala condutas e há diferentes tipos de atentado ao pudor. Hoje a lei coloca as condutas como estupro. Mas elas são diferenciadas. Conjunção carnal é uma coisa; beijar é outra; passar a mão no corpo, outra. Mas nossa lei iguala tudo no patamar mínimo da pena.

● E, na hora de somar, dá esse volume. Exatamente. No caso, dei as penas no mínimo. Deu esse volume pelo número grande de pessoas.

● Num caso genérico, um condenado a 60 anos cumpre quanto? A lei prevê máximo de cumprimento de pena em 30 anos. Mas há divergências sobre benefícios cabíveis.

# O ESTADO DE S. PAULO

JOÃO UBALDO RIBEIRO

## Reforma na

## corrupção 04 SET 2011

**C**omo previsto, já arrefece o mais recente debate sobre corrupção. Ainda se discute, sem muito entusiasmo, a absolvição de uma deputada que foi filmada recebendo um dinheirinho suspeito, mas isso aconteceu antes de ela ser deputada, de maneira que não vale. Além da forte tendência de os parlamentares não punirem os seus pares, havia o risco do precedente. Não somente o voto é indecentemente secreto nesses casos, como o precedente poderia expor os pescocinhos de vários outros deputados. O que o deputado faz enquanto não é deputado não tem importância, mesmo que ele seja tesoureiro dos ladrões de Ali Babá.

Aliás, me antecipando um pouco ao que pretendo propor, me veio logo uma ideia prática para acertar de vez esse negócio de deputado cometendo crimes durante o exercício do mandato. As vezes – e lembro que errar é humano – o sujeito comete esses crimezinhos distraído. Esquece, em perfeita boa-fé, que exerce um mandato parlamentar e aí perpetra a falcatrua. Fica muito chato para ele, se ele for flagrado, e seus atos podem sempre vir à tona, expostos pela imprensa impatriótica. Não é justo submeter o deputado a essa tensão permanente, afinal de contas, ele é gente como nós.

Minha ideia, como, modéstia à parte, costumam ser as grandes ideias, é muito simples: os deputados usariam uniforme. Não daria muito trabalho contratar (com dispensa de licitação, dada a urgência do projeto), um estúdio de alta-costura francês ou italiano, ou ambos, para desenhar esse uniforme. Imagino que seriam mais de um: o de trabalho, usado só excepcionalmente, o de gala, o de visitar eleitores e assim por diante. Enquanto estiver de uniforme, o deputado é responsabilizado pelos seus atos ilícitos ou indecorosos. Mas, se estiver à paisana, não se encontra no exercício do mandato e, por tanto, pode fazer o que quiser. E depois, é claro, exigir seu foro especial para o julgamento. Surgirão alguns problemas de implantação,

**As vezes – e lembro que errar é humano – o sujeito comete esses crimezinhos distraído**

mas logo serão superados e se firmará jurisprudência sobre se estará uniformizado o deputado que tenha momentaneamente tirado o paletó para melhor acomodar o bolo de dinheiro desviado, ou a deputada que, confrontada por semelhante problema de espaço, levante a saia por um instante fugaz. (Mais de dez segundos talvez configurem um adicional de conduta indecorosa.)

Mas isso é um mero detalhe, uma providência que melhor seria avaliada no conjunto de uma reforma séria, que levasse em conta nossas características culturais e nossas tradições. Já estamos cansados de ler e ouvir explicações sobre por que há tanta corrupção no Brasil, a começar pela afirmação de que Portugal só mandou para cá perigosos degredados, assim nos legando ancestrais da pior extração. Mas mesmo que isso fosse verdade, que dizer então da Austrália, que foi realmente colônia penal? Também não cola direito essa conversa sobre como corrupção é esbórnica com o dinheiro público existem em toda parte. Claro que existem, mas nunca, a não ser em sociedades politicamente atrasadas, nas proporções exuberantes que vemos aqui – e tudo sem punição de espécie alguma.

O que cola mesmo aqui são os ensinamentos de líderes como o ex-presidente (gozado, o “ex” enganchou aqui no teclado, quase não sai), que, em várias ocasiões, torceu o nariz para denúncias de corrupção e disse que aqui era assim mesmo, sempre tinha sido feito assim e não ia mudar a troco de nada. E assumia posturas coerentes com esse ponto de vista. O governo atual parecia que ia em outro caminho, mas não vai nem nada, até porque, segundo declaração da presidente que não entendi, mas deve ser por causa da profundidade do pensamento, isto aqui não é Roma antiga. De qualquer forma, o estabelecido e aceito é a boa e velha teia da corrupção em todos os níveis.

Contudo, quando se descobre mais um caso de corrupção, a vida republicana fica bagunçada, as coisas não andam, perde-se trabalho em investigações, gasta-se tempo prendendo e soltando gente e a imprensa, que só serve para atrapalhar, fica cobrando explicações, embora já saibamos que explicações serão: primeiro desmentidos e em seguida promessas de pronta e cabal investigação, com a conseqüente puni-

ção dos culpados. Não acontece nada e perdura essa situação monótona, que às vezes paralisa o País.

A realidade se se exhibe diante de nós e não a vemos. Em lugar de querer suprimir nossas práticas seculares, que hoje tanto prosperam, por que não aproveitá-las em nosso favor? Creio que o estabelecimento do Fundo Nacional de Governabilidade Sustentável substituiria com ampla vantagem o atual sistema de barganhas e concessões. Seria criado o auxílio-voto para os deputados que relutassem em votar com o governo. Não precisa nomeação, não precisa nada disso, basta sacar o auxílio-voto (resultado de cálculos complexos, conforme o caso) no Fundo e votar com a consciência e o bolso tranquilos. Os projetos andariam tranquilamente, todos continuariam a roubar como sempre roubaram, mas de forma construtiva e organizada, contribuindo para a economia e a paz política. Cursos de formação de quadrilha podiam ser oferecidos a todos e, dessa forma, as mutretas não seriam, em tantos casos, tão mal conduzidas. O brasileiro preocupado com o assunto já pode sonhar com uma corrupção moderna, dinâmica e geradora de empregos e renda. E não pensem que esqueci as famosas classes menos favorecidas, como se dizia antigamente. O mínimo que antevejo é o programa Fraude Fácil, em que qualquer um poderá habilitar-se ao exercício da boa corrupção, em seu campo de ação favorito. Acho que dá certo, é só testar. E ficar de olho, para não deixar que algum corrupto corrupto passe a mão no fundo todo, assim também não vale.

# O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY 04 SET 2011

## O sorriso de Jaqueline

**E**xistem dois tipos de meliantes no Brasil: o que cobre o rosto depois do flagrante e o que encara as câmeras com cinismo de celebridade quando apresentado no *Jornal Nacional*. Não é questão de tempo de serviço. Tem fora da lei de longa data que, já detentor de notoriedade no mundo do crime, continua se escondendo dos flashes como o diabo da cruz, resquício de constrangimento que muitas vezes só se manifesta em principiantes.

Não há na vasta crônica policial brasileira estudos sobre o momento exato em que o acusado mostra a cara sem nenhum pudor com o reconhecimento público. Pouco se sabe, portanto, sobre o instante em que uma pessoa perde inteiramente a vergonha. Isso vale para ladrão de caixa eletrônico, sonegador de imposto, batedor de carteira ou político corrupto.

O caso de Jaqueline Roriz foi uma rara oportunidade em que deu pra ver direitinho o sorriso descarado saindo do armário horas antes da absolvição da deputada em processo de cassação na Câmara. Quem, depois daquele vídeo-mufunfa, passou a observá-la cavernosa pelos cantos do Congresso percebeu de cara na última terça-feira que a filha do velho Joaquim mudou radicalmente sua maneira de encarar quem lhe veste a carapuça.

Ou seja, a loura flagrada na farra do dinheiro público do DF não está mais nem aí para olhares de reprovação! Também não quer briga com ninguém. A risada que deixou escapar no plenário - repara só na ilustração ao lado - foi pura falta de talento para a sutileza. Um súbito descontrole no sarcasmo de seu DNA acabou empastelando o efeito Mona Lisa desejado. Um pingote de mistério, no caso de Jaqueline, pode ser a última esperança de uma dose remota de decência nessa história toda.

### Fogo amigo

O crime organizado deve um pedido de desculpas a Paulo Maluf. Foi decerto algum engano o assalto na madrugada de quarta-feira à casa de praia do deputado no Guarujá.



**FRASE**  
"De onde se  
espera nada  
é que não sai  
nada mesmo"

**PEDRO SIMON**, deputado do PMDB-RS, criticando a absolvição de Jaqueline Roriz pela Câmara

# 04 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### SEQUESTRO

#### Mulher leva bebê de 2 meses em Curitiba

Um bebê de 2 meses foi sequestrado na tarde de sexta-feira, em Almirante Tamandaré, na Região Metropolitana de Curitiba. Segundo a polícia, a sequestradora visitava a residência da família da criança, apresentando-se como conhecida do pai, e aproveitou o momento em que a mãe da criança experimentava peças no provador de uma loja para fugir com o bebê.

# O ESTADO DE S. PAULO

JOSÉ RENATO NALINI

## Juiz tem 05 SET 2011 de estudar

**N**unca se duvidou de que para ser juiz é preciso estar disposto a sacrifícios. O curso de ingresso na magistratura converteu-se num complexo de exigências que poucos superam. Espera-se que o julgador seja uma enciclopédia de conhecimentos que inclua a integralidade do prolífico cipoal normativo, totalidade da doutrina e jurisprudência dominante, sem descuidar de conhecer as divergências.

Por esse motivo, a conclusão do bacharelado em ciências jurídicas é mero pressuposto a se habilitar ao certame seletivo. A alternativa é imergir no estudo contínuo ou seguir os passos postos à disposição pelos bem-sucedidos cursinhos de preparação.

Os concursos vinham sendo os mesmos, previsíveis e sem inovação, até à edição da Resolução n.º 75/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este novo órgão do Poder Judiciário, situado na topografia constitucional logo abaixo do Supremo Tribunal Federal (STF) e acima do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assumiu suas atribuições e se pôs a disciplinar uma Justiça que até então formava um enorme arquipélago de autonomias.

Escusado questionar a competência do CNJ para normatizar os processos de seleção, pois o colegiado está no pacto federativo e ninguém oferece argumentos capazes de reduzir a sua legitimidade. Nem se invoque o assimétrico federalismo brasileiro, mal copiado quando da instauração da República e que, sendo às avessas do modelo americano, não conseguiu disfarçar a vocação centralizadora do Estado.

A Resolução n.º 75/2009 alterou, de maneira substancial, a forma de recrutamento dos juízes.

O aspecto mais relevante é a exigência de outros saberes, que não exclusivamente a técnica jurídica. Para se tornar magistrado o candidato precisa se interessar por ética, filosofia, sociologia, psicologia, teoria geral do direito, gestão das unidades judiciais. Não se exclui, por óbvio, o domínio das ciências do direito. Mas se introduz no sistema a constatação de que o ser humano chamado a julgar seu semelhante precisa exatamente deste atributo imprescindível: humanismo.

A erudição traduzida por um acervo de informações que mais comprovam a capacidade mnemônica do que um chamado a exercer uma carreira já não se mostra suficiente. Foi um passo enorme em direção ao aperfeiçoamento na escolha de quem se tornará vitalício e servirá a seu povo — presumivelmente — durante algumas décadas.

Ainda é preciso avançar na aferição da capacidade de trabalho. O Judiciário é *serviço público*, remunerado pelo erário, posto à disposição dos destinatários que o sustentam. Não é emprego para quem gosta de filosofar, para quem superestima a sua autoridade ou não se preocupa com a otimização dos parques esportivos postos à sua disposição, com vista a outorgar o melhor justo concreto.

Produtividade requer consciência e talento. O desmotivado é incapaz de superar dificuldades e enfrentar o desafio de um volume crescente de processos. Muitos dos quais, reconheça-se, não ostentam complexidade. Queira ou não, o juiz torna-se um especialista. Acredita-se

---

**Sem penetrar em outras searas além da jurídica o magistrado será um profissional incompleto**

---

que o trato contínuo com as questões póstas à sua apreciação o convertam num experto capaz de acelerar a prestação jurisdicional. O Judiciário está submetido ao princípio da eficiência, colocado no texto constitucional dez anos depois da promulgação da *Carta cidadã*, exatamente porque a Justiça não conseguia adequar-se aos anseios contemporâneos.

Para completar a mudança na seleção dos novos quadros o CNJ também editou o Código de Ética da Magistratura, que em 2011 completa três anos. Nele se inseriu o comando ético do conhecimento e capacitação permanente do magistrado. É o contraponto ao direito dos jurisdicionados e da sociedade em geral à obtenção de um serviço de qualidade na administração de justiça.

Não significa o crescimento intelectual exclusivamente nas disciplinas jurídicas, embora ele continue exigível e não se consiga decidir sem apreender o direito. Mas o Código da Magistratura insiste nas capacidades técnicas e nas atitudes éticas adequadas a uma correta aplicação do direito.

Enfatiza a codificação destinada ao juiz brasileiro que a obrigação de formação contínua se estende tanto às matérias especificamente jurídicas quanto no que se refere aos conhecimentos e técnicas que possam favorecer o melhor cumprimento das funções judiciais.

Inegável o plus qualitativo de quem estudar psicologia, para melhor lidar com o sofrimento humano. Todo processo tem uma carga de angústias que a pasteurização da forma e da excessiva tecnicidade não consegue ocultar. Mas é preciso penetrar na seara sociológica, antropológica, econômica, histórica e política, sem o que o magistrado será um profissional incompleto.

**CONTINUA**



# 05 SET 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Deslocado do contexto social, insuficientemente preparado, produtor de potenciais injustiças, em lugar de assumir o papel de *décideur*, pacificador e conciliador das partes que controvertem.

Os novos tempos impõem a quem queira bem cumprir o seu dever de solucionar conflitos a obrigação do estudo permanente. A formação continuada servirá não apenas para o desempenho adequado do ofício, mas também para o melhor desenvolvimento do direito e administração da justiça. O direito não é senão ferramenta de tornar os homens menos infelizes. Não é ciência neutral, de que podem servir-se os desprovidos de freios inibitórios, aqueles que fazem da ética um deboche e instrumentalizam a Justiça para melhor se safar das responsabilidades.

O compromisso do estudo incessante é pessoal, de cada integrante do Judiciário. Mas constitui dever de cada magistrado atuar no sentido de que a instituição a que serve também ofereça os meios para que sua formação tenha prosseguimento. Sem isso não se oferecerá ao povo brasileiro a justiça oportuna e de melhor qualidade que há muito ele está a exigir.

DESEMBARGADOR, FOI PRESIDENTE  
DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS

# O ESTADO DE S. PAULO

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

## STF e jornalismo

de buldogues 05 SET 2011

O leitor é sempre o melhor termômetro para medir a temperatura da sociedade. Em meu último artigo fiz uma radiografia da corrupção e defendi três prioridades no combate aos malfeitos: cobrar dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) o julgamento do mensalão, focar as coberturas jornalísticas nos casos emblemáticos de corrupção e instituir o *Placar da Corrupção*, um infográfico com a situação dos casos mais vistosos de pilhagem do dinheiro público.

Recebi uma enxurrada de e-mails de leitores de várias cidades brasileiras. Uma forte amostragem de opinião pública. Um denominador comum esteve presente em todas as mensagens: as pessoas não admitem o não julgamento do mensalão, com a consequente consagração da impunidade. Ao mesmo tempo, afirmam que o trabalho investigativo da imprensa deve continuar e aprofundar.

Chegou a hora do STF. Como escrevi neste espaço opinativo, julgar o mensalão não é uma questão de prazos processuais. É um dever indeclinável. Se o STF carimbar o mensalão com a prescrição, hipótese gravíssima, mas provável, concederá, na prática, um passaporte para a institucionalização da banalidade.

A desqualificação do mensalão é essencial para aqueles que se apropriaram do Estado brasileiro. O primeiro sinal do desmonte do mensalão foi dado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao deixar o governo, ele disse que sua principal missão, a partir de janeiro de 2011, seria mostrar que o mensalão "é uma farsa". A "farsa" a que se referia Lula derrubou ministros do seu governo, destituiu deze-

nas de diretores de estatais e mandou para o espaço a cúpula do seu partido. Encurralado, o então presidente só não caiu graças ao tamanho da incompetência da oposição.

Réus do processo passaram a ocupar postos altos nas estruturas dos Poderes. João Paulo Cunha (PT-SP) foi eleito presidente da Comissão de Constitui-

### **Corrupção é um câncer que deve ser enfrentado por todos: jornalistas, magistrados e cidadãos**

ção e Justiça da Câmara dos Deputados. José Genoíno foi nomeado assessor especial do Ministério da Defesa, então comandado por Nelson Jobim, ex-presidente do STF. José Dirceu - "o chefe da quadrilha", segundo escreveu o então procurador-geral da República na denúncia em que acusou a antiga cúpula do partido de Lula e de Dilma de se ter convertido numa "organização criminosa" - transita com desembaraço pelos corredores do poder.

Está nas mãos da Suprema Corte assumir o papel histórico de defesa da democracia e dos valores republicanos ou Deus não queira - virar as costas para a cidadania. A sociedade tem o direito de confiar no ministro Joaquim Barbosa, relator do mensalão. Ele saberá honrar sua toga e sua biografia. Os brasileiros esperam que os ministros respondam à indignação da cidadania.

Paira no ar, no entanto, um clima de decepção e desencanto, fruto direto da impunidade. Em nome do amplo direito de defesa, importante e necessário, a efetivação da justiça acaba se transformando numa arma dos poderosos de turno e numa sistemática frustração das esperanças dos mais desprotegidos. Aplicam-se ao pobre os rigores da lei

e se concedem ao rico as vantagens dos infinitos recursos que o Direito reserva aos que podem pagar uma boa defesa. É duro, mas é assim.

O esforço investigativo da imprensa está contribuindo para restabelecer o equilíbrio nas relações sociais. Para o jornalismo verdadeiramente ético e independente, não há distinções e imunidades. Os holofotes da mídia têm projetado fochos de luz em zonas turvas do poder. Incomoda? É claro. E deve ser assim. Jornalismo chapa-branca não contribui com a democracia. É preciso que exista certa tensão entre imprensa e governos. No entanto, a memória do cidadão - a minha e a sua, caro leitor - não é das mais fortes. E a vertiginosa sucessão de delitos acaba sendo importante aliada do esquecimento. Não basta denunciar. É preciso focar e perseverar num autêntico jornalismo de buldogues.

É dever ético da imprensa promover uma ampla conscientização da relevância que os cargos públicos têm e da importância de que pessoas absolutamente idôneas os ocupem. Nós, jornalistas, devemos rasgar as coloridas embalagens do marketing e mostrar a realidade. Com suas luzes e suas sombras.

Entusiasmaram-se os leitores com a possibilidade de se criar um *Placar da Corrupção*. Não deixemos a peteca cair! Façamos um periódico mapa dos escândalos: o que aconteceu com os protagonistas do banditismo, as ações concretas ou as omissões dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Não se trata de transformar a imprensa num contrapoder, mas numa instância, talvez a única, talvez a última, de uma sociedade abandonada por muitas de suas autoridades.

**CONTINUA**

05 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Inauguremos, também, o *Mapa das Promessas*. É muito fácil. Basta recorrer aos arquivos e bancos de dados. Os políticos, pródigos em soluções de palanque, não costumam perder o sono com o rotineiro descumprimento da palavra empenhada. Afinal, para muitos deles, infelizmente, a política é a arte do engodo. Além disso, apostam na amnésia coletiva. Ao jornalismo de qualidade, desengajado e independente, cabe assumir o papel de memória da sociedade.

As coberturas não podem ser pautadas pelas assessorias de comunicação dos políticos, e sim pelo interesse do cidadão. Vamos falar do futuro, dos projetos, dos planos. Mas vamos também falar do passado, das coerências e das ambiguidades. E, sobretudo, não nos deixemos seduzir pelas estratégias do marketing que ameaçam transformar a política num show de chavões populistas e num triste espetáculo de inconsistência.

A corrupção é um câncer que deve ser enfrentado por todos: jornalistas, magistrados e cidadãos. Chegou a hora do STF e do jornalismo de bulldogues. Chegou a sua hora, amigo leitor.

●  
DOUTOR EM COMUNICAÇÃO,  
PROFESSOR DE ÉTICA E DIRETOR,  
DO MASTER EM JORNALISMO  
E-MAIL: DIFRANCO@IICS.ORG.BR

05 SET 2011

# O ESTADO DE S. PAULO

## FÓRUM DOS LEITORES

### JUDICIÁRIO

#### Aumento de salário

Dinheiro não brota como água da cisterna, que quanto mais se tira mais aparece, apesar de o Judiciário pensar que sim. Com o aumento de quase 30% pretendido, daqui a pouco o Legislativo corre atrás, acompanhado pelo Executivo. São os mesmos efeitos cascata de outras vezes, e aí o povo trabalha só para sustentar essa máquina velha e enferrujada chamada governo! Porque transporte, educação, saúde, saneamento básico, etc., serão, como sempre, postergados para dar conforto aos funcionários, que *a priori* deveriam trabalhar muito para justificar seus salários. O Judiciário, por exemplo, continua tendo duas férias anuais, inúmeros afastamentos por problemas de saúde “remunerados” (vide julgamento do mensalão) e processos que demoram décadas para serem julgados (vide julgamento do mensalão também). Mas aumento de salário sai rápido e o País, “travado” porque o dinheiro não dá. Se continuar desse jeito, nós, contribuintes, deveríamos optar por terceirizar o governo inteiro. Já pensaram que economia?

**BEATRIZ CAMPOS**

beatriz.campos@uol.com.br

São Paulo

### Pobres magistrados...

Os nobres juízes estão aborrecidos porque no Orçamento de 2012 não está previsto aumento para Suas Excelências. Claro, ganham muito mal, têm apenas 60 dias de férias e se aposentam com salário integral... Bem estão os aposentados, que pagam por um número de salários mínimos e a cada ano isso diminui – e os remédios aumentam! No Brasil fala-se muito em corporativismo dos políticos, mas, infelizmente, isso se espalha mais rápido que notícia ruim. Não tem jeito, cada um puxa a brasa para a sua sardinha e os outros que “se explodam”. Ou morram!

**ANTONIO JOSÉ G. MARQUES**

a.jose@uol.com.br

Rio de Janeiro

### Agrado

Sejamos francos. O aumento do Judiciário está diretamente ligado às próximas decisões sobre a Ficha Limpa e até do mensalão.

**DORIVAL MUNHOZ JR.**

junhaomunhoz@terra.com.br

Curitiba

05 SET 2011

METRO

# Indenização por erros da PF dá prejuízo à União

◉ Desde 2007, governo foi condenado a pagar cerca de R\$ 1,6 milhão em indenizações por excessos da polícia

Os erros ou excessos cometidos pela Polícia Federal estão dando prejuízo à União. Desde 2007, o governo federal foi condenado a pagar pelo menos R\$ 1,6 milhão em indenizações por danos morais ou materiais a pessoas presas por engano, ilegalmente ou submetidas à exposição midiática excessiva.

Durante a operação Voucher, que atingiu a cúpula do Ministério do Turismo, vazaram fotos de presos sem camisa em uma cadeia no Amapá.

Segundo a "Folha de

## 241

é o total de ações de danos morais nas quais a Polícia Federal é a responsável registradas pela Advocacia-Geral da União. O número inclui processos que já tiveram decisão.

S. Paulo", foram encontrados em arquivos da Justiça Federal e do STJ (Superior Tribunal de Justiça) 28 processos nos quais a União foi condenada, em primeira e

segunda instâncias, a pagar por deslizes de agentes da Polícia Federal.

Novas ações podem inflar as indenizações. No total, a AGU (Advocacia-Geral da União) registra 241 ações de danos morais, incluindo as que já tiveram decisão. Segundo a AGU, nem todas elas são relativas a erros ou excessos em operação.

Para a PF e a AGU, no entanto, o total de processos por danos morais e materiais é "irrisório" se considerados os 16 mil presos desde 2004. ● METRO

## Fim de semana tem 24 mortes violentas

A Grande Curitiba registrou de sexta-feira até ontem 13 mortes por arma de fogo. Na região metropolitana, foram três em São José dos Pinhais, uma em Fazenda Rio Grande e uma

em Piraquara. As outras oito aconteceram na capital.

Os acidentes de trânsito mataram três pessoas, sendo uma no município de Piên, segundo dados do IML. ● METRO CURITIBA

05 SET 2011

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## Advogada fala sobre Direito e Justiça na revista Bonijuris

**Direito não é um produto do legislador,  
mas uma criação que se espalha na sociedade**

“Direto e Fraternidade: fórmula para o bem comum” é o tema de uma análise feita pela advogada catarinense Anelícia Bombana Consoli, na última edição da Revista Bonijuris, de setembro. O artigo tem como objetivo fomentar a idéia de fraternidade, que junto com a igualdade e a liberdade, exprime solidariedade e dignidade entre a sociedade. De acordo com a mestre em Ciências Jurídicas e especialista em Direito e Processo do Trabalho, Anelícia Bombana Consoli, em seu artigo para a revista, o direito não é um produto arbitrário da vontade do legislador, mas uma criação que se espalha na sociedade. “O direito não existe sem a sociedade, pois é a sociedade quem fornece os acontecimentos envolvendo o homem ao legislador fornecendo os elementos necessários para a formação dos estatutos jurídicos”, ressalta Consoli.

A declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, reafirma o tríplice lema da liberdade, igualdade e fraternidade, que todos os seres humanos nascem livres

e iguais em dignidade e direito. “Infelizmente, enquanto as normativas jurídicas, mesmo que às vezes esquecidas ou passadas sem percepção, tutelam juridicamente a pessoa e os seus direitos fundamentais, o mesmo não se aplica aos relacionamentos humanos em sociedade”, afirma a advogada.

A sociedade precisa adotar a valorização do bem comum, em que não apenas o bem individual seja valorizado, muito pelo contrário, viver em sociedade, deve-se buscar a solidariedade com o outro, respeitando a vida em comunidade. A justiça, assim como o direito, não é simples técnica de igualdade. Na ordem social é virtude de convivência humana, que tem por objetivo o respeito à dignidade de todos os seres humanos.

Além do artigo da advogada Anelícia, a Revista Bonijuris, na seção “Como decidem os tribunais” traz também, uma análise do advogado cearense Hélio Apoliano Cardoso onde ele aborda a questão da responsabilidade civil pessoal do agente público.

Publicada pela Editora Bonijuris, a revista pode ser lida nas versões impressa e online, através do site [www.bonijuris.com.br](http://www.bonijuris.com.br).

# 05 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### JUSTIÇA EM NÚMEROS

## Procura pela Justiça Estadual diminuiu

A procura pela Justiça Estadual diminuiu em 2010. Ao todo, chegaram 17,7 milhões de novos processos ao Judiciário estadual no ano passado, uma queda de 3% em relação ao ano anterior. Segundo dados do levantamento Justiça em Números, em 2010, chegaram 640 mil casos novos a menos do que o apurado em 2009. É a primeira vez que o número diminuiu, desde que o CNJ começou os estudos — até 2008, essa procura aumentava à média de 4% ao ano, até se estabilizar, em 2009. Dos 27 estados brasileiros, 11 informaram ter sido menos procurados no ano passado. Com isso, o número de processos em tramitação começou a dar sinais de estabilização. No ano passado, o CNJ computou 65,7 milhões de ações em tramitação, 543 mil, ou 0,8%, acima do registrado em 2009. A quantidade de processos pendentes cresceu 2,5%, foram 48 milhões em 2010, apesar do au-

Movimentação processual em 2010

Grupo	Estado	Casos novos	Casos pendentes	Ações	Sentenças e decisões
1º Grupo	São Paulo	5.256.996	16.431.818	5.042.424	4.330.357
	Rio de Janeiro	1.986.708	8.019.708	2.135.781	2.469.822
	Minas Gerais	1.492.986	3.170.808	1.796.123	1.404.194
	Rio Grande do Sul	2.224.640	2.285.371	2.274.586	1.355.157
Justiça Estadual		11.741.996	47.960.519	18.476.308	5.827.697

mento no número de sentenças.

Ao todo, a Justiça Estadual respondeu por 73% das novas ações que chegaram ao Judiciário em 2010, por 81% dos casos pendentes e por 71% das decisões proferidas. São Paulo, sozinho, é responsável por um terço destas cifras. A Justiça Estadual também corresponde à maior parte dos juizes do Brasil: dos 16 mil magistrados do país, cerca de 12 mil estão nos estados.

Entretanto, ainda há enorme diferença entre as estatísticas de cada estado. Os quatro maiores tribunais do Brasil (São Paulo,

Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) responderam por 62% de todas as novas ações do ano passado. São Paulo recebeu 5,2 milhões de processos novos, o Rio Grande do Sul, 2,2 milhões, seguido pelo Rio, com 1,9 milhão de novas ações, e por Minas, com 1,5 milhão.

Os 11 tribunais considerados médios (BA, PR, SC, PE, GO, CE, ES, MT, PA, MA e DF) foram responsáveis por 28% dos novos casos, ao passo que 10% do total de casos novos vieram dos doze tribunais pequenos (PB, RN, RO, AM, SE, A, PI, AL, PI, TO, AP, AC, RR).

05 SET 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Juízes repudiam corte feito no orçamento

Um desrespeito institucional à magistratura. Foi assim que a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) classificou o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2012, que não contemplou o reajuste de 14,79% nos salários de mi-

nistros, juizes e demais servidores do Poder Judiciário, nem o Plano de Cargos e Salários, previstos na proposta enviada pelo Supremo Tribunal Federal ao Executivo.

Além de despertar reações negativas no próprio Supremo Tribu-

nal Federal, quando o presidente da corte, Cezar Peluso, declarou que algum equívoco parecia ter ocorrido, entidades de classes de juizes também reclamaram da atitude. De acordo com a Ajufe, "não há registros na história da

República de outra ocasião em que valores destinados à recomposição dos vencimentos de magistrados tenham sido cortados da proposta orçamentária enviada pelo Judiciário e consolidada pelo Poder Executivo".

### AGU vai pagar R\$ 117,6 mi em 18 mil acordos

Em três meses, maio, junho e julho, a Advocacia-Geral da União fez mais de 18 mil acordos, que geraram economia de aproximadamente R\$ 50,8 milhões aos cofres públicos. Tudo por meio das 95 unidades da Procuradoria-Geral Federal (PGF) em todo país. O objetivo, segundo a AGU, foi desafogar o Judiciário, reduzir o número de ações acompanhadas pelos advogados públicos e agilizar a resolução dos casos.

A atuação foi das Procuradorias Regionais Federais nas cinco regiões da Justiça e das procuradorias federais e seccionais, que defendem as autarquias e fundações públicas. A maioria das ações era da área previdenciária, mas também foram

fechadas conciliações envolvendo servidores públicos e direito agrário. O diretor do Departamento de Contencioso da PGF, Hélio Pinto Ribeiro de Carvalho Júnior, que consolidou os dados, informou que ao todo a União pagará pelas conciliações R\$ 117,6 milhões.

Segundo ele, o valor médio de pagamento em cada acordo foi de R\$ 6.515,24. "Verifica-se, portanto, que, em média, os órgãos de execução da PGF pagaram nos acordos 70% do valor que se estimou devido", explicou.

O relatório da PGF mostra que, apenas em julho deste ano, foram celebrados 6.374 acordos, nos quais foram pagos R\$ 37,4 milhões e economizados R\$ 16 milhões.

### Não incide IPI sobre carro importado por pessoa física para uso próprio

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região confirmou sentença de primeiro grau que garante a restituição do IPI em importação realizada por pessoa física para uso próprio. A Procuradoria da Fazenda Nacional foi condenada a devolver R\$ 54.746,99, com juros de mora e correção.

O desembargador Federal Carlos Muta julgou ação de inexistência e repetição do IPI,

ajuizada por pessoa física, no desembaraço aduaneiro de veículo importado para uso próprio. O contribuinte, representado pelo escritório Fauvel e Moraes Advogados, alegou que encontrase consolidada a jurisprudência no sentido da inexigibilidade do IPI importação de veículo automotor, por pessoa física, para uso próprio, repelindo as teses deduzidas pela Fazenda

Nacional.

A Procuradoria da Fazenda Nacional apelou alegando que, a legislação que afeta o IPI define que o fato gerador do imposto é o desembaraço aduaneiro de produto industrializado estrangeiro, e que é contribuinte a pessoa natural ou jurídica que figure na qualidade de importador e ainda que inexistente ofensa ao princípio da não cumulatividade.



# 05 SET 2011

## JORNAL DO ESTADO

### STJ concede HC a presos há mais de 7 anos

\*Jônatas Pirkiel

Em nosso país, na chamada "prestação do Poder Jurisdicional", ocorrem coisas que são difíceis de acreditar. Na semana que passou, o superior Tribunal de Justiça concedeu Habeas Corpus a dois presos, que se encontravam encarcerados há mais de sete anos... É isto, presos aguardando julgamento por mais de sete anos. Para piorar o fato, tratam-se de dois policiais militares de Alagoas. Poder-se-ia perguntar onde estavam os advogados de defesa? Talvez, onde estava o representante do Ministério Público, a família, entré outros?

Difícil de acreditar que ainda ocorram casos como este e que os apelos de garantia dos direitos constitucionais tenham que chegar até as Cortes Superiores de Justiça para que sejam respeitadas. O relator, Ministro Gilson Dipp, da 5ª. Turma do STJ en-

tendeu que: "...O excesso de prazo no presente caso é evidente, desde o início da persecução criminal até a finalização da instrução e também posteriormente à decisão de pronúncia, sem que a defesa tenha concorrido para tanto... Os pacientes, com efeito, encontram-se encarcerados há mais de sete anos, sem que haja previsão de julgamento perante o júri popular, em patente violação ao princípio da razoabilidade. Dentro desse contexto, não obstante a prolação da pronúncia, fica afastada a aplicação da Súmula 21/STJ: "pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução..."

Os policiais são acusados de homicídio, ocultação de cadáver e seqüestro, cuja denúncia foi recebida no ano de 2004, quando foi decretada a prisão preventiva. "...A instrução foi encerrada em dezembro de 2007, sem que todas as testemu-

nhas da acusação e da defesa fossem ouvidas, depois de dois anos de inatividade do processo. A pronúncia foi proferida em junho de 2009 e manteve a prisão dos réus. O recurso da defesa foi rejeitado pelo Tribunal de Justiça de Alagoas em outubro de 2010. Em fevereiro deste ano, foi pedido o desaforamento do júri, não havendo previsão de data para julgamento dos réus. Para o relator, "... o excesso de prazo no presente caso é evidente, desde o início da persecução criminal até a finalização da instrução e também posteriormente à decisão de pronúncia, sem que a defesa tenha concorrido para tanto..."

Neste dia 7 de setembro comemoramos mais um ano da nossa Independência, sempre podendo-se perguntar: De que independência nós falamos desde 1.822?

\* Jônatas Pirkiel  
(jonataspirkiel@terra.com.br) é  
advogado criminal.

## Ação Popular - Instrumento do povo

\*Roberto Victor  
Pereira Ribeiro

Existe algum meio eficaz para que o povo possa recorrer, buscando anular ou contestar ato de autoridade pública, que esteja lesando a sociedade? Existe. É a Ação Popular.

Possuindo caráter constitucional, a ação popular é colocada a disposição de qualquer cidadão, com o objetivo de proteger o patrimônio público ou de qualquer entidade que pertença ao Estado. A ação popular também é invocada para protestar contra os atos de imoralidade administrativa e para garantir a proteção ao meio ambiente e aos patrimônios culturais e históricos.

A finalidade precípua da ação popular é promulgar a todo cidadão o direito de ser fiscal do Poder Público e dos gastos feitos pela Administração pública com recursos públicos.

A origem do instituto remonta o direito romano, onde costumava-se atribuir legitimidade a qualquer cidadão para zelar pela *res publica* ( coisa pública, patrimônio coletivo).

No direito brasileiro, a ação popular teve sua gênese na Constituição de 1934.

Para a propositura da ação

popular em nosso país são necessários alguns pressupostos de admissibilidade. São eles: condição de eleitor; ilegalidade e lesividade.

A ação popular somente pode ser impetrada por cidadão brasileiro no gozo total de seus direitos políticos. A comprovação desta situação ocorre mediante a apresentação do título de eleitor. O título juntamente com a petição inicial são peças indispensáveis para a propositura da ação. Se o autor (cidadão) desistir da ação popular, fica assegurado a qualquer outro cidadão, bem como ao Ministério Público, promover o prosseguimento da ação.

Na visão do célebre Hely Lopes Meirelles, cabe ao cidadão propor a ação popular como substituto processual, uma vez que ele está defendendo interesses da coletividade, e não direito individual próprio. Para o ilustre jurista, o povo é o verdadeiro titular do direito, figurando o cidadão apenas como representante da demanda.

O ato impugnável deve ser contrário ao ordenamento jurídico. A lei da ação popular reúne em seu bojo uma relação de atos nulos realizados em detrimento do patrimônio coletivo. Além de ser contrário à ordem jurídica o ato tem que ser lesivo ao erário público.

Faz-se mister relatar que um dos princípios basilares da Administração Pública lecionado pela Constituição Federal é o princípio da moralidade administrativa. Destarte, não é necessário haver lesão material ao patrimônio público, bastando para impetração da ação popular, ocorrer apenas ofensa cabal aos princípios éticos que devem informar toda ação praticada por pessoa responsável pelo dinheiro público.

O objetivo da ação popular é apreciar e punir o ato ilegal e lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

A Constituição disciplina que o promovente da ação popular é isento de quaisquer custas judiciais e ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé. Nesse ínterim, podemos vislumbrar o quanto a Constituição empresta estímulo para a propositura da ação, deixando assim, o cidadão à vontade para buscar em juízo os direitos coletivos.

A lei que regula e disciplina a Ação Popular é a lei n. 4.717/65.

\* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

05 SET 2011

## PAINEL JURÍDICO

# JORNAL DO ESTADO

### Doença

Não incide contribuição previdenciária sobre as verbas pagas na primeira quinzena de afastamento do trabalho por doença. O entendimento é do TRF da 3ª Região.

### Legitimidade

O MP não tem legitimidade para impugnar sentença que homologou acordo em ação de expropriação da qual não participou. O entendimento é da 2ª Turma do STJ.

### Monitoramento

A 2ª Turma do TST reconheceu que o banco pode monitorar a conta corrente de seus empregados com o objetivo de apurar possíveis movimentações elevadas de dinheiro não compatíveis com a situação financeira dos mesmos.

### Impenhoráveis

Caderneta de poupança até o limite de 40 salários mínimos, aposentadoria e salário são absolutamente impenhoráveis. O entendimento é da 1ª Câmara Especial Cível do TJ do Rio Grande do Sul.

### Livro

Foi lançado no último dia 31 de agosto o livro "Instituto de Direitos Humanos, Interculturalidade e Desenvolvimento – Teoria Crítica dos Direitos Humanos: Das Lutas Aos Direitos", pela Editora Lumen Juris e pelos organizadores Ruben Rockenbach Manente, Jefferson Aparecido Dias e Antonio Henrique Graciano Suxberger.

### Livros

O jurista Clèmerson Merlin Clève lançou na última semana, no auditório da OAB Paraná, dois livros ainda inéditos em Curitiba: *Constituição, Democracia e Justiça – Aportes para um Constitucionalismo Igualitário*, da Editora Fórum, e a terceira edição da obra *Atividade Legislativa do Poder Executivo*, publicada pela Editora RT – Revista dos Tribunais.

### Limitação

A Procuradoria Geral da República não pode alterar ou redefinir cargos por portaria. O entendimento é da 2ª Turma do STF.

### Tênis

Estão abertas até o dia 10 de setembro as inscrições para a III Copa OAB de Tênis. O torneio vai acontecer em Curitiba nos dias 17 e 18 de setembro, em dois espaços: Academia TennisMais e Graciosa Country Club. As provas serão de duplas masculinas e femininas, divididas em chaves de acordo com a condição técnica dos jogadores. As inscrições para o evento exclusivo para advogados devem ser feitas pelo site da Seccional.

### Justa causa

Motorista que dirige embriagado pode ser demitido por justa causa. O entendimento é da 5ª Turma do TST.

### ASSINATURA

### Para STF, cobrança deve permanecer

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucionais três leis — do Distrito Federal, Amapá e Santa Catarina — que determinavam o fim da cobrança da assinatura básica da telefonia fixa. Em julgamento ocorrido na semana passada, a maioria dos ministros do Supremo entendeu que as leis "usurpavam a competência privativa da União" para legislar sobre telecomunicações, prevista nos artigos 22 e 175 da Constituição, e manteve a cobrança.

De acordo com a assessoria do STF, o presidente do Tribunal, ministro Cezar Peluso, considerou "ingerência indevida" permitir que lei estadual interfira no equilíbrio econômico financeiro de concessionária dos serviços de telefonia. O Supremo declarou as leis inconstitucionais ao julgar três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionavam as leis estaduais. Os usuários da telefonia fixa economizaram R\$ 7 bilhões nos últimos cinco anos com o repasse dos ganhos de produtividade das empresas para as tarifas.

### DIREITO SUMULAR

Súmula nº 465 do STJ — Ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco, a seguradora não se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação.

## Semiótica jurídica

A semiótica ocupa o mundo das virtualidades simbólicas. Convivendo com os esforços de perfeição, harmonia e clareza nas mensagens, sua aplicação se dá em qualquer propósito de estruturação e dinâmica entre diferentes *insights*, *lay outs* (arranjos), paradigmas e saberes que sejam passíveis de unidade e relacionamento sincrônico (ao mesmo tempo) ou diacrônico (em momentos diferentes).

Ao termos em mente tais objetivos, vem-nos à mente o quanto ela pode ser útil no campo das ciências e das atividades jurídicas, auxiliando-nos, de uma forma crítica e sugestiva, a superar e a colocar em relação a enorme variedade de conhecimentos e atividades enfrentados pelos pesquisadores e operadores do direito.

Para começar, a semiótica é um instrumento valioso no aprendizado didático do direito, ao demonstrar, de uma maneira interrelacional, as principais abordagens que a atividade jurídica implica, caracterizando diferentes ciências que, no final, estariam todas mutuamente implicadas. Nossa obra *Dimensões Conceituais do Direito*, editada pela Editora Universitária Champagnat (PUC/PR, em 2ª ed), nos mostra, em detalhes, como isto se processa.

Ao expor uma visão estética dos diferentes paradigmas conceituais que a atividade jurídica envolve, a semiótica traz à lume a harmonia que deve existir no trato desses diferentes paradigmas, demonstrando como o direito suscita metas de coerência e perfeição em seus resultados, ou seja, a concretização de seus ideais valorativos.

A semiótica aplicada ao direito permite demonstrar que ele traz em si um verdadeiro pro-

pósito de perfeição estética, demonstrando ao mesmo tempo a coerência que há entre as atividades dogmáticas (as leis), enriquecidas pela filosofia do direito e pela ideologia que envolve os fatos sociais (cap III, pg 51).

Ao ter em mente os ideais a que se propõe a atividade jurídica, sendo o maior deles a consecução da justiça, a semiótica jurídica a apresenta como bifurcada em duas perspectivas, uma teórica e outra ideológica, como já nos sugeriu Norberto BOBBIO (*O Positivismo Jurídico*, SP, Ed Ícone, 1999, p.223). Em complemento, utilizando a semiótica, podemos verificar a dependência desses modelos de justiça, seja aos variados valores que o direito pretende alcançar, seja principalmente pela atuação dos magistrados, no julgamento de seus processos.

Outra consequência importante que a semiótica nos sugere são as implicações que o direito mantém com a antropologia, a história e a evolução jurídica de cada povo, com base em seus costumes e suas práticas políticas. Uma crítica das ideologias envolvidas nesses aspectos também se torna relevante.

Finalmente, em nível sincrônico, a semiótica jurídica permite demonstrar a tese cara a Miguel Reale de que a filosofia do direito não é apenas 'perfumaria', mas se encontra inserida de forma essencial na própria estrutura da dogmática jurídica. Ora, por tudo o que a semiótica nos tem a oferecer, merece a atenção dos estudiosos do direito, por nos sugerir desdobramentos significativos de grande importância. O futuro nos indicará a confirmação de tais prognósticos.

# 03 SET 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### tribuninha

#### Redução da maioria penal

#### volta à discussão

A cidade de São Paulo assistiu a uma série de crimes cometidos por grupos de crianças e adolescentes nas últimas semanas. Meninas, algumas menores de 10 anos, praticaram arrastões contra lojas e pedestres. Um dos grupos levados para o Conselho Tutelar quebrou e depredou o local. Paralelamente, tramita na Câmara dos Deputados novo projeto que reduz a maioria penal de 18 para 16 anos. Atualmente, por mais graves que sejam os crimes, adolescentes de 16 ou 17 anos não podem ser presos.

A PEC do deputado federal André Moura (PSC-SE), foi apresentada no começo de julho e está em análise na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. A proposta foi apensada a outros projetos que já discutiam o tema. Moura diz que haverá pressão pela aprovação da medida. Segundo o parlamentar, a população quer a redução da maioria penal. Em 2007, pesquisa encomendada pelo Senado Federal mostrou que quase 90% dos brasileiros defendiam a redução da maioria penal para 16 anos.

Profissionais que atuam no atendimento às crianças e adolescentes, no entanto, são contrários. Segundo eles, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) já prevê mecanismos de responsabilização dos menores infratores.

04 SET 2011

# TRIBUNA DO PARANÁ

## Crônicas de Mara

### Estúpidos Impunes

“Não gostei. Pra falar bem a verdade, não gostei nem um pouquinho. É por isso que as coisas neste País estão do jeito que estão. A estupidez e a violência correm soltas, graças a impunidade”. A reclamação de dona Maricota saía aos borbotões de sua boca, ao mesmo tempo em que as mãos nervosas amassavam a página do jornal onde ela lia a notícia de que os rapazes que tinham inventado o tal “rodeio das gordas”, numa universidade de São Paulo, iriam pagar 20 salários mínimos cada um, a título de indenização coletiva por terem ofendido as colegas obesas. A grana deverá ser enviada para instituições de caridade e a condenação saiu com base na Lei Maria da Penha, já que os estúpidos praticaram violência contra a mulher.

O tal “rodeio”, que ganhou inclusive página na internet, aconteceu durante os jogos universitários de 2010 e consistia em pagamento de apostas para rapazes imbecilizados que montavam nas costas de jovens gordas e permaneciam grudados nelas pelo maior tempo possível. Pateticamente, eles tentaram convencer as autoridades de que tudo não passava de uma brincadeira. Só que a sociedade não achou a menor graça.

Dona Maricota, que já beira aos 70 anos, foi obesa a vida toda. Na eterna luta contra a balança, o máximo que conseguiu foi manter o peso ideal na época em que se casou. Fora disso... Bem, quando estudante, sofria com a “tiração de sarro” dos colegas, ganhava apelidos maldosos e evitava sair de casa. Casou-se com um gordinho e abandonou

os estudos de vez. Tratou de cuidar da família e enterrar os sonhos de virar advogada e atuar em tribunais. Tinha medo que os apelidos lhe perseguissem na vida profissional e atrapalhassem seu desempenho.

Mesmo conformada de ter aberto mão de seus sonhos graças a ignorância alheia, dona Maricota sempre acompanhava notícias que envolviam pessoas obesas. Quando soube do malvado “rodeio”, teve vontade de procurar os envolvidos e dar cascudos em cada um deles. Mas tinha fé de que a Justiça iria tomar as providências necessárias e puni-los. Afinal, se tratavam de universitários, integrantes de uma casta privilegiada da sociedade brasileira, que estava tendo oportunidade de cursar um nível superior. Como poderiam se tão ignorantes e irracionais, tão malvados com seus semelhantes?

Quando ela soube da punição, mais uma vez indignou-se. Esperava mais, bem mais do que o simples pagamento de uma indenização. “No mínimo”, dizia ela, eles deveriam ser obrigados a trabalhar em hospitais que atendem pessoas com problemas de peso, onde muitas lutam incessantemente para emagrecer e salvar suas próprias vidas. Ou então trabalhar em campanhas contra a violência contra a mulher. Assim usariam o mesmo tempo que gastaram em maltratar os outros, para fazer alguma coisa útil e que os marcasse para o resto de suas vidas. Isso, logicamente, sem isentá-los do pagamento pecuniário, pois a dor do bolso também ensina aos que sofrem de mau-caratismo.

# TRIBUNA DO PARANÁ

JUDITH BRITO 05 SET 2011

## Intimidação a juízes e jornalistas

Levantamento recente divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça mostra que existem hoje no Brasil 134 juízes sob ameaça de morte ou violência. O brutal assassinato da juíza Patrícia Acioli, que chocou o País, foi uma prova contundente do risco real em que vivem os magistrados cumpridores de sua missão de promover a justiça.

Também recentemente a Associação Nacional de Jornais tornou público o seu Relatório de Liberdade de Imprensa, que revela o assassinato de cinco jornalistas nos últimos doze meses, em decorrência de sua atividade profissional. No mesmo período, ocorreram pelo menos sete casos de agressões físicas a jornalistas no exercício da profissão.

Como se vê, no Brasil, dois dos mais importantes contrapesos de uma sociedade democrática - o Poder Judiciário e a Imprensa - , sofrem igualmente diante daqueles que pretendem impedir, a qualquer custo, a busca da justiça, a apuração de crimes, a transparência, a circulação das informações.

Quando um magistrado é ameaçado e até mesmo morto, os criminosos mandam um claro aviso, buscando intimidar o Poder Judiciário. Parecido com o que ocorre quando jornalistas são ameaçados, agredidos e mortos. Neste caso, pretende-se amedrontar quem tem como missão desvendar o que está oculto, impedir que determinados fatos cheguem ao conhecimento das pessoas.

A violência contra juízes e jornalistas tem como principal combustível a impunidade. Criminosos ameaçam e até matam juízes e jornalistas por entender que dificilmente serão identificados e punidos. É mais uma grave falha do aparelho repressor do Estado brasileiro, que se mostra incompetente para proteger a sociedade de uma forma geral, em todos os seus setores, em todos os seus níveis.

No caso de juízes e jornalistas, o agravante está no fato de que a intimidação atinge também a essência da sociedade democrática. Juízes atuantes e destemidos são pressuposto para o permanente esforço de justiça que se deve buscar, assim como o livre trânsito de informações só acontece com o trabalho intenso dos jornalistas, sem sombras de ameaça.

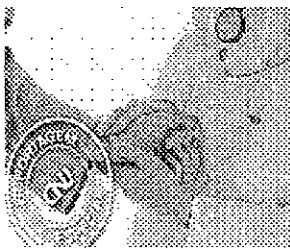
O Relatório de Liberdade de Imprensa da ANJ mostra que os cinco assassinatos de jornalistas registrados nos últimos doze meses aconteceram no interior do país, mas é um engano supor que essa violência seja exclusiva de grêtos sob domínio de um coronelismo tardio. Poderiam ter acontecido em grandes cidades, como já aconteceu e foi também registrado pela ANJ em outros períodos. Da mesma forma que o assassinato da juíza Patrícia ocorreu em Niterói, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Não podemos permitir que em nosso país se repita o que já se viu na Colômbia, com juízes escondendo-se atrás de máscaras ao comandar julgamentos e proferir sentenças, temerosos de futuras represálias dos criminosos. Ou aceitar o que ocorre hoje no México, onde a imprensa se cala diante da ação dos narcotraficantes que tanto mal impõem à sociedade daquele país.

Os números divulgados pelo CNJ e a ANJ mostram que no Brasil a situação extrapolou, e muito, a normalidade. É preciso reagir, mostrar que a sociedade não aceita a intimidação a quem tem papel tão essencial na democracia. Cabe ao Estado - por meio do próprio Poder Judiciário, do Ministério Público e da Polícia - impedir que a situação fuja do controle.

**(Judith Brito, presidente da Associação Nacional de Jornais)**

## Quando o Judiciário contribui para a melhoria da saúde dos cidadãos



Cada vez mais, no Brasil, aumenta o número de processos judiciais relacionados à saúde, desde queixas para aquisição de remédios pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a vagas para internações em hospitais e problemas com os planos que garantem atendimento privado ao setor. São, conforme o último levantamento, mais de 240 mil ações que, desde 2010, passaram a ser acompanhadas mais de perto pelo Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A novidade é que a discussão sobre a resolução destes litígios em tempo rápido, de forma a garantir este direito constitucional básico dos cidadãos, começa a refletir e a ser ampliada nos estados, por meio de ações diversas nos vários tribunais.

O Fórum da Saúde foi criado pelo CNJ com a proposta de diagnosticar e monitorar as demandas judiciais de saúde nos tribunais e discutir com todas as áreas envolvidas a formulação de políticas públicas que levem, no âmbito do Judiciário, à resolução destes conflitos. Os exemplos da ampliação das recomendações feitas pelo CNJ aos tribunais nos Estados, no entanto, abrangem desde a criação de plantões judiciais a câmaras técnicas específicas para a discussão deste tipo de processo, como forma de subsidiar os juízes nas suas decisões. Passam, também, pela realização de seminários diversos e mesas de debates com autoridades locais voltadas para o setor.

**Bahia e Pará** - Na Bahia, o Tribunal de Justiça (TJBA) implantou, em março, dentro do que estabelece recomendação do CNJ, sistema de plantão judiciário com o fim específico de cuidar das demandas de saúde e atender aos jurisdicionados baianos em tais problemas. O plantão permite aos juízes que recebem pedidos de liminar referentes à assistência à saúde terem, durante 24 horas, apoio e assessoramento de um profissional da área para orientações e informações sobre medicamentos e necessidades exigidas por determinados casos clínicos - o que contribui para um andamento mais célere dos processos e decisões mais equilibradas por parte destes magistrados.

A iniciativa do TJBA foi elaborada, conjuntamente, pela presidência do tribunal e pela sua diretoria de Assistência à Saúde (DAS), vinculada à secretaria de administração dele. Na prática, o plantão conta com dois médicos e funciona da seguinte forma: o paciente que precisa resolver determinada demanda entra com a medida judicial, por meio de um advogado ou defensor público, que por sua vez vai até o juiz. O médico do serviço apresenta seu parecer técnico sobre o caso e, em seguida, a demanda é analisada de pronto pelo magistrado, conforme informou a assessoria do serviço. Como resultado dessa rotina, se antes a resposta para uma liminar demorava até 72 horas, hoje não passa de um dia.

Ação diferente, mas que também tem efeito relevante nas ações do Fórum, foi implantada no Pará. Lá, como forma de estimular ações que levem à solução de tais conflitos, o Tribunal de Justiça (TJPA) instituiu o Concurso Cultural Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre, voltado para acadêmicos de Direito de universidades

ou faculdades sediadas no Pará. O objetivo é premiar monografias ou artigos científicos relacionados à área de Direito Regulatório da Saúde Suplementar.



## CNJ

O homenageado com o título do concurso, desembargador Milton Nobre - ex-conselheiro do CNJ, que até junho passado presidiu o Fórum da Saúde - destacou a importância de se fomentar discussões desse tipo nas universidades de Direito, dada a complexidade do assunto. "Somos 198 milhões de brasileiros, sendo 45,5 milhões vinculados a planos de saúde, atendidos por 160 mil médicos. Isso nos dá a escala do problema de gestão", enfatizou.

**Pioneirismo** - No Rio de Janeiro, mesmo antes da implantação da iniciativa do CNJ, já funciona com uma atuação relevante o chamado Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) na área de saúde, criado há dois anos por meio de parceria entre a Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil e o Tribunal de Justiça daquele Estado (TJRJ). De acordo com dados do tribunal, o núcleo já concedeu cerca de 2.800 pareceres ao longo desse período. O trabalho - que também subsidia os magistrados - dá tranquilidade aos juízes nos momentos das decisões relacionadas ao tema, bem como evita fraudes neste tipo de solicitação judicial.

O NAT do Rio de Janeiro é formado por uma equipe de 26 profissionais, entre farmacêuticos, enfermeiros, nutricionistas, médicos e servidores da área administrativa do TJRJ, que consegue fazer análise e produção de laudo em prazo de 48 horas. Isso permite uma decisão ágil e precisa, por parte dos juízes, em relação a pedidos na Justiça para liberação de determinados medicamentos pelo SUS ou acesso a vagas em hospitais públicos, por exemplo. Somente no ano passado, além dos laudos, foram analisados 1.470 processos e confeccionados mais de 1.440 pareceres técnicos.

O núcleo fluminense também tem a vantagem de funcionar interligado em tempo real com a Secretaria Estadual de Saúde, para a verificação imediata da listagem de medicamentos disponíveis no estoque. Seus serviços abrangem desde as varas de Fazenda Pública da capital às 20 câmaras cíveis do TJRJ.

**Seminários e convênios** - Outros Estados também têm se mobilizado para discutir as formas de passar a dar tratamento diferenciado à questão. No Espírito Santo, o Tribunal de Justiça (TJES) realizou em junho passado seminário do qual participaram magistrados, promotores, defensores públicos, procuradores, gestores e representantes do Conselho Estadual de Saúde do Espírito Santo - organizado pelo comitê executivo estadual do Fórum que é coordenado pelo CNJ. No evento, foi assinado convênio entre o tribunal e o governo do Estado para permitir a criação de um trabalho de assessoramento, nos moldes do que é observado no Rio de Janeiro. "Auxiliará os juízes no julgamento de processos referentes ao fornecimento de remédios, tratamentos médicos e exames diagnósticos, entre outros", explicou o magistrado Paulo César de Carvalho.

Já no Mato Grosso do Sul, o tribunal (TJMS) firmou convênio com as secretarias de



CONTINUAÇÃO

CNJ 02 SET 2011

Saúde do governo estadual e da capital, Campo Grande, com o mesmo propósito. No caso do Mato Grosso do Sul, a iniciativa, segundo informações da assessoria de imprensa do TJMS, leva em conta o elevado número de demandas judiciais para fornecimento de medicamentos e tratamentos de alto custo pelo SUS naquele Estado, bem como “os questionamentos sobre a eficácia terapêutica, a adequação e, até mesmo, a ocorrência de fraudes na obtenção de remédios e tratamentos. Ações semelhantes do Fórum da Saúde são observadas, ainda, em diversas unidades da federação.

**Identificação** - Para a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, é importantíssimo o trabalho realizado pelos comitês gestores do Fórum - que permitiu em uma primeira etapa, a identificação do número de demandas de saúde existentes em todo o país. Segundo ela, tais ações conduzem ao objetivo do trabalho em desenvolvimento, de compreensão real da complexidade desse problema que afeta a saúde da população.

“Precisamos, muitas vezes, incomodar os magistrados, que, com grandes problemas a resolver, precisam parar para alimentar o CNJ com suas informações. Mas sem eles (os magistrados) não poderíamos fazer nada. Pela primeira vez o Brasil está contando o que existe no Poder Judiciário e isso é muito importante”, acentuou a corregedora.

Outro ponto relevante do Fórum da Saúde, de acordo com o conselheiro Marcelo Nobre (até junho passado um dos coordenadores do Fórum) é o fato de os trabalhos contribuírem para aprofundar detalhes sobre essas demandas de modo a permitir o estudo de alternativas que levem à resolução de tais problemas e, ao mesmo tempo, a um atendimento jurisdicional mais ágil. “Estamos começando a conhecer de forma aprofundada os motivos da judicialização da saúde no Brasil. Como podemos medicar alguém se não sabemos o que sofre? Não sabemos até hoje precisar quantas ações reivindicam medicamentos, vagas em hospitais ou atendimentos de emergência, por exemplo”, acentuou o conselheiro.

*Hylde Cavalcanti*  
*Agência CNJ de Notícias*

# CNJ

## Conselho lança documentário sobre Mutirão Carcerário

### 02 SET 2011



Uma equipe de cinema acompanhou, entre maio e julho deste ano, o trabalho do Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em três estados brasileiros: Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. Ao registrar as inspeções dos juízes a casas prisionais, os cineastas Marcos Pimentel e Érico Monnerat documentaram também a vida na prisão, a angústia das famílias dos detentos, a voz de pessoas isoladas do resto da sociedade. O resultado é o documentário “Mutirão Carcerário”, que será exibido pela primeira vez na próxima terça-feira (06/09), em São Paulo, no Encontro Nacional do Começar de Novo - programa do CNJ de reinserção social de detentos e ex-detentos.

O filme sintetiza em 26 minutos a rotina do Programa Mutirão Carcerário, que desde 2008 mobiliza juízes, servidores do Judiciário, defensores e promotores públicos, bem como diretores e funcionários de presídios, presos e presas na vistoria das condições do sistema prisional (o quarto maior do mundo) e análise dos processos de execução penal. Com mais de 20 horas de material gravado, a produção expõe a problemática da vida sob a custódia do Estado por meio de uma narrativa composta de imagens, som direto (captado in loco) e depoimentos de quem participa do mutirão.

**Desrespeito e bons exemplos** - São retratados tanto o desrespeito à saúde da população carcerária como bons exemplos de execução penal. Entre os estabelecimentos que figuram no filme, está o Urso Branco, presídio de Porto Velho, em Rondônia, onde 27 presos foram mortos na sangrenta rebelião de 2002 que gerou um processo contra o Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos. O documentário também entra na Penitenciária de Joinville, Santa Catarina, uma das únicas casas com gestão privatizada no país - modelo de cumprimento da Lei de Execução Penal.

Além das inspeções, o filme também mostra o trabalho de análise dos processos, que atualiza o cálculo das penas e verifica se o preso tem direito a algum benefício, como a progressão de pena. Uma das locações do documentário é a sala do Fórum da Barra Funda, em São Paulo, onde funciona a secretaria do Mutirão Carcerário de São Paulo, o estado com a maior população carcerária do país - 180 mil pessoas. Nela, 50 pessoas analisam até o fim do ano os processos de cerca de 94 mil presos do regime fechado.

#### Serviço

#### Lançamento do documentário “Mutirão Carcerário”

**Local:** Sede da FIESP. Av. Paulista, nº 1313, São Paulo

**Data:** terça-feira - 6 de setembro de 2011

**Horário:** 9 horas

## Brasil tem 4.856 crianças à espera de adoção

# CNJ 02 SET 2011



O número de crianças aptas a serem adotadas chega a 4.856 em todo o Brasil. É o que mostra o último balanço do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) – do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O cadastro foi criado pelo Conselho em abril de 2008 para concentrar informações de todos os tribunais de justiça do país referentes ao número de pretendentes e crianças disponíveis para encontrar uma nova família, bem como acompanhar este tipo de procedimento judicial nas varas da infância e juventude espalhadas pelo Brasil. As informações, dessa forma, auxiliam os juízes na condução dos procedimentos de adoção.

Os dados são da última quarta-feira (31/08) e mostram um leve crescimento na quantidade de crianças que precisam de um novo lar, já que levantamento de julho apontou 4.760 crianças disponíveis para a adoção naquele mês. O número de pretendentes também apresentou leve aumento, segundo o cadastro: passou de 27.264 cadastrados em julho para 27.478 em agosto.

**Política pública** - Para a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, o cadastro é importante porque contribui para o desenvolvimento de uma política pública "inigualável", que permite a adoção. De acordo ainda com os dados das crianças e adolescentes aptas para adoção, 2.133 são do sexo feminino e 2.723 pertencem ao sexo masculino. O Estado que mais concentra crianças e jovens é São Paulo, com 1.288 do total. Na sequência, estão o Rio Grande do Sul (792), Minas Gerais (573), Paraná (501) e Rio de Janeiro (369).

Das crianças e adolescentes inscritas no CNA, 3.749 têm irmãos. Desses, 112 têm irmão gêmeo. Quanto à raça, a maioria é parda (2.230). Em seguida, estão as crianças e adolescentes da cor branca (1.656), negra (907), amarela (35) e indígena (28). Para o juiz auxiliar da Corregedoria, Nicolau Lupianhes Neto, o CNA representa ótima ferramenta para os operadores da área do Direito da Infância e Juventude. "Contribui para que os melhores interesses das crianças e adolescentes sejam efetivados e garantidos. O aumento do número de crianças e de pretendentes vem mostrar que o cadastro está se fortalecendo dia a dia e sendo utilizado, como sempre deve ser, com mais frequência pelos Juízes e demais operadores na área", afirma o juiz auxiliar.

**Pretendentes** - Conforme as informações do cadastro do CNJ, o perfil exigido pelos pretendentes continua a ser o grande entrave para a adoção dessas crianças. Dos interessados em adotar, apenas 585 declararam aceitar somente crianças da raça negra. Afirmaram aceitar somente crianças brancas 10.173 dos adotantes; e somente crianças da raça parda, 1.537. Aqueles que se manifestaram indiferentes à raça somam apenas 9.137. Os pretendentes também deixaram claro o desinteresse em adotar crianças com irmãos. "Trata-se de preferência que temos que trabalhar para mostrar aos pretendentes que tal perfil não significa maior efetividade do vínculo que se irá estabelecer com a adoção. Já sentimos melhora, mas muito ainda deverá ser feito por todos que devem garantir os direitos das crianças e adolescentes", declara o juiz Lupianhes Neto.

De acordo com o CNA, 22.702 inscritos manifestaram o desejo por apenas uma criança. O número de interessados em adotar até duas crianças cai para 4.461. Quanto ao perfil dos pretendentes, 6.704 têm filhos biológicos e outros 2.702 possuem filhos adotivos. A maior parte tem entre 41 a 51 anos de idade (10.654 do total). Também, de acordo com o CNA, a maior parte dos interessados tem renda de três a cinco salários mínimos (6.583).

# 02 SET 2011

## Procura pela Justiça Estadual diminui

Por Pedro Canário

# CONJUR

A procura pela Justiça Estadual diminuiu em 2010. Ao todo, chegaram 17,7 milhões de novos processos ao Judiciário estadual no ano passado, uma queda de 3% em relação ao ano anterior. Segundo dados do levantamento *Justiça em Números*, em 2010, chegaram 640 mil casos novos a menos do que o apurado em 2009. É a primeira vez que o número diminuiu, desde que o CNJ começou os estudos — até 2008, essa procura aumentava à média de 4% ao ano, até se estabilizar, em 2009. Dos 27 estados brasileiros, 11 informaram ter sido menos procurados no ano passado.

Com isso, o número de processos em tramitação começou a dar sinais de estabilização. No ano passado, o CNJ computou 65,7 milhões de ações em tramitação, 543 mil, ou 0,8%, acima do registrado em 2009. A quantidade de processos pendentes cresceu 2,5%, foram 48 milhões em 2010, apesar do aumento no número de sentenças. Os juízes estaduais definiram 15,8 mil casos no ano passado, 10% a mais que em 2009.

Movimentação processual em 2010					
Grupo	Tribunal de Justiça	Casos novos	Casos pendentes	Total de processos	Sentenças e decisões
1º Grupo	São Paulo	5.255.936	16.431.313	5.062.424	4.330.357
	Rio de Janeiro	1.585.702	6.813.772	2.135.751	2.452.822
Grande parte	Minas Gerais	1.422.595	3.170.608	1.790.123	1.404.134
	Rio Grande do Sul	2.224.641	2.205.371	2.274.296	1.385.147
Justiça Estadual		17.742.595	47.953.579	18.475.368	15.527.527

Ao todo, a Justiça Estadual respondeu por 73% das novas ações que chegaram ao Judiciário em 2010, por 81% dos casos pendentes e por 71% das decisões proferidas. São Paulo, sozinho, é responsável por um terço destas cifras. A Justiça Estadual também corresponde à maior parte dos juízes do Brasil: dos 16 mil magistrados do país, cerca de 12 mil estão nos estados.

Entretanto, ainda há enorme diferença entre as estatísticas de cada estado. Os quatro maiores tribunais do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) responderam por 62% de todas as novas ações do ano passado. São Paulo recebeu 5,2 milhões de processos novos, o Rio Grande do Sul, 2,2 milhões, seguido pelo Rio, com 1,9 milhão de novas ações, e por Minas, com 1,5 milhão.

Os 11 tribunais considerados médios (BA, PR, SC, PE, GO, CE, ES, MT, PA, MA e DF) foram responsáveis por 28% dos novos casos, ao passo que 10% do total de casos novos vieram dos doze tribunais pequenos (PB, RN, RO, AM, SE, A, PI, AL, PI, TO, AP, AC, RR).

Proporcionalmente, os gaúchos são os maiores litigantes do Brasil. Em 2010 o CNJ apurou que foram 18 novas ações por cada grupo de 100 mil habitantes no estado. O Distrito Federal, um dos tribunais médios, fica em segundo lugar, com quase 13 novas

**CONTINUA**

ações por 100 mil habitantes, seguido por Mato Grosso do Sul, onde a proporção é de 12,3 por 100 mil. A média nacional é de 8,6 processos para cada 100 mil pessoas.

## CONJUR

### Congestionamento

Tramitaram no segundo grau da Justiça Estadual 3,3 milhões de processos no ano passado, dos quais 1,44 milhão já estava pendente e 1,86 milhão entrou em 2010. Na comparação com 2009, entraram 152 mil processos novos a mais no segundo grau da Justiça Estadual em 2010, aumento de 4%. Das ações que entraram no ano passado, 1,8 milhão resultaram em decisão terminativa, uma cifra de 96%.

Contando os números totais do Brasil, cada desembargador estadual cuidou de 2,35 mil processos no ano passado. Os que mais trabalharam foram os gaúchos, já que cada um cuidou de 4,3 mil casos em 2010. Minas Gerais também registrou mais de três mil processos por desembargador. Dos grandes tribunais, o do Rio foi o único cuja média de processo por magistrado (1,7 mil) ficou abaixo da média nacional. Em relação a 2009, houve aumento de 8,4% na carga de trabalho dos desembargadores dos estados.

Já a média nacional de casos novos por desembargador ficou em 1,1 mil. Os que mais receberam processos, mais uma vez, foram os do Rio Grande do Sul — 2,8 mil cada um. O Tribunal do Rio foi o único entre os grandes que apresentou média de processos por desembargador (950) menor que a média nacional. Em São Paulo, cada um recebeu 1,2 mil processos e em Minas, 1,6 mil.

Com esses números, o CNJ calculou que a taxa de congestionamento de processos na segunda instância da Justiça Estadual no ano passado ficou em 48%, um ponto percentual abaixo da taxa de 2009. Essa ligeira queda se deu por conta da redução de 9% do total de processos baixados de um ano para o outro. Dezesesseis tribunais estaduais reportaram diminuição nas taxas de congestionamento.

O maior congestionamento ocorre em São Paulo, onde a taxa é de 63%. Os gaúchos, por outro lado, lidam bem com a quantidade de trabalho; têm a menor taxa de congestionamento entre os quatro grandes TJs do Brasil: 24%. A menor taxa do Brasil é a de Goiás, de 1,1%.

### Primeiro grau

Tramitaram na primeira instância 62 milhões de processos em 2010, dos quais 46,3 milhões já estavam pendentes e 15,5 milhões entraram durante o ano. De todos casos do primeiro grau, 86% estão na primeira instância e 14%, nos Juizados Especiais. Ao todo, foram 13,7 milhões de sentenças proferidas.

Na comparação com o *Justiça em Números de 2009*, houve aumento de 0,5% no número de processos em tramitação — contando os novos e os pendentes. Houve, no entanto, queda de 741 mil processos novos na Justiça Estadual, sendo que 11 estados informaram diminuição: Amazonas (38%), Ceará (29%), Rio de Janeiro (16%), Rondônia (14%), Pernambuco (13%), Tocantins (10%), Maranhão (8%); Rio Grande do Sul (7%), São Paulo (6%), Minas Gerais (6%) e Rio Grande do Norte (4%).

Chama atenção o fato de 23,6 milhões das ações pendentes, ou mais da metade delas, virem de São Paulo e do Rio de Janeiro. No caso do Rio, 82% dos processos pendentes

assim estavam desde o início do ano passado, enquanto em São Paulo essa média é de 77%.

## CONJUR

### Muito trabalho

Em toda a primeira instância nacional, trabalham 10,2 mil juízes, aumento de 423 pessoas, ou 4,3%, em relação a 2009. São Paulo sozinho corresponde a 20% dos juízes brasileiros, enquanto outros 20% estão nos outros três grandes tribunais, os de Minas, Rio e Rio Grande do Sul.

Na média nacional, cada juiz cuidou de 6 mil processos no ano passado, mas a distribuição revela, mais uma vez, certa discrepância entre os estados. Os juízes fluminenses foram os que mais trabalharam: 18,5 mil ações para cada um no ano passado. Bem atrás, mas em segundo lugar, está São Paulo, onde cada magistrado cuidou de 9,8 mil ações.

Isso levou a uma taxa de congestionamento de 60% na primeira instância, em 2010. Ou seja: 40% dos processos que chegaram ao primeiro grau em 2010 ficaram para este ano.

### Gargalo

Seguindo o que já havia mostrado reportagem da **ConJur** na segunda-feira (29/8), a execução é um grande empecilho para o bom andamento da Justiça brasileira. Dos 15,5 milhões de casos novos do primeiro grau, 11,1 milhões referem-se à fase de conhecimento e apenas 4,3 milhões a execuções.

No entanto, em relação aos 46 milhões de casos pendentes, 22 milhões estão em fase de conhecimento e 2,3 milhões estão em fase de execução judicial. Os outros 22,2 milhões correspondem a execuções extrajudiciais. Cada magistrado sentenciou 1,3 mil processos em 2010.

Sendo assim, a taxa de congestionamento na fase de execução chegou aos 85% no ano passado, com o Amazonas e sua taxa de 96% no topo do ranking dos mais congestionados. Em segundo lugar está Mato Grosso, 93,4% congestionado, seguido pelo Rio, com taxa de 93,2%. São Paulo não informou seus dados para esse critério.

### Custos estaduais

A Justiça Estadual gastou em 2010 R\$ 23,9 bilhões, o que equivale a 0,65% do PIB nacional e 5% de todo o gasto dos estados em 2010. Por habitante, o Judiciário estadual gastou R\$ 123,57 no ano passado.

Das despesas totais, R\$ 20,6 bilhões, ou 86%, foram gastos com pessoal. Desta cifra, R\$ 16 bilhões foram remunerações, proventos e pensões, R\$ 2,3 bilhões foram despesas com encargos e R\$ 936 milhões foram funcionários terceirizados e estagiários.

Uma comparação interessante feita pelo relatório do CNJ é entre o orçamento dos tribunais e a quantidade de processos que chegaram às duas instâncias Justiça Estadual no ano passado. Segundo esse cálculo, cada caso novo custou R\$ 1,3 mil em 2010.

O destaque vai para o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que gastou R\$ 4,1 mil por processo novo no ano passado. Além de mais de três vezes a média nacional, o DF gastou quase a mesma coisa que os quatro maiores tribunais do país juntos. São Paulo,

CONTINUAÇÃO

02 SET 2011

Rio, Minas e Rio Grande do Sul, somados, gastaram R\$ 4,5 mil por processo novo em 2010.

## CONJUR

Dos maiores, onde os casos novos custam mais é em Minas: R\$ 1,6 mil. No Rio, cada ação nova custou R\$ 1,3 mil. São Paulo gastou R\$ 965 por processo novo e o Rio Grande do Sul, R\$ 783.

Gastos da Justiça Estadual					
Estado	Servidores	Magistrados	Força de trabalho	Gastos com pessoal (R\$)	Gastos totais da Justiça
São Paulo	61.499	2.508	64.007	4,6 bilhões	5 bilhões
Rio de Janeiro	25.032	726	25.758	2,1 bilhões	2,7 bilhões
Minas Gerais	24.469	1.654	26.123	2,3 bilhões	2,4 bilhões
Rio Grande do Sul	14.739	783	15.522	1,4 bilhões	1,7 bilhões
Distrito Federal	9.780	307	10.087	1,3 bilhões	1,5 bilhões
Roraima	1.007	40	1.047	80,5 milhões	96,2 milhões
Total	236.578	11.928	248.506	20,6 bilhões	23,9 bilhões

# CONJUR 02 SET 2011

## Viúvo de Belo Horizonte perde bens para enteado

Um viúvo de Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte, que reivindicava parte da herança da contadora M.N.F., não terá direito aos bens registrados em nome do filho dela. Ela morreu antes de conseguir se divorciar dele.

O funcionário público R.C.F. alegou que o ato jurídico que transferiu posses adquiridas por ambos em regime de comunhão universal foi fraudulento. A 17ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve decisão que julgou a causa improcedente.

R. se casou com M. em 2001. Ela morreu aos 42 anos, em 2005, antes de concluir o processo de divórcio, mas N., filho dela que era menor de idade na época, herdou as propriedades de M. O funcionário público afirma que a companheira fraudou a lei ao lavrar escritura em nome do adolescente, que constava como comprador embora não tivesse condição de adquirir os terrenos e imóveis objetos da disputa.

D.P.A., o inventariante do espólio da contadora, seu ex-marido e pai de N., sustenta que R. abandonou M. em 2002, quando ela ficou doente. E que alguns dos bens foram comprados pela mulher antes de ela se casar com o funcionário público. D., que disse ter cuidado da ex até a morte dela, defendeu que os negócios feitos foram legais e que o viúvo nunca contribuiu com nada para tais aquisições.

Em maio de 2010, o juiz Antônio Leite de Pádua entendeu que o autor da ação não apresentou provas de que tenha participado da compra dos bens nem comprovou a nulidade da transação celebrada. Na sentença, o magistrado acrescentou que os vendedores dos lotes e do apartamento defenderam a validade do ato e julgou a causa improcedente.

R. recorreu ao TJ-MG, mas a decisão foi mantida pelos desembargadores Versiani Penna, Eduardo Mariné da Cunha e Luciano Pinto.

“A compra dos lotes aconteceu dias após o casamento, mas disso não se pode extrair que houve simulação. Os autos evidenciam que dois dos negócios foram fechados antes do matrimônio e o último, embora tenha ocorrido depois, foi integralmente pago pela falecida, sem participação do apelante”, considerou o relator Versiani Penna.

**Processos 2365206-95.2005.8.13.0079.**



# CONJUR

## Empresa gaúcha é condenada por assediar sindicalista

### 02 SET 2011

A 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Rio Grande do Sul) manteve sentença da juíza do Trabalho Anita Lübbe, da Vara do Trabalho de Guaíba, que condenou a Conservas Oderich a indenizar em R\$ 5,3 mil um trabalhador vítima de assédio moral. A decisão é do dia 4 de agosto. Cabe recurso.

Segundo informações do processo, o empregado era supervisor de controle de qualidade e também atuava como membro da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) e dirigente sindical. Certo dia, ele foi transferido da sua sala, situada no laboratório de controle de qualidade, para a linha de produção. O fato gerou deboches por parte dos colegas, que mencionavam que o autor havia sido alijado do laboratório devido à sua atuação sindical. Após intervenção do sindicato, a situação foi revertida, e o empregado retornou ao setor de origem depois de três dias.

Conforme uma testemunha, também houve uma ocasião em que o reclamante saiu do laboratório para resolver um vazamento de produto em outro departamento. Seu supervisor chegou ao local e passou a fazer acusações, dizendo que o autor se aproveitava da Cipa para sair da sua sala e que a Cipa é coisa de quem não quer trabalhar, mas segurar o emprego. Outra testemunha confirmou que o tratamento da empresa aos integrantes da Cipa era péssimo e que a administração dificultava qualquer iniciativa da Comissão em prol da segurança dos empregados.

Diante das provas, a juíza de primeiro grau reconheceu que o autor era perseguido na empresa. Para a magistrada, o assédio moral não está baseado apenas na transferência do empregado para a linha de produção, mas na forma desrespeitosa com que era tratado, não somente na condição de cipeiro, mas também como empregado que merece ter sua dignidade respeitada.

A 5ª Turma do TRT-4 confirmou a sentença de origem e o valor da indenização, equivalente a cinco vezes a remuneração do autor. O acórdão foi relatado pelo desembargador Clóvis Fernando Schuch Santos. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRT-RS.*